



WILQUERSON FELIZARDO SANDES

**DIMENSÕES DA AÇÃO POLICIAL EM UMA  
TROCA DE TIROS: Um estudo psicossociológico da  
decisão pelo uso da força letal**

**CAMPINAS  
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

WILQUERSON FELIZARDO SANDES

**DIMENSÕES DA AÇÃO POLICIAL EM UMA  
TROCA DE TIROS: Um estudo psicossociológico da  
decisão pelo uso da força letal**

**Orientador: Prof. Dr. Salvador Antônio Mireles Sandoval**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA  
TESE DEFENDIDA PELO ALUNO WILQUERSON FELIZARDO  
SANDES E ORIENTADO PELA PROF. DR. SALVADOR  
ANTÔNIO MIRELES SANDOVALI

Assinatura do Orientador

Na área concentração:

Ciências Sociais na Educação

Prof. Dr. Darlo Fiorentini  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
Faculdade de Educação - Unicamp  
Metrícula: 21582-8

CAMPINAS  
2013

iii

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**  
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

Sa56d

Sandes, Wilquerson Felizardo, 1970-  
Dimensões da ação policial em uma troca de tiros: um estudo psicossociológico da decisão pelo uso da força letal / Wilquerson Felizardo Sandes. – Campinas, SP: [s.n.], 2013.

Orientador: Salvador Antonio Mireles Sandoval.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Poder de polícia. 2. Impacto psicossocial. 3. Polícia – Atitudes. I. Sandoval, Salvador Antonio Mireles, 1946- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

13-038/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês:** Dimensions of police action in shootout: a study of decision psychosocial the use of lethal force

**Palavras-chave em inglês:**

Police Power

Psychosocial impact

Police - attitudes

**Área de concentração:** Ciências Sociais na Educação

**Titulação:** Doutor em Educação

**Banca examinadora:**

Salvador Antonio Mireles Sandoval (Orientador)

Maria Aparecida Morgado

Emília Emi Takahashi

Vicente Rodriguez

Nora Rut Krawczyk

Ronilson de Souza Luiz

**Data da defesa:** 15-03-2013

**Programa de pós-graduação:** Educação

**e-mail:** [wilquersonsandess@uol.com.br](mailto:wilquersonsandess@uol.com.br)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**DIMENSÕES DA AÇÃO POLICIAL EM UMA TROCA DE TIROS:  
Um estudo psicossociológico da decisão pelo uso da força letal**

**Autor : Wilquerson Felizardo Sandes**

**Orientador: Prof. Dr. Salvador Antônio Mireles Sandoval**

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por **Wilquerson Felizardo Sandes** e aprovada pela **Comissão Julgadora**

Data: 15/3/2013  
Assinatura: 

Orientador

COMISSÃO JULGADORA

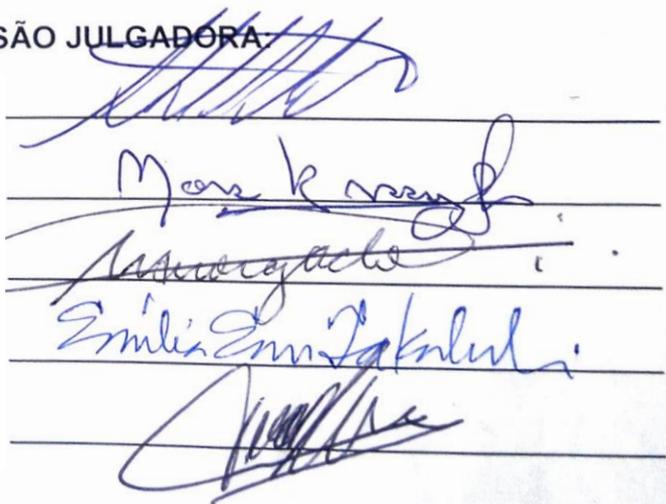
Salvador Antônio Mireles Sandoval

Nora Rut Krawczyk

Maria Aparecida Morgado

Emilia Emi Takahashi

Vicente Rodriguez



The image shows five handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The signatures correspond to the names listed on the left: Salvador Antônio Mireles Sandoval, Nora Rut Krawczyk, Maria Aparecida Morgado, Emilia Emi Takahashi, and Vicente Rodriguez.

2013

## **DEDICATÓRIA**

Este estudo é dedicado aos(às) leitores(as) que se interessam pelo tema e acreditam que no futuro será possível preservar vidas sem o derramamento de sangue no enfrentamento pela pólvora.

Pela paciência e apoio incondicional, também dedico esta obra à minha esposa, Cleunice, e aos nossos filhos, Gabriel, Gustavo e Clara.

## **AGRADECIMENTOS**

É com senso de justiça e gratidão que agradeço aos professores, colaboradores e colegas da UNICAMP; aos integrantes da Polícia Militar de Mato Grosso e aos familiares e amigos que contribuíram para a elaboração desta tese.

Em especial, agradeço a Deus; ao meu estimado orientador Prof. Dr. Salvador Antônio Mireles Sandoval; aos(às) ilustres professores(as) doutores(as) que participaram das bancas de qualificação e defesa: Maria Aparecida Morgado (orientadora/mestrado), Emília Emi Takahashi, Vicente Rodriguez, Nora Rut Krawczyk e Ronilson de Souza Luiz.

*“As armas são instrumentos de mau augúrio.  
Quando não se tem outra alternativa que não utilizá-  
las, é melhor fazê-lo sem prazer.”*

Sun Pin, séc. XIV a.C.

## RESUMO

Seis dimensões influenciam na decisão pelo uso da força letal, com utilização de arma de fogo em situações de perigo, na complexidade de uma ação policial: 1) perfil do policial; 2) ambiente do confronto; 3) tomada de decisão; 4) reações emocionais; 5) lição aprendida antes e depois do evento; 6) valores e expectativas dos policiais quanto à visão interna e externa sobre enfrentamento armado. Quando uma ação é desencadeada, todas as dimensões citadas influenciam de alguma forma no resultado geral. É o que esta pesquisa se propõe analisar, com o objetivo de contribuir com apontamentos e subsídios psicossociológicos para o currículo relacionado ao uso da força e armas de fogo, no campo da educação policial. A metodologia combina explicação por mecanismos via técnicas etnometodológicas com utilização dos seguintes recursos: pesquisa bibliográfica, observação participante, entrevistas e grupos focais com policiais, iconografia com desenhos de confrontos elaborados por policiais que decidiram pelo uso da força letal. Na introdução do trabalho, incluímos a problematização, os dilemas relacionados ao uso da força e a metodologia da pesquisa. O desenvolvimento foi estruturado em seis dimensões analíticas sobre a decisão pelo confronto armado, incluindo eventos que, em muitos episódios, resultaram no derramamento de sangue entre policiais e seus oponentes eventuais. Nas conclusões, apontamos as diversas impressões e reflexões sobre o assunto. Outras dimensões de análise podem existir, porém as seis que elencamos foram as que surgiram ao longo do desafio de quatro anos de pesquisa em educação com ênfase nas ciências sociais.

**Palavras-chave:** Ação policial. Decisão pelo uso da força letal. Confronto armado.

## ABSTRACT

In police action, six dimensions influence the decision to use lethal force, with a firearm in dangerous situations: 1) behavior of the police officer; 2) environment of confrontation; 3) decision making; 4) reactions emotional; 5) the learning before and after; 6) beliefs and expectations of police officers. When an action is triggered, all these dimensions in some way, can influence the overall result. That's what this thesis analyze search, with the aim of contributing to analysis psychosociological for curriculum related to the use of force and firearms, in the field of education. The methodology combines the following features: literature review, participant observation, interviews and focus groups, iconography with drawings prepared by police officers about use of lethal force. In the introduction to the work, include the problem, dilemmas related to the use of force, and research methodology. The development was divided into six analytical dimensions of the decision by the armed confrontation. The conclusions point out the various impressions and thoughts on the subject. Further analysis dimensions may exist, but the six that were those that emerged during the challenge four years of research in education with an emphasis in social sciences.

**Keywords:** Police action. Decision to use lethal force. Armed confrontation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
Problematização	19
Contexto global e local	24
Considerações metodológicas	31
<b>CAPÍTULO 1 – PRIMEIRA DIMENSÃO: O PERFIL POLICIAL</b>	<b>37</b>
1.1 Trabalho da polícia	37
1.2 Policiais entrevistados	39
1.3 Estereótipos entre os policiais	47
<b>CAPÍTULO 2 – SEGUNDA DIMENSÃO: O AMBIENTE DO CONFRONTO</b>	<b>57</b>
2.1 Ambiente do confronto nos desenhos	57
2.2 Análise do ambiente genérico	69
2.3 Análise do ambiente por grupo	70
<b>CAPÍTULO 3 – TERCEIRA DIMENSÃO: A DECISÃO DE ATIRAR</b>	<b>77</b>
3.1 Percepção do risco imediato	77
3.2 Tomada da decisão de atirar	79
3.3 Pensamentos no momento do confronto	84

3.4 Visão e atenção ao entorno _____	89
3.5 Desfecho: previsão x acaso _____	91
<b>CAPÍTULO 4 – QUARTA DIMENSÃO: A REAÇÃO EMOCIONAL _____</b>	<b>97</b>
4.1 Fase 1: tensão e medo antes _____	97
4.2 Fase 2: medo e raiva durante _____	101
4.3 Fase 3: alívio e preocupação depois _____	104
4.4 Fase 4: stress tardio _____	107
<b>CAPÍTULO 5 – QUINTA DIMENSÃO: A LIÇÃO DECISIVA _____</b>	<b>111</b>
5.1 Valor do treinamento _____	111
5.2 Limites entre teoria e prática _____	114
5.3 Aprendizado com os veteranos _____	116
5.4 Lição aprendida após o confronto _____	119
<b>CAPÍTULO 6 – SEXTA DIMENSÃO: VALORES E EXPECTATIVAS _____</b>	<b>123</b>
6.1 Repercussão interna e externa _____	123
6.2 Política da instituição policial _____	128
6.3 Cultura e comportamento _____	130
6.4 Preconceitos à ação do policial _____	135
<b>CONCLUSÕES _____</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS _____</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

### **Problematização**

Esta tese tem como ponto de partida o resultado da nossa dissertação de Mestrado em Educação, com o tema “O uso da força na formação de jovens tenentes: um desafio para a atuação democrática da Polícia Militar”. O citado trabalho indicou a necessidade de uma urgente reflexão sobre a formação e atuação policial relacionada ao uso da força, apresentando fronteiras educacionais entre teoria e prática quanto à tomada de decisão em situações de tensões emocionais e risco. Evidenciou também a necessidade de apoio de outras áreas do conhecimento na compreensão das formulações e instrumentos educacionais referentes ao tema original.

Na fase inicial da tese, o desafio envolvia a compreensão dos mecanismos causais que afetam a decisão do policial no uso da força em situações consideradas de risco, nas dimensões: sociológica, psicológica, biológica, econômica, filosófica e educacional. O esforço se concentrava na articulação dos conhecimentos das ciências naturais, humanas e sociais para explicar os mecanismos que afetam a decisão do policial.

Mas, na trajetória deste estudo, face às orientações recebidas, às aulas assistidas, diálogos com professores e colegas de estudo, às conversas com os policiais<sup>1</sup>, às leituras instigantes, às diversas reflexões que surgiram no dia a dia, o nosso objeto foi se modelando em uma análise psicossociológica.

Enfim, depois de quatro anos de imersão no tema inicial e após muitos retoques na obra, o objeto ganhou sua última edição. Assim sendo, informamos que o objetivo desta pesquisa é analisar, por meio de seis dimensões, a complexa ação policial e seus eventos sucessivos que interagem na decisão do uso da força letal em situações de risco. Partimos do pressuposto de que existem dimensões psicossociológicas interdependentes durante uma troca de tiros, que influenciam na decisão do policial e que poderão resultar em morte ou ferimento durante o uso da força.

Sobre as dimensões psicossociológicas, nossa análise agrupou-as em seis categorias de análise da ação policial em uma troca de tiros. A primeira dimensão envolve o perfil policial. A segunda dimensão descreve o ambiente do confronto. A terceira dimensão analisa o momento da decisão do tiro pelo policial. A quarta dimensão lida com as reações emocionais antes, durante e depois do evento crítico. A quinta dimensão narra os limites do treinamento policial, o aprendizado nas ruas com os veteranos e a própria experiência adquirida. Na sexta e última dimensão, verificamos as expectativas e valores que influenciam a ação policial. Todas essas dimensões interagem na decisão psicossociológica pelo uso da força letal.

Na área da educação policial, este estudo poderá contribuir com apontamentos e subsídios para os currículos dos cursos de formação e educação continuada nos conteúdos relacionados à decisão pelo uso da força letal. Nos métodos atuais relacionados ao uso da força e armas de fogo, os treinamentos geralmente enfocam “como atirar”, porém são incipientes em termos práticos sobre as dimensões do “quando atirar”. Além disso, não incorporam os saberes informais dos policiais de rua. Para Silva (2010), não basta conhecer

---

<sup>1</sup> O autor desta tese também integra os quadros da Polícia Militar de Mato Grosso desde 08 de julho de 1993, exercendo na trajetória profissional, funções administrativas e comando de tropa, nos postos de 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

as regras do jogo para estar em condições de jogar, porque as regras do jogo não ensinam a jogar. Portanto, as instruções focalizam quantidades de tiros realizados como instrumento de aprimoramento; além disso, não reproduzem o ciclo completo do atendimento de uma ocorrência policial em termos dos efeitos relacionados aos conceitos formais de erros e de acertos concernentes ao uso da força.

Além da educação, também é necessário repensar e melhorar o funcionamento das instituições policiais, abordando questões mais profundas e estruturantes relacionadas ao uso da força, com um conjunto de políticas públicas que contribuam com a redução dos índices de letalidade e aumentem a confiabilidade da polícia. Nossa pesquisa se reafirma como relevante em função da demanda de 400 mil pessoas que participaram, em 2009, da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública no Brasil, realizada em Brasília, DF.

No eixo repressão qualificada da criminalidade e o uso da força, os participantes da citada Conferência propuseram o desenvolvimento de programas com a incorporação de novas tecnologias e procedimentos de baixa letalidade, visando reprimir o crime sem violar o direito a vida. Indicaram também a necessidade de estratégias e metas claras de redução da letalidade policial, capacitação continuada e protocolos de abordagens com base na igualdade social, seguindo passos obrigatórios até o emprego da força como último recurso.

Portanto, as mudanças não devem ocorrer apenas com relação ao sujeito policial, mas também na conduta estatal sobre o assunto. Atribuir responsabilidades apenas ao policial é uma forma simplificada de lidar com o dilema no uso da força letal. Medidas de responsabilização precisam alcançar o Estado em suas diversas esferas de governabilidade. A força controlada, em tese, oferece uma segunda oportunidade, uma alternativa intermediária antes do uso da arma de fogo pelo representante estatal.

Esta tese também se torna relevante ao descrever, em detalhes, ações e eventos reais em que policiais utilizaram armas de fogo em cenários a que eles atribuíram como risco de morte ou ferimento. Também é necessário refletir alternativas para lidar com o dilema decisório do uso da força letal, pois, enquanto o mundo evolui em uma dimensão tecnocientífica e socioeducativa, no campo policial ocorre o contrário, continua o paradigma do uso da força com o emprego das mesmas estratégias utilizadas por pessoas ou

grupos na prática de crimes, armas de fogo de ambos os lados em um enfrentamento pela pólvora.

É necessário expandir para um estudo multidisciplinar do uso da força. A visão plural se justifica devido à atual realidade brasileira, em que o policial recebe uma arma de fogo e uma capacitação com baixo conteúdo prático e significativo. Ocorre insegurança no momento de decidir entre manter a arma na cintura ou sacá-la, e, ao sacá-la, se vai apertar o gatilho ou não – em instantes, os destinos dos envolvidos são lançados ao acaso. O policial toma decisões de vida e morte em frações de segundo, o resultado positivo torna-se mais uma ocorrência de rotina, já o erro pode ser irreparável e condenado com a perda da vida ou liberdade para ambos os lados.

Deste ponto em diante, incluiremos, na problematização, alguns conceitos e explicações para entendimento do estudo, principalmente sobre as definições para uso da força letal, as diferenças entre força e violência, o momento do confronto armado, dentre outras explicações. Para Gabaldón (2009, p. 18-19), as razões pelas quais as polícias utilizam a força no mundo variam de país para país, mas podem ser descritas por razões instrumentais e razões simbólicas. As razões instrumentais se associam à defesa e neutralização de uma pessoa que representa uma ameaça. As razões simbólicas são associadas à afirmação da própria identidade e demonstração de força perante a comunidade.

Conforme as normas nacionais e internacionais pesquisadas, o uso da força pela polícia é legalmente permitido quando estritamente necessário no desempenho da função. No nível extremo, o ato de disparar a arma de fogo pelo policial é chamado de “uso da força letal”, sendo admitido somente quando outros meios menos violentos se tornarem ineficazes, com o risco de lesões graves ou morte do policial ou de terceiros. Na linguagem policial, a força letal ocorre geralmente “quando se aborda uma dupla armada, se eles atiram, a guarnição responde com tiros”. Ao final da ação, os policiais são orientados a prestar os primeiros socorros e preencher um documento específico com testemunhas.

Para nos referirmos ao confronto armado ao longo da tese, utilizaremos o termo “troca de tiros”, de uso comum aos policiais para definir ocorrências com resistência

armada de um oponente<sup>2</sup>. Nestes casos, os policiais em perigo pedem reforço no radiocomunicador ou para os colegas próximos, com o seguinte chamado: “troca de tiros! troca de tiros!”, sendo o suficiente para mobilizar, em caráter prioritário, toda a estrutura de plantão para seguir em apoio ao policial em perigo. A imprensa escrita também utiliza a frase, quando ocorrem reações que resultem em mortes e ferimentos decorrentes de confrontos armados. Portanto, é uma linguagem usual e de senso comum que comunica um confronto armado entre o policial e o seu oponente.

Quando o assunto envolve morte ou ferimentos graves, existe uma fronteira tênue na diferenciação entre o nosso tema “uso da força letal” e o tema “violência policial”. Para Mesquita Neto (1997, p. 136), o uso da força é um ato que possui uma justificativa aceita como legalizada do ponto de vista jurídico e ao mesmo tempo legítima do ponto de vista político e sociológico. Por outro lado, quanto à violência policial, ela é considerada um ato de força ilegal, ilegítima, desnecessária e abusiva, sendo “um comportamento antiprofissional, não profissional”.

Apesar de pesquisarmos casos que resultaram em mortes e ferimentos envolvendo policiais e não policiais, o estudo da violência policial não é a nossa pauta principal, pois este tema já possui uma vasta literatura no meio acadêmico, com amplas sugestões de reformas educacionais e controle da atividade policial. Nesta pesquisa, o uso da força será analisado como um processo interno crítico inerente ao ofício de polícia. Direcionamos a pesquisa para subsidiar a melhoria do trabalho dos policiais com senso de profissionalismo, mas, lamentavelmente, não estão isentos do cometimento de um erro de avaliação no trabalho cotidiano. Este é um assunto crítico, mas de difícil acesso aos pesquisadores, por conta da desconfiança interna em expor sobre o terrível drama no ambiente da letalidade e suas nuances.

Isto posto, apresentaremos, no tópico seguinte, uma visão panorâmica da trajetória do uso da força pela polícia em geral e, em particular, as ações desenvolvidas no ambiente principal da pesquisa, situado no interior operacional da Polícia Militar de Mato Grosso.

---

<sup>2</sup> No vocabulário policial, utilizam-se várias denominações para se referir a um oponente armado, dentre as quais destacamos os seguintes termos: “suspeito”, “bandido”, “opponente da lei”, “meliante”, “criminoso”. Neste estudo, utilizaremos com maior frequência o termo “opponente”.

## Contexto global e local

O uso da força é uma prerrogativa exclusiva do Estado, este definido por Bourdieu (1996) como um elemento “x” a ser determinado, que reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física e também simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente. O autor acrescenta que “se o Estado pode exercer uma violência simbólica é porque ele se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na subjetividade ou se quisermos, nas mentes, sob a forma de estruturas mentais [...]” (Ibidem, p. 98).

Assim, Bourdieu contextualiza que o Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital de força física ou instrumentos de coerção, como exército, polícia, capital econômico, capital cultural, capital simbólico, dentre outros, sendo a junção de todos. A concentração do capital de força física foi privilegiada na maior parte dos modelos de gênese do Estado. As forças de coerção são instituições com mandatos para garantir a ordem progressivamente separada do mundo social comum, ficando a violência física sendo aplicada por grupos especializados, com mandato especial, como é o caso da polícia.

O monopólio de força é instituído por diversas práticas no contexto social ao longo da história, reafirma-se como ente de proteção da coletividade contra o indivíduo, age com legitimidade decorrente do próprio indivíduo que receia ser alvo da violência, assim também legitima o Poder do Estado, permitindo a criação de mecanismos de controle, espaços de exclusão, reprodução do cotidiano e sistemas de pensamento.

Diante dos resultados produzidos pelo Estado e a sua incapacidade em lidar com o espaço de exclusão criado pelo próprio poder estatal, aumentam as demandas pela repressão da violência e do crime por parte da polícia. Esta exerce um leque amplo de intervenções no fluxo de vida da sociedade moderna, agindo, em muitas situações, de forma coercitiva, com emprego de força física. Ao policial é atribuído o poder de polícia, legitimado pelo Estado, para manter o controle social.

O poder de polícia é a imposição coativa das medidas adotadas pela administração do Estado, sendo um ato imperativo, obrigatório ao seu destinatário e, quando este opõe resistência, admite-se até o uso da força pública para o seu cumprimento, inclusive aplicando as medidas punitivas que a lei indique. Mas não é ilimitado, suas barreiras e limites são, dentre outros, os direitos dos cidadãos no regime democrático, as prerrogativas individuais e as liberdades públicas garantidas pela Constituição. O poder de polícia deixa de ser exercido com democracia quando ultrapassa os limites impostos pela lei, tornando-se uma arbitrariedade.

Como o poder de polícia permite o uso da força física, há de ser revestido de legalidade, necessidade e proporcionalidade na ação. Em âmbitos nacional e internacional, vários segmentos do estado e da sociedade tentam reduzir o uso arbitrário da força policial por meio de resoluções internacionais, tratados, projetos de reforma das polícias, modificações curriculares. Dentre os instrumentos legais que visam democratizar a atuação das polícias com relação ao uso da força e armas de fogo, destacam-se: o Código de Conduta para Funcionários Encarregados de Fazer Cumprir a Lei; a Resolução do Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, com destaque para os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo.

Rover (1998) aponta que, em 1990, foi realizado em Cuba o Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, tendo como objetivo proporcionar normas orientadoras aos Estados-membros na tarefa de assegurar e promover o papel adequado dos encarregados da aplicação da lei. Esse tratado internacional encoraja os governos a manterem sob constante escrutínio as questões éticas associadas ao uso da força e armas de fogo. A resolução estabelece uma lista de Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (PBUFAF), dentre eles a criação governamental de um amplo leque de meios para habilitar os policiais no uso de armas, com uma utilização diferenciada da força. Vejamos:

2. Os Governos e os organismos de aplicação da lei devem desenvolver um leque de meios tão amplos quanto possível e habilitar os policiais com diversos tipos de armas e de munições, que permitam uma utilização diferenciada da força e das armas de fogo [...]

4. Os policiais, no exercício das suas funções, devem, na medida do possível, recorrer a meios não violentos antes de utilizarem a força ou armas de fogo. Só

poderão recorrer à força ou a armas de fogo se outros meios se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado desejado [...]

No Brasil, o uso da força pelas diversas polícias<sup>3</sup> ocorre com o emprego de algumas técnicas de defesa pessoal e recursos materiais, tais como algemas, gás de pimenta, bastões e equipamentos de proteção individual, armas de baixa letalidade com efeito paralisante, e armas de fogo. Existem também diversos modelos e procedimentos técnicos que instrumentalizam o uso progressivo ou escalonado da força. Um modelo bem aceito, citado por Leão (2001), envolve a percepção do policial quanto ao agressor em cinco níveis: submissão, resistência passiva, resistência ativa, agressão física não letal e agressão física letal. Para cada grau corresponde à ação de resposta do policial contra o agressor na mesma ordem: verbalização, contato físico, imobilização, força não letal e força letal. Leão entende que, apesar de bem aceito, esse quadro ainda deixa dúvidas quanto à percepção do policial em relação à atitude do suspeito.

Conforme Porto e Costa (2009), a tentativa de limitar o uso da força pela polícia é um desafio enfrentado por diversos países, principalmente com a criação de mecanismos de controle e responsabilização da atividade policial. Os autores citam Goldstein (1963) e Skolnick (1962), para sustentar que os policiais não apenas aplicam as leis, mas também as interpretam, e que, além da legislação criminal, outros fatores interferem nas escolhas feitas, tais como idade, raça, classe social, etnia, religião (RAMOS e MUSUMECI, 2005, apud PORTO e COSTA, 2009). Os autores defendem que a redução do uso arbitrário da força pode ser eficaz com a criação de códigos de ética e normas de conduta, aproveitando as experiências acumuladas pelos policiais, sejam formais ou informais, que retratem um conjunto de situações a partir das práticas do dia a dia.

---

<sup>3</sup> No cenário brasileiro, as polícias são diferentes entre si, porém todas elas utilizam a força e possuem como atribuição comum a atividade de segurança pública, exercida para “preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e patrimônio” (C.F., 1988, art. 144). No âmbito do governo federal, existem três polícias: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal. No âmbito dos estados federados, existem duas polícias: Polícia Militar e Polícia Judiciária Civil. Os maiores efetivos policiais são das Unidades Federativas (nível estadual), com a Polícia Militar e a Polícia Judiciária Civil presentes em todos os estados brasileiros. Uma informação adicional é que a Polícia Militar, em casos excepcionais, também é considerada força auxiliar do Exército Brasileiro. O Exército, por sua vez, possui atribuição diferente das polícias, também usam a força e armas de fogo, mas para defesa do país contra ameaças externas, como é o caso de guerra.

O governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Justiça, editou a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, com Diretrizes Nacionais para o Uso da Força e Armas de Fogo<sup>4</sup>. Além das convenções internacionais sobre o assunto, a portaria incluiu outros avanços. No documento, os “disparos de advertência” não são considerados práticas aceitáveis, em razão da imprevisibilidade de seus efeitos. Consta também que o ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem não deverá ser uma prática indiscriminada. Recomenda que, além da arma de fogo, sejam disponibilizados, a cada policial, equipamentos e armas de menor potencial ofensivo<sup>5</sup>. Inclui políticas de acompanhamento psicológico aos policiais envolvidos em ocorrências letais. Estabelece critérios de seleção com definição do perfil psicológico necessário para lidar com situações de estresse. Como último ponto de destaque, a portaria inclui a necessidade de elaborar procedimentos de habilitação para o uso de cada tipo de arma de fogo e instrumento de menor potencial ofensivo, que incluam avaliação técnica, psicológica, física e treinamento específico, com previsão de revisão periódica mínima.

Essa portaria, apesar de dividir as opiniões entre os policiais Brasil afora, por conta das limitações impostas sobre o uso da força, também proporcionou muito avanços, pois o enfoque de controle sobre o policial foi direcionado para o controle sobre os processos institucionais. Além dos aspectos punitivos, foram incluídos aspectos preventivos, educacionais e tecnológicos. Para incentivar a adesão dos estados federados, o governo federal também condicionou a liberação de recursos para a área de segurança pública, mediante a observância das diretrizes tratadas.

---

<sup>4</sup> No processo de elaboração desta tese, este doutorando trabalhava à disposição da Secretaria Nacional de Segurança Pública no Ministério da Justiça. No período de novembro de 2008 a dezembro de 2010, em conjunto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, coordenamos um grupo de trabalho, composto por diversos especialistas, visando à criação da citada portaria interministerial. O grupo de trabalho foi constituído com o objetivo de elaborar uma política nacional relacionada ao uso da força e armas de fogo, visando contribuir com a redução dos índices de letalidade, lesões graves e gravíssimas. O grupo, composto por dezenove pessoas, recebeu representantes das seguintes instituições: Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares, Polícias Civis, Guardas Municipais, Universidade de São Paulo, Universidade do Rio de Janeiro, Ouvidorias e Ministério Público.

<sup>5</sup> Armas de menor potencial ofensivo são projetadas e/ou empregadas, especificamente, com a finalidade de conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas, preservando vidas e minimizando danos à sua integridade.

Em nível estadual, as diretrizes referentes ao uso da força foram parcial e indiretamente adotadas. A Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT)<sup>6</sup>, visando reduzir erros e arbitrariedades policiais, investiu na padronização de ações e no treinamento técnico via ferramentas denominadas Procedimentos Operacionais Padrão (POP). Tais procedimentos são descritos para diversas situações com que os policiais se deparam no dia a dia nas ruas. Nesses manuais, uma atividade crítica qualquer é descrita, em seguida constam as ações e resultados esperados, além de medidas corretivas e as possibilidades de erros.

Conforme o manual do POP da Polícia Militar (2009, p. 61-76), os eventos que envolvem possibilidade de confronto armado são tratados no processo “Uso progressivo da força”, em que constam doze procedimentos envolvendo eventos críticos. Porém, apenas em seis dos procedimentos permite-se o disparo da arma de fogo do policial, nas seguintes situações em que o oponente está: com instrumento cortante, perfurante ou perfurocortante (faca, canivete, machado, punhal); empunhando arma de fogo ou simulacro; com arma de fogo na mão de costas para a guarnição, mas efetuando o disparo; disparando arma de fogo com colete de proteção balística; armado ameaçando a vítima; e em veículo em situação de fuga, realizando disparos.

No POP, havendo resistência ativa do infrator na tentativa de ferir o policial militar, e este sem condições de recuar, mas em uma distância segura, poderá disparar para alvejar pernas ou braços para tirar a mobilidade do agressor ou tentar usar uma pistola de choque caso tenha tempo, mas, se exposto a uma curta distância, deverá alvejar a região do tórax do agressor. O infrator em fuga ou de costas, realizando disparos, permite a reação armada do policial, desde que não coloque em risco a vida de terceiros. Em caso de reféns, o policial militar somente utilizará o armamento contra o infrator, caso a vítima se liberte, ou seja, liberada e o infrator passe a tentar contra a vida do policial ou de terceiros. O objetivo da ação é resguardar a integridade física do policial militar, de inocentes e, sempre que

---

<sup>6</sup> A PMMT é um instituição militar que possui, em seus quadros, cerca de 6.000 policiais para atender a cerca de 3 milhões de habitantes. Realiza a missão de preservar a ordem pública com ações preventivas e repressivas. No campo preventivo, esforça-se em evitar a ocorrência do delito e, no campo repressivo, quando o delito já ocorreu, busca restabelecer a ordem legal com o uso da força e poder de conduzir pessoas. A execução operacional se desdobra no nível de batalhões, estes por sua vez se desdobram em companhias, que se desdobram em pelotões, e estes em núcleos, com efetivos e áreas territoriais definidas. As comunicações e as tarefas ocorrem em modelo linear de baixo para cima, seguindo uma rigorosa cadeia de comando e hierarquia.

possível, do agressor. O disparo é considerado indevido quando o agressor não oferece risco à integridade física do policial ou de terceiros. Também é indevido realizar o disparo contra o infrator colocando em risco a vida de terceiros, principalmente em vias públicas.

Conforme o POP, o disparo indevido ocorre sempre que o policial não segue os requisitos estabelecidos por um triângulo da força letal em relação ao suspeito. Quanto ao suspeito, deve-se considerar a habilidade, a oportunidade e o risco. A habilidade do suspeito envolve força física, manuseio de arma de fogo, conhecimento de artes marciais. A oportunidade é a impossibilidade de realizar o tiro – mesmo tendo habilidade, devido à falta de alcance da agressão. O risco, tendo habilidade e oportunidade, caso o suspeito demonstre, com o seu comportamento físico, que deseja provocar a lesão ou a morte.

O disparo devido ou aceitável ocorre com o chamado “tiro duplo”, que são dois disparos defensivos em curto espaço de tempo, realizado pelo policial em situação de legítima defesa própria ou de terceiros, caso a agressão recebida seja injusta, ilegal e iminente contra a vida, esgotando-se a possibilidade de outros meios de defesa ou controle. Conforme o POP, a legislação penal criou jurisprudência a respeito dos dois disparos, não configurando uso excessivo de força, em caso de legítima defesa.

No uso da arma de fogo, o POP prevê que o policial deverá ter o controle do direcionamento do cano da arma e o dedo fora do gatilho quando não se tem a intenção de disparar, tendo em vista que o policial poderá estar alterado pelo estresse do quadro de risco que se apresenta, com possibilidade de erro. Uma técnica chamada de “3º olho” é utilizada para que o policial militar mantenha os olhos sempre alinhados com o local para onde a arma é apontada, o terceiro olho é considerado o cano da arma e os dois olhos do policial na direção do perigo. A arma somente será apontada em situações de risco, ao contrário poderá estar nas mãos, mas com o dedo fora do gatilho e apontada para baixo, próxima e na altura do peito do policial.

No campo operacional, a Polícia Militar atendeu em Mato Grosso, no ano de 2011, cerca de 116.091 ocorrências, subdivididas em grupos de crimes contra as pessoas, patrimônio, costumes, paz pública, trânsito, meio ambiente, assistências, e outras. Conforme dados oficiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública, no ano de 2011,

cerca de 55.378 pessoas foram presas, houve 1.529.758 abordagens nas ruas e veículos, e 2.365 armas de fogo foram apreendidas. Diante do universo dos atendimentos acima, uma ação que resulte no emprego da arma de fogo é esporádica, mas é a decisão mais crítica da atividade policial e com potencial para ocasionar ferimento ou morte entre os dois lados de um confronto. Ao longo da carreira profissional, a experiência de vivenciar um confronto armado ocorre apenas com uma parte dos policiais de rua. Porém, diante do volume de atendimentos, apesar de ser uma ocorrência fortuita e que envolve uma fração de policiais, é ainda um evento estatal que tem muito impacto sobre o direito à vida de qualquer cidadão, seja ele policial ou não policial, pois resulta em mortes e outros danos físicos e psicológicos.

\*\*\*

Diante do contexto exposto neste tópico sobre o uso do monopólio de força, são diversos os desafios e dramas associados ao uso da força e armas de fogo, e uma dedução óbvia é que não se pode confiar totalmente em quem porta arma de fogo, seja qual for o lado e a intenção, pois decisões são tomadas em momentos críticos, erros grosseiros ocorrem e podem ser irreparáveis. A arma é um engenho com mecanismos preparados potencialmente para causar morte, que exige uma ação humana, sendo projetada para funcionar sem distinção de quem aperta o gatilho. Em uma hipótese de confronto fortuito e letal entre policial e não policial usando armas de fogo, se ambos decidem acionar o gatilho, sabe-se dos efeitos, mas não como ocorrerão, com que intensidade e com quem.

No Brasil, os policiais recebem uma arma letal do Estado como último recurso e alternativa para sua defesa e a de terceiros. Logo, a política estatal admite a letalidade quando justificada pela norma vigente, mas, em caso de erro ou excesso na ação concreta, o ente estatal, como “ser” abstrato, não é alcançado em termos punitivos e, como diz o ditado popular, o Estado “dá o tapa e esconde a mão”, assim os policiais e não policiais disponibilizam seus corpos e mentes para o risco da morte ou sofrimento. O “espírito” do Estado não alcança o céu nem o inferno, ele inexistente, apesar de alguém agir em seu nome.

Com efeito, não basta regulamentar as situações em que os policiais poderão atirar, pois, mesmo sendo uma ação excludente de criminalidade, moralmente não é um ato desejado e aceito pela maioria das pessoas. Apesar de avanços importantes nas políticas estatais voltadas para não letalidade, como os investimentos em novas alternativas tecnológicas para o enfrentamento que não sejam apenas pela pólvora, é preciso também repensar quais outros meios poderão ser empregados para a defesa da própria vida ou a de terceiros, sem o sacrifício de outras vidas – esse é o desejo de muitos policiais que lidam com o horrível paradoxo de matar para salvar. Para nossa reflexão, Elias (1994) acredita em um futuro em que os direitos humanos também incluam o direito à liberdade de um indivíduo [inclusive o policial] não fazer uso da força física ou ameaça de uso de força física, bem como o direito de recusar a sua utilização a serviço de terceiros. Como ser humano, o indivíduo tem direitos que nem mesmo o Estado pode negar-lhe.

Compartilhando o desejo pelo futuro ilustrado por Elias, este estudo, enquanto subsídio acadêmico e por meio de um leque de recursos metodológicos, adentra o interior do confronto armado, no calor da ação instantânea, para explorar as dimensões interdependentes do fenômeno sob a ótica dos policiais que decidiram pelo uso da força letal.

### **Considerações metodológicas**

O tema desta pesquisa lida com situações decisórias instantâneas, sendo difícil prever qual corrente teórica é mais importante na explicação de eventos sucessivos que ocorrem na fração de segundo. Sendo assim, optou-se por analisar como algumas correntes teóricas entendem o fenômeno. Utiliza-se neste estudo de metodologias combinadas com o esforço de abrir a “caixa-preta” e mostrar como funcionam algumas “engrenagens” internas e seus mecanismos.

Os subsídios teóricos e práticos para o delineamento do objeto são articulados a partir do ponto de vista do policial de rua sobre o uso da força letal. Analisamos seis dimensões psicossociológicas interdependentes na ação policial em uma troca de tiros.

Conforme Tajfel (1982), as questões sobre o comportamento social humano podem ser consideradas como um *continuum* que vai desde o biológico, passando pelo psicológico e sociopsicológico, até ao sociológico: “[...] todos os níveis interagem; que não se pode estudar um deles, sem tomar os outros em consideração” (Ibidem, p. 34).

Nessa mesma linha, Tajfel (1983) explica que os grupos sociais tratam, nas diferentes disciplinas, com um aglomerado de problemas comuns vistos de perspectivas diferentes, não sendo possível reivindicar qualquer espécie de monopólio de verdade fundamental ou prioridade conceitual para qualquer uma dessas perspectivas.

Utilizamos o ponto de vista dos policiais na análise porque, para Berger e Luckmann (2011), na sociedade um grupo muito limitado se preocupa em produzir teorias, mas todos participam de uma maneira ou de outra de um mundo de algum tipo. Diferentemente do filósofo, o homem da rua habita um mundo real para ele, embora em graus diferentes, tem um conhecimento construído suficiente para lidar com o seu dia a dia. Dentro de uma construção social da realidade, o homem de rua habitualmente dá como certa a sua realidade e o seu conhecimento, por exemplo, o conhecimento e a realidade do criminoso é diferente do conhecimento e da realidade do policial. Sobre a interação dos fatores sociais, psicologia e biologia, Berger e Luckmann (2011) afirmam que:

Embora neste caso a atenção se concentre sobre o fator social, as dificuldades teóricas são sempre semelhantes às que surgiram quando outros fatores tais como os históricos, os psicológicos ou os biológicos foram propostos com o valor de determinantes do pensamento humano. Em todos esses casos o problema geral tem sido estabelecer a extensão em que o pensamento reflete os fatores determinantes propostos ou independentes deles. (Ibidem, p. 15).

Quanto à nossa opção metodológica, recorreremos a Elster (1994), que acredita que, no complexo quebra-cabeça social, os fenômenos são explicáveis em termos individuais, como crenças, valores, características e seus fins. Na metodologia adotada por Elster, “explicação por mecanismos”, significa abrir a “caixa-preta” e mostrar as peças e engrenagens. A maquinaria em operação produz o fenômeno a ser explicado, “significa que devemos ser capazes de identificar antecipadamente as condições sob as quais um determinado mecanismo é acionado” (Ibidem, p. 8). Elster defende a explicação por mecanismos em função de acreditar que, no atual estágio das ciências sociais, não se

consegue formular leis gerais para a conduta humana, apontando-se apenas correlação e não causalidade. Um mecanismo causal tem um número infinito de elos, cada um descrito por uma lei geral, por uma “caixa-preta” sobre engrenagens e polias que permanecem ignoradas. Assim, explicar um evento é fazer um relato de porquê e como aconteceu, “eventos elementares são ações humanas individuais, incluindo atos mentais tais como a formação da crença” (Ibidem, p. 17). Elster defende que são possíveis a autonomia e o julgamento, tomando-se as pessoas como um agente, no sentido substantivo do termo.

Seguimos uma abordagem do problema a partir do olhar do sujeito policial. Em caráter exploratório, o indivíduo será o ponto de partida para entender alguns fenômenos sociológicos e psicossociais. Na explicação por mecanismos, Elster (1994) invoca as causas e consequências da ação individual voltada para o comportamento dos outros. E citar a causa não é suficiente, o mecanismo causal deve ser indicado e elucidado em termos de sucesso ou falha. É um método adequado para explicar quando as generalizações falham.

Assim, os fundamentos da explicação dos mecanismos serão explorados com o uso da Etnometodologia. Conforme Coulon (2005), a Etnometodologia lida com a ideia de que todos somos sociólogos em estado prático, sendo possível expressarmos o que fazemos para organizar nossa existência social. Supõe-se que a relação entre ator e situação não está baseada nos conteúdos culturais e nem nas regras, mas nos processos de interpretação (bricolagem institucional permanente). Muda-se do paradigma normativo para o paradigma interpretativo.

A Etnometodologia terá boa aplicação na pesquisa da atividade policial, com a finalidade de analisar como são tomadas as decisões capitais pelo policial e seus processos interpretativos do jogo em movimento em situações que envolvem risco. Contribuirá com o esforço de abrir a “caixa-preta” da atividade policial, para visualizar parte da “maquinaria” interacional normalmente escondida, eixos de relações verbais e não verbais. Na prática, a Etnometodologia utiliza métodos de compilação de dados variados: observação direta em classes, observação participativa, conversações, estudo de informes administrativos e escolares, resultado de provas, gravações de vídeo, outras gravações. Esses métodos competem à etnografia, em que a indicação metodológica é a observação no terreno, observação dos atores e situações.

Portanto, este estudo, em caráter exploratório, combinará os seguintes métodos: pesquisa bibliográfica, observação participante, grupos focais, desenhos (iconografia) e entrevistas.

A pesquisa foi subdividida em duas etapas, a saber:

- a) Na primeira parte: Pesquisa bibliográfica (livros, revistas, internet, documentos, seminários, entre outros), interagindo saberes policiais e militares, com saberes em sociologia, fisiologia, psicologia. A partir da teoria será possível integrar conhecimentos psicossociológicos para compreender algumas dimensões determinantes que afetam a decisão do uso da força letal pelos policiais em situações a que eles atribuem risco.
- b) Na segunda parte: Pesquisa de campo, com observação participante, entrevistas, grupos focais, iconografia (desenhos). Constatam 22 entrevistas, 05 grupos focais contendo de 4 a 6 participantes e iconografia com policiais militares, com o desenho do momento em que vivenciaram a decisão pelo confronto. Todos os entrevistados já tiveram durante a carreira um ou mais momentos de troca de tiros, decidindo pelo uso da força potencialmente letal.

Nas entrevistas, para estabelecer uma relação de confiança e maior liberdade nas respostas, e em função da sensibilidade do tema, não realizamos gravações de nenhuma espécie. Os respondentes foram tranquilizados para que as questões, interpretadas por eles como constrangedoras, fossem ignoradas, a fim de evitar respostas que não refletiriam a realidade. Foi explicado o trabalho, contendo duas partes complementares. A primeira parte com característica iconográfica<sup>7</sup>, o entrevistado elaborou um desenho ou esboço, com lápis preto, da cena marcante do confronto que proporcionou a decisão de reação ou ação – a “fotografia” gravada na mente. No segundo momento, coube aos policiais responder ao questionário contendo 38 perguntas. Intencionalmente, ao longo do questionário, incluímos redundâncias nas perguntas em diferentes formas, porém com o mesmo objetivo de resposta.

---

<sup>7</sup> O termo “iconografia” provém do grego “*eikon*”, que significa imagem, e “*graphia*”, que significa escrita, “escrita da imagem”. A iconografia é uma forma de linguagem que agrega imagens na representação de determinado tema. Disponível em: <http://www.infoescola.com/artes/iconografia/>. Acesso em: 25 fev. 2010.

Quatro grupos focais foram compostos por policiais militares voluntários que participaram de confrontos armados durante a carreira. As entrevistas ocorreram em períodos diferentes. Em Mato Grosso, foram três grupos focais, sendo dois em Cuiabá-MT e um em Várzea Grande-MT. No caso do quarto grupo focal, realizado no âmbito da Força Nacional em Brasília-DF (FN), os voluntários atuam como policiais nos estados de Mato Grosso, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. Os policiais escolhidos na FN já integraram grupos especializados nos estados de origem, o que justifica agrupá-los com o BOPE no Grupo II. Os principais pontos observados nos quatro grupos visam subsidiar os quadros das entrevistas nas seis dimensões analisadas.

Na fase final desta tese, para subsidiar as análises, criamos o quinto grupo focal, com quatro policiais militares graduados que trabalham na elaboração das escalas de serviço. Eles ajudaram a descrever os perfis dos policiais de rua, nos códigos e linguagens comuns sobre os diversos estilos comportamentais referentes à postura de trabalho.

Quanto ao local, a maior parte da pesquisa foi realizada em nível regional, na Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT). Segue abaixo uma breve descrição das unidades de trabalho dos policiais militares que participaram das entrevistas e grupos focais em Mato Grosso.

- a) *O 1º Batalhão de Polícia Militar de Mato Grosso (1º Batalhão)*: com sede em Cuiabá-MT, tem como área de atuação a região central de Cuiabá-MT; o policiamento predominante é realizado com policiais militares fardados com emprego de viaturas, a pé, bicicletas e motocicletas.
- b) *O 4º Batalhão de Polícia Militar de Mato Grosso (4º Batalhão)*: com sede em Várzea Grande-MT, tem como área de atuação a região central e parte dos bairros afastados; o policiamento predominante é realizado com policiais militares fardados com emprego de viaturas, a pé, bicicletas e motocicletas.
- c) *O Batalhão de Operações Especiais de Mato Grosso (BOPE)*: é uma unidade da Polícia Militar, com sede em Cuiabá, atua em todo o território do estado de Mato Grosso. Os policiais são acionados em situações especiais, como roubo com reféns, crimes violentos, atuação em ambientes como

bosques e matas. Usam uniformes e veículos diferenciados e com maior impacto visual. O BOPE adota como símbolo uma caveira crivada por uma faca, que simboliza a vitória sobre a morte. O ritual de ingresso é rigoroso e diferenciado. O policial, na conclusão do curso, passa a ser chamado de “caveira”.

Outras entrevistas foram realizadas no Departamento da Força Nacional (FN): com sede em Brasília-DF, criado em 2004, como programa do governo federal para apoio aos Estados na área de segurança pública brasileira. O seu efetivo é composto por policiais e bombeiros militares, cedidos pelos Estados e Distrito Federal, por meio de pacto federativo de apoio mútuo e auxílio às forças policiais locais nos momentos de grave perturbação da ordem pública.

Os entrevistados foram agrupados em dois grupos: Grupo I – Policiais de radiopatrulhamento (1º Batalhão e 4º Batalhão); Grupo II – Policiais do BOPE/FN. Os dois grupos possuem características de atuações diferenciadas. O Grupo I atua no patrulhamento diário e atendimento de ocorrências, agindo mais em situações não planejadas, enquanto o Grupo II opera em situações especializadas e com maior planejamento, com menor nível de surpresa.

Nos capítulos a seguir, constam as seis dimensões da ação policial em uma troca de tiros. Conforme já citado na introdução, a primeira dimensão envolve o perfil policial. A segunda dimensão descreve o ambiente do confronto. A terceira dimensão analisa o momento da decisão do tiro pelo policial. A quarta dimensão lida com as reações emocionais antes, durante e depois do evento crítico. A quinta dimensão narra os limites do treinamento policial, o aprendizado nas ruas com os veteranos e a própria experiência adquirida. Na sexta e última dimensão, verificamos as expectativas e valores que influenciam a ação policial. Todas essas dimensões interagem na decisão psicossociológica pelo uso da força letal.

## **CAPÍTULO 1 – PRIMEIRA DIMENSÃO: O PERFIL POLICIAL**

Esta dimensão trata o perfil do policial, em três subdivisões. Na primeira descrevemos o trabalho da polícia no mundo e no Brasil. Na segunda subdivisão apresentamos os perfis dos policiais que se envolveram em uma troca de tiros e que foram entrevistados neste estudo. No terceiro tópico, consta uma descrição dos rótulos que os policiais de rua utilizam para categorizar o estilo de comportamento dos outros colegas nas ruas. A análise geral enfoca a influência do perfil policial na tomada de decisão pelo uso da força letal.

### **1.1 Trabalho da polícia**

No sentido amplo, o trabalho da polícia pode ser descrito, segundo Bayley (2002), em termos de processo como funções de aplicação da lei (crimes) e ao mesmo tempo funções de prestação de serviços administrativos auxiliares (não crimes). Os verbos mais utilizados são: prender, relatar, tranquilizar, advertir, prestar socorros, aconselhar, mediar, interromper, ameaçar, citar, ou seja, “o trabalho dos policiais é o que os policiais fazem nas situações que encontram” (Ibidem, p. 119). A atribuição mais designada para a maior parte dos policiais em todo o mundo é o “patrulhamento”. Em torno de um conceito mundial, o termo polícia refere-se a pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro desse grupo, através da aplicação da força física. Em outras palavras, o termo polícia compreende: força física, uso interno e autorização coletiva. A polícia se

distingue não apenas pelo uso real da força, “mas por possuir autorização para usá-la [...]” (Ibidem, p. 20).

Bittner (2003) acrescenta que ser policial significa estar autorizado, quando exigido, a agir de modo coercitivo, mediante avaliação do próprio policial, conforme condições do local e do momento. Os policiais estão engajados no que é chamado de manutenção da paz e da ordem, com um leque quase infinito de intervenções necessárias no fluxo de vida da sociedade moderna.

O ouvido vocacional do policial está permanente e especificamente sintonizado a solicitações emergenciais e de pronta resposta. Racionalmente, o próprio policial pode decidir agir, sendo que sua ação apenas segue o impulso de largar tudo para realizar uma captura, tendo como justificativa o sentimento público e a busca de reconhecimento. O policial, ao correr para a cena de qualquer crise, julga suas necessidades de acordo com os cânones e a razão do senso comum, ou seja, impõe solução sem considerar a resistência ou oposição, atuando como praticante individual de uma profissão – enfim, “o policial age quando algo [...] não deveria acontecer e sobre o que seria bom alguém fazer alguma coisa imediatamente” (Ibidem, p. 232).

Na mesma linha de pensamento, Goldstein (2003) entende que a autoridade policial tem uma forma específica de atuar, no sentido de prender, investigar, deter e usar a força, podendo restringir a liberdade, invadir a privacidade e, de forma mais rápida e direta, causar forte impacto sobre os indivíduos. Tal autoridade é delegada aos baixos níveis da burocracia e na maioria dos casos sem supervisão e controle. O sistema valoriza o policial que está disposto a enfrentar todas as exigências jogadas sobre os seus ombros, enquanto faz os preparativos necessários para evitar conflitos, e muito desses preparativos são feitos nas ruas, baseados em julgamentos de policiais de patrulha.

Sobre as funções desenvolvidas pela polícia, Goldstein cita que a polícia mais cuida de administração de serviços (primeiros socorros) do que de administração da lei. Fazer o melhor possível para prevenir que uma situação que já é ruim não fique pior ainda, para em seguida passar o caso para um agente ou um órgão melhor equipado para lidar com o problema subjacente de uma forma mais permanente.

Além do atendimento a ocorrências de risco armado, a maior parte das horas é devotada a cuidar de acidentes e de pessoas, pessoas embriagadas ou drogadas, além de tratar de problemas familiares, brigas entre gangues e reuniões barulhentas. Nas regiões mais populosas e miseráveis das grandes cidades, a combinação de pobreza, desemprego, lares destruídos, baixo nível de instrução e outros elementos de desorganização social resultam, muitas vezes, em os policiais serem chamados para fazer o papel de pais, assistentes sociais, advogados, médicos e psiquiatras. Além disso, a “polícia mais frequentemente cuida daqueles que não sabem se cuidar: os carentes, os bêbados, os viciados, os doentes mentais, os senis, os alienados, os deficientes físicos e as crianças” (Ibidem, p. 42).

No sentido estrito, nosso estudo delimita-se à categoria de policiais militares, e, conforme o Código Brasileiro de Ocupações - CBO (2012), os policiais realizam policiamento ostensivo preventivo fardado e atendem e solucionam ocorrências. Executam atividades operacionais e policiamento reservado. Restabelecem a ordem pública, controlam distúrbios civis e garantem o cumprimento de mandado judicial. Para o exercício dessas ocupações, requerem-se escolaridade de nível médio e qualificação profissional de nível técnico. O exercício pleno da ocupação de polícia militar ocorre após um a dois anos de experiência.

Ainda de acordo com o código de ocupações, os policiais trabalham em corporações da polícia militar, como estatutários, atuam de forma individual ou em equipe com supervisão permanente, o ambiente de trabalho pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos. O horário pode ser diurno, noturno ou em rodízio de turnos. Permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis, trabalham sob pressão, o que pode levá-los a situações de estresse. Correm o risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.

## **1.2 Policiais entrevistados**

No trabalho de campo foram entrevistados vinte e dois policiais militares que decidiram pelo uso da força letal em uma troca de tiros. Em termos de local de trabalho,

foram seis policiais do 1º Batalhão, cinco do 4º Batalhão, sete do BOPE e quatro da Força Nacional.

Segue abaixo o perfil individual de cada policial militar entrevistado. Não constam posições hierárquicas dos militares. Cada codinome foi autoatribuído. Separamos os policiais apenas entre o Grupo I e o Grupo II.

### **Grupo I – policiais militares de radiopatrulha**

1) **Francisco:** 27 anos de idade, 2 anos de tempo de serviço, casado, tem 1 filho, participou de um confronto e nunca se feriu.

2) **E. Fernandes:** 27 anos de idade, 6 anos de tempo de serviço, casado, católico, tem 1 filho, participou de dois confrontos e nunca se feriu.

3) **Jeferson:** 27 anos de idade, 9 anos de tempo de serviço, casado, cristão, tem 1 filho de 7 meses, participou de dois confrontos e nunca se feriu.

4) **José:** 41 anos de idade, 17 anos de tempo de serviço, casado, católico, pertence à maçonaria, tem 3 filhos de 12, 11 e 6 anos, participou de quatro confrontos e nunca se feriu.

5) **Estive:** 28 anos de idade, 6 anos de tempo de serviço, casado, evangélico, não tem filhos, participou de três confrontos e nunca se feriu.

6) **Samanta:** 33 anos de idade, 12 anos de tempo de serviço, casada, católica, tem 3 filhos, participou de três confrontos e nunca se feriu.

7) **Pescoço:** 44 anos de idade, 22 anos de tempo de serviço, casado, católico, não tem filhos, participou de vários confrontos, sendo que o último ocorreu 4 horas antes da entrevista, e nunca se feriu.

8) **Papa Mike:** 27 anos de idade, 9 anos de tempo de serviço, solteiro, evangélico, não tem filhos, participou de cinco confrontos, sendo que o último ocorreu havia 72 horas, e nunca se feriu.

**9) Borges:** 46 anos de idade, 17 anos de tempo de serviço, casado, católico, tem dois filhos de 21 e 14 anos, participou de sete confrontos e já se feriu em confronto.

**10) Gildo:** 34 anos de idade, 8 anos de tempo de serviço, casado, espírita, não tem filho, participou de dois confrontos e nunca se feriu em confronto.

**11) Steeves:** 38 anos de idade, 10 anos de tempo de serviço, solteiro, espírita, tem 2 filhos de 11 e 10 anos, participou de dois confrontos, sendo que o último ocorreu no dia anterior à entrevista, e nunca se feriu em confronto.

## **Grupo II – policiais militares do BOPE/Força Nacional**

**12) João:** 25 anos de idade, 6 anos de tempo de serviço, solteiro, católico, não tem filhos, participou de dois confrontos e nunca se feriu.

**13) Marcos:** 34 anos de idade, 16 anos de tempo de serviço, casado, tem 1 filho de 3 anos, participou de dois confrontos e nunca se feriu.

**14) João B:** 31 anos de idade, 10 anos de tempo de serviço, casado, católico/espírita, não tem filhos, participou de um confronto e nunca se feriu.

**15) Rodrigo:** 28 anos de idade, 6 anos de tempo de serviço, convivente, católico, tem 1 filho de 2 anos, participou de quatro confrontos e nunca se feriu.

**16) Caveira:** 23 anos de idade, 6 anos de tempo de serviço, solteiro, católico, não tem filhos, participou de dois confrontos e nunca se feriu.

**17) Daniel de Queiroz:** 28 anos de idade, 8 anos de tempo de serviço, casado, católico, tem um filho de 2 anos de idade, participou de um confronto e nunca se feriu.

**18) Marcus:** 27 anos de idade, 8 anos de tempo de serviço, casado, católico, não tem filhos, participou de um confronto e nunca se feriu.

**19) Falcão:** 40 anos de idade, 18 anos de tempo de serviço, casado, católico, possui 3 filhos, participou de cinco confrontos e já se feriu.

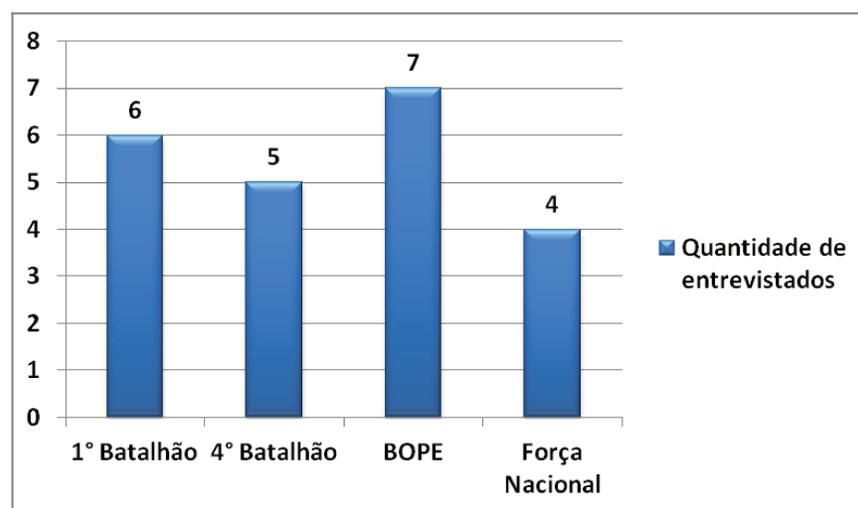
**20) Rogério:** 28 anos de idade, 10 anos de tempo de serviço, solteiro, católico, possui uma filha, participou de vários confrontos e já se feriu algumas vezes.

**21) Fernando:** 28 anos de idade, 7 anos de tempo de serviço, solteiro, não tem filhos, participou de três confrontos e nunca se feriu.

**22) Alex Junior:** 34 anos de idade, 15 anos de tempo de serviço, casado, tem 1 filho, participou de sete confrontos e já se feriu.

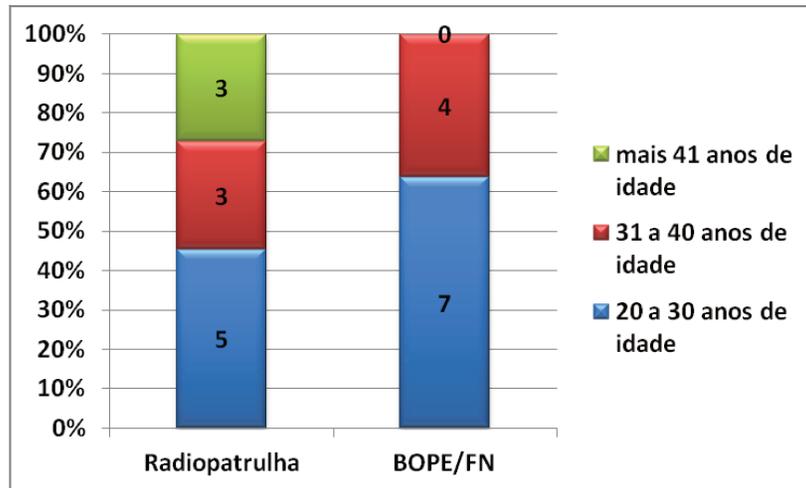
Os perfis dos entrevistados que participaram de confrontos foram categorizados e expressos nos gráficos de 1 a 8.

**Gráfico 1 – Policiais militares entrevistados por unidade de trabalho.**



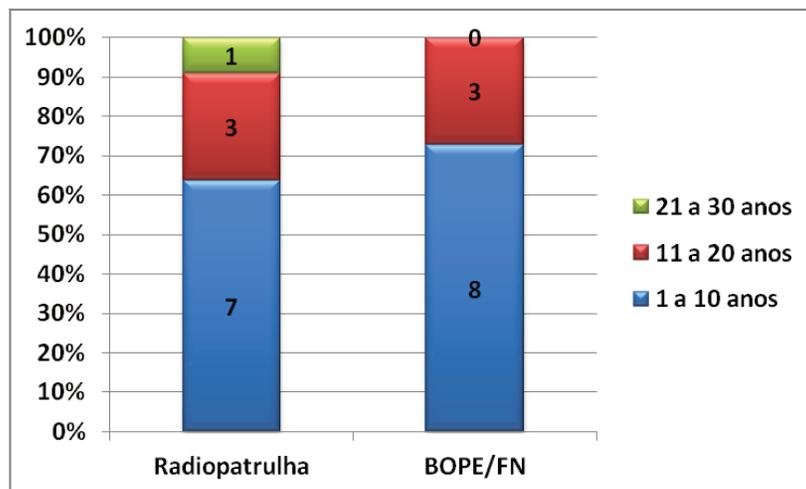
No Gráfico 1, consta a distribuição dos policiais por unidade de trabalho. Para fins de análise, foi mantido o equilíbrio numérico entre os Grupo I e II.

**Gráfico 2 – Faixa etária.**



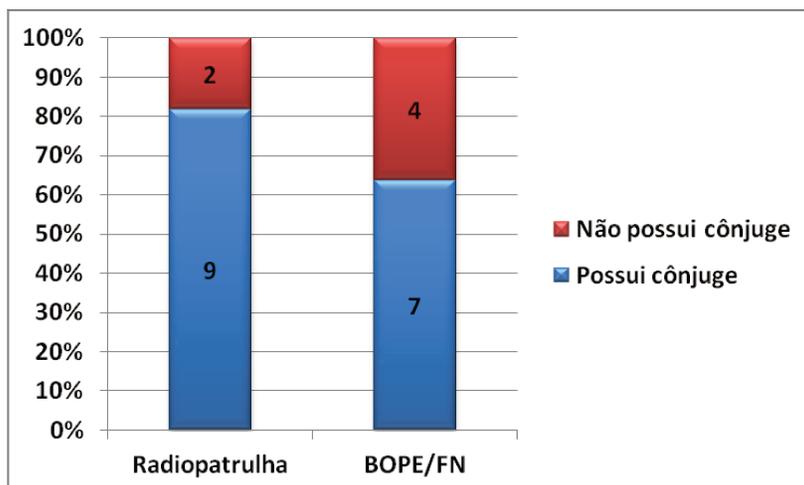
No Gráfico 2, sobre faixa etária, o Grupo I transita entre 20 e 30 anos, mas possui alguns policiais acima de 41 anos de idade. No Grupo II, a maioria dos policiais possui entre 20 e 30 anos de idade e a uma minoria possui entre 31 e 40 anos. Logo, os policiais do Grupo II tendem a ser mais jovens.

**Gráfico 3 – Tempo de serviço.**



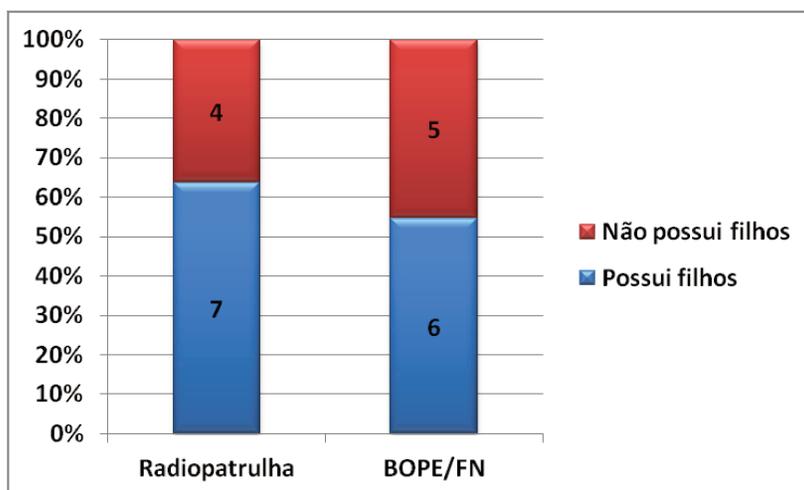
No Gráfico 3, sobre o tempo de serviço, os dois grupos se equilibraram, em geral possuem até 10 anos de serviço, uma minoria possui entre 11 e 20 anos de serviço.

**Gráfico 4 – Vida conjugal.**



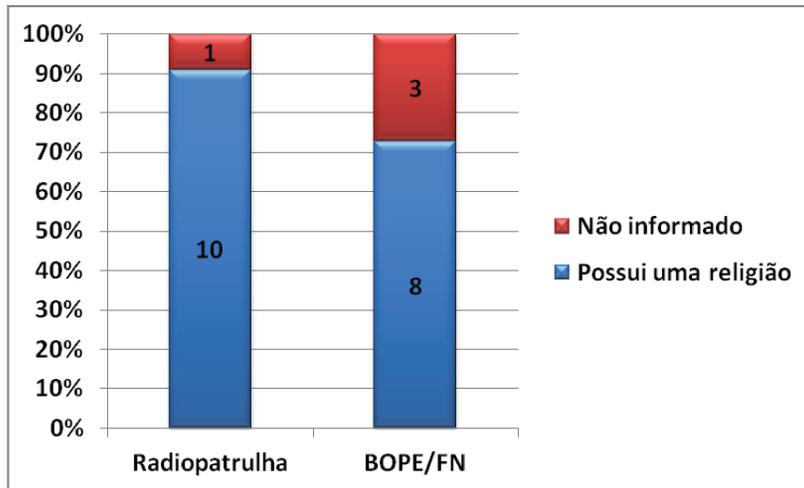
O Gráfico 4, sobre a vida conjugal, indica que, nos dois grupos, a maioria dos policiais são casados, mas o Grupo II aponta um número menor de casados, se comparado ao Grupo I. A categoria engloba o convívio conjugal, seja formal ou informal.

**Gráfico 5 – Filhos que possui.**



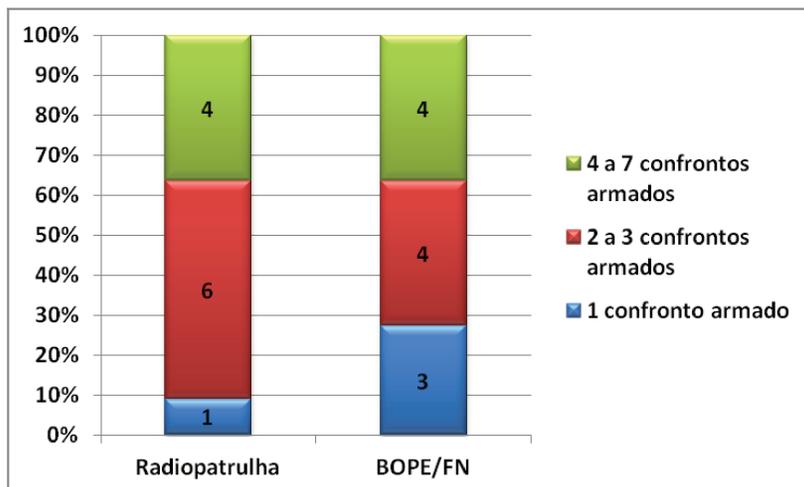
No Gráfico 5, sobre filhos, o Grupo I indica que a maioria possui filhos. No Grupo II existe certo equilíbrio entre os policiais que possuem filhos e os que não possuem.

**Gráfico 6 – Religião.**



No Gráfico 6, sobre religião, os dois grupos apontaram que a maioria professa alguma religião, mas o número foi relativamente menor no Grupo II.

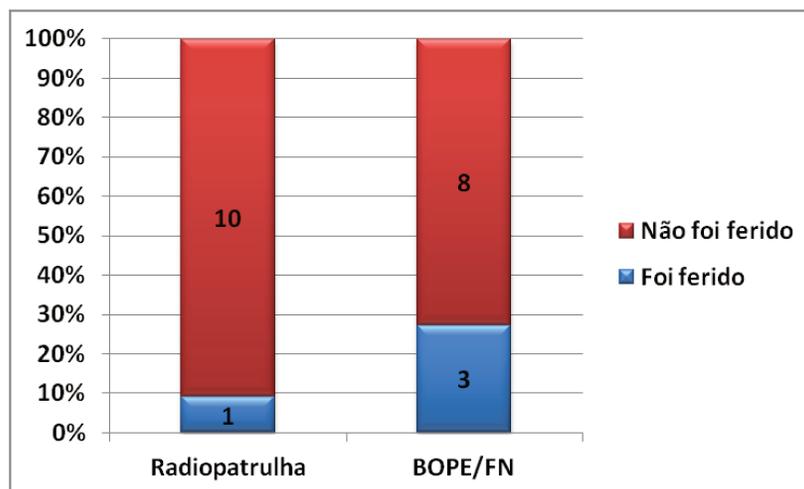
**Gráfico 7 – Quantidade de confrontos armados.**



No Gráfico 7, sobre a quantidade de confrontos armados de que os policiais participaram, no Grupo I predominou a quantidade de 2 a 3 confrontos, mas uma parte se envolveu em 4 a 7 confrontos. No Grupo II existe um equilíbrio, um número menor se envolveu em apenas um confronto, uma parte se envolveu em 2 ou 3 confrontos e outra parte de 4 a 7 confrontos. O Grupo I tende a se envolver em mais confrontos que o Grupo

II, porém numa faixa entre 2 e 3 confrontos.

**Gráfico 8 – Policial ferido no confronto.**



No Gráfico 8, sobre ferimentos nos confrontos, a maioria nos dois grupos nunca se feriu, mas o Grupo II tende a ter um número maior de feridos que o Grupo I.

No mesmo gráfico, combinando com as informações do gráfico 7, verificamos uma possível relação entre ferimento e número de confrontos de que o policial participou: notou-se que os policiais feridos participaram de 4 a 7 confrontos na carreira. Existe a possibilidade de que esses policiais subestimaram os riscos devido à experiência e à confiança pessoal após vários confrontos.

Pela análise global entre os dois grupos, o tempo de serviço é semelhante. Porém, quanto às diferenças entre os grupos, notamos que o Grupo I, composto por policiais militares de radiopatrulha, possui idade superior, os policiais casados e com filhos são em maior número e quase todos possuem alguma religião. Esse grupo também se envolveu em mais confrontos, porém seus integrantes se feriram menos. O Grupo II, composto por policiais mais jovens, acumula mais ferimentos em confrontos que o Grupo I, talvez pelo fato de lidarem frequentemente com ocorrências mais graves. Assim, o comportamento mais letal se evidencia no Grupo II, composto por policiais mais especializados em confronto armado.

Pelas entrevistas, verificamos que ambos os grupos são categorizados internamente como “os policiais operacionais”. O Grupo I é visto como operacional no atendimento a casos corriqueiros, como uma discussão familiar ou desentendimento entre vizinhos, mas que exigem do policial um “tirocínio” para que as coisas não fiquem ainda pior e, caso isso ocorra, que sua resposta seja adequada em termos de força; esse grupo se orgulha de “saber entrar na ocorrência”. O Grupo II possui um *status* mais operacional por lidar com ocorrências de extremo risco; quando são acionados, orgulham-se em dizer que “quando a população está em perigo ela chama a polícia, e quando a polícia está em perigo, ela nos chama”.

Portanto, existem, no meio policial, outras subcategorias em que cada grupo se rotula ou é rotulado, e que tais estereótipos evidenciam alguma influência subjetiva na decisão pelo uso da força letal. E, para explorar tais relações internas de prestígio ou desprestígio, pesquisamos os estereótipos entre os policiais no dia a dia de serviço.

### **1.3 Estereótipos entre os policiais**

Para alguns observadores da vida na polícia, o comportamento policial tende a ser semelhante no exercício da profissão e geralmente modelado pela instituição formal. Porém, descobrimos que, se observarmos mais internamente e nas perspectivas dos próprios policiais, surgem várias subcategorias de comportamentos e de *status* descritos por diversos estereótipos na linguagem do policial de rua e que podem, sob nossa ótica, exercer alguma influência nas preferências pelo uso da força letal.

Para analisarmos os estereótipos dos policiais de rua, reunimos um grupo focal composto por quatro policiais “escalantes”. Este é um termo para definir uma função desempenhada por policial graduado e com mais tempo de serviço, que elabora a escala de serviço diário, e também conhece os policiais diretamente pelos nomes e administra os conflitos de interesses individuais e preferências com relação às composições das equipes de trabalho. Os escalantes apontaram que, quando um policial está insatisfeito com o colega, ele solicita para ser escalado com outro parceiro, geralmente por afinidades e estilos

de trabalho com o qual se identifica. Um exemplo comum é de um policial que se dirige para o escalante solicitando: “sargento, me coloca em outra guarnição, o meu parceiro é serra fox”. O termo “serra fox” deriva de uma linguagem de radiocomunicação para soletrar palavras, no caso a letra “s” é serra e a letra “f” é fox, logo, s.f. significa “sem futuro”, sendo todo aquele que não combina com o perfil de trabalho do policial reclamante.

Conforme revelado no grupo focal, os policiais tendem a usar os seguintes rótulos para categorizar os colegas no trabalho de rua: o “operacional”; o “sugador”; o “alterado”; o “pasepeiro”; o “adm”; o “cansado”; o “oitocentos”. Em uma amostra de 1 a 100 policiais, os escalantes, pela experiência e por consenso, estimaram as categorias nos seguintes percentuais:

- 60% são os “policiais operacionais”, que são admirados, focalizados no trabalho, proativos, procuram a ocorrência, se automotivam, abordam muitos suspeitos no serviço e não são desonestos, “não colam as placas” (aqueles que não congelam diante do perigo), nem são “violentos demais”. O “operacional” é considerado o policial padrão, que sabe atender bem a ocorrência e não se envolve com coisa errada. Tem disposição para atirar se for preciso. Quando sofrem ameaças de morte de criminosos que eles já prenderam, não se intimidam, somente temem pela família, por ela estão dispostos a “ir até as últimas consequências, o tudo ou nada com os bandidos”. Os operacionais preferem trabalhar com outros operacionais, mas também aceitam trabalhar com os “alterados”, os “cansados” e os “adm”.

- 13% são os “policiais sugadores”, que se subdividem entre “os moitas” (os que se escondem) e os “acochambrados” (os que só querem tranquilidade). O sugador não se manifesta quando é chamado pelo rádio, não trabalha bem, fica escondido esperando acabar o serviço e sempre entra com atestado médico ou licença para fugir do trabalho. Eles são vistos com desprezo pelos colegas. Os sugadores aceitam trabalhar com qualquer grupo, pelo fato de serem rejeitados pelos colegas.

- 10% são os “policiais alterados”, assemelhados em parte aos operacionais, mas “perdem a cabeça” com facilidade, são mais violentos. Têm dificuldades de lidar com os problemas pessoais e descontam as frustrações nas ruas. São aceitos pelos outros com

cautela, pois, quando uma ocorrência já está “redonda” (perfeita), fazem algo inesperado, como bater em quem está algemado. O alterado gera ocorrência em cima de uma ocorrência pelo seu perfil explosivo. O alterado prefere trabalhar com o operacional. Costuma ser denunciado por abuso de autoridade e, quando recebe muitas punições ou não é promovido por “bronca” (processo), tende a mudar para o grupo dos policiais “cansados”.

- 5% são os “policiais cansados”, que são desmotivados pela falta de apoio pessoal, sentem-se desprestigiados profissionalmente. Trabalham no limite e sempre pedem para serem escalados preferencialmente em locais mais calmos, para evitar uma “bronca”. Aceitam trabalhar com os operacionais.

- 5% são os “policiais pasepeiros”: o termo deriva da sigla PASEP, referente a um programa de seguro-desemprego no Brasil; na gíria policial, “pasepeiro” significa gostar de “propina”, dinheiro por meio de extorsão, são os policiais envolvidos com corrupção financeira. Eles não procuram as ocorrências de risco, pois trabalham atrás de vantagem financeira, geralmente “são assim desde que entraram na polícia” ou “são contaminados”. Os demais colegas fazem “vista grossa”, mas são olhados com cautela pelos demais policiais, embora convivam bem com os demais colegas por serem “descolados”, não se importando com as piadas e rindo juntos. O “pasepeiro” trabalha bem com outro igual, mas é evitado pelos demais. No serviço, quando ele “pasepa”, o colega que não é “pasepeiro” pede sutilmente para ser trocado de guarnição, com medo de se complicar. Uma estratégia usada para atrapalhar o “pasepeiro” no serviço é colocar um policial “operacional” de graduação superior para vigiá-lo – se for de igual graduação ou novato, pode ser “contaminado” com um “cala boca” (dinheiro em troca de convivência). O “pasepeiro” é viciado em dinheiro ilícito e vive cheio de dívidas, o que reforça ainda mais o seu comportamento desviante. Geralmente, quando é descoberto e as provas são suficientes, respondem a processo de demissão.

- 5% são os “policiais adm”, com significado de administrativo; na percepção dos colegas, não possuem vocação para o trabalho policial. Não levam jeito para o trabalho de rua. Mas geralmente se dão bem por serem “peixe” ou “colado” (terem amizade com alguém influente). Na visão dos policiais, o fato de o colega trabalhar na burocracia policial, não significa que seja enquadrado como um policial “adm”. O policial “adm” é

visto como alguém que escolheu a profissão errada, e com quem “não se pode contar muito em uma situação problema, pois pode fugir ou colar as placas”. É visto com discriminação pelos demais colegas. Prefere trabalhar com os policiais “operacionais”, mas também trabalha com os “sugadores”.

- 2% são os “policiais oitocentos”, o que significa “quase loucos”, pois o número 801, na linguagem policial, é um código para se referir às ocorrências envolvendo pessoas mentalmente transtornadas. O “oitocentos” possui um comportamento que “extrapola em tudo e não tem limite, é sempre imprevisível”. O termo também é utilizado para os policiais com dependência crônica de álcool ou drogas. São internamente marginalizados e não confiáveis no serviço. Esta categoria pode somar comportamentos de todas as outras categorias identificadas, como por exemplo, a soma de “pasepeiro” e “alterado”, dentre outras.

Outra categoria existente, mas que o grupo focal entendeu que não tem como mensurar em uma escala de 1 a 100, são os “justiceiros”, que são menos comuns, estão em extinção, existe um ou outro dentro de um universo muito maior de policiais, não sendo possível contabilizar percentualmente. É uma amostra muito desviante, mas que ainda existe. Eles “são os caras de coragem”, “matadores”, são frios e viciados em matar, mas geralmente deixam pistas e acabam presos ou mortos em algum momento. Agem principalmente no período de folga e no anonimato. Geralmente começam como justiceiros matando “criminosos” e depois viram pistoleiros e matam por dinheiro. Eles são vistos com certo respeito e medo, “ninguém quer confusão com esse tipo de cara”.

Em todos os estilos categorizados, prevalece um código de silêncio, pois o pior rótulo que qualquer policial de rua pode receber é o de “X Nove”, refere-se ao delator ou “dedo-duro”. Tal comportamento do silêncio é, para Goldstein (2003, p. 13), em função da necessidade de agir fora de padrões legais, os policiais alimentam uma subcultura com uma rede de relacionamentos entre pares, que molda e perpetua um padrão de comportamento, de valores, de isolamento e de sigilo, que caracteriza a polícia. São profissionais que atuam em ambientes hostis, cheios de desconfiança e violência. Espera-se que eles lidem de forma rotineira e com o menor alarde possível como um homem portador de arma e capacidade de superar resistência pelo uso da força, dando um basta a certos tipos de comportamento.

O resultado do grupo focal demonstrou a existência de vários grupos que convivem juntos, mas que se distanciam por conta dos interesses conflitantes, em que um considera o outro desviante. Para Becker (1991), as pessoas desviantes são consideradas *outsiders*, o que significa o processo de rotulação de indivíduos que desviam ou vivem em desacordo com as regras de comportamento estipuladas pelo outro grupo. Todavia, as pessoas rotuladas podem ter uma opinião diferente e até entender que os rotulantes são os desviantes de fato. Daí entendemos o uso universal do termo “serra fox” pelos policiais que se demonstram insatisfeitos com a companhia do outro que é diferente. O comportamento diferente não é uma qualidade do ato que uma pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções, “o desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.” (BECKER, 1991, p. 22). O que existe em comum entre as pessoas rotuladas e as que rotulam é a relação de transação ou interação entre os dois lados: a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem ao ato.

Utilizando o ponto de vista de Becker como análise, verificamos que os policiais se agrupam analisando o ato do outro como comportamento infrator ou não infrator, e ao mesmo tempo como desviante ou não desviante do grupo a que pertencem. Os policiais “adm”, os “oitocentos” e os “sugadores” são percebidos como desviantes pelos colegas, mas sem comportamento visto como infrator. Os policiais “pasepeiros” são vistos como desviantes e com comportamento infrator. Os policiais “operacionais” e “cansados” não são percebidos como desviantes e nem com comportamento infrator, são mais aceitos, e o “cansado” é visto como vítima das circunstâncias, enquanto o “operacional” é o modelo padrão. Os policiais “alterados” e “justiceiros” possuem um comportamento infrator, mas existe ambiguidade na percepção dos colegas sobre se o comportamento é desviante ou não, dependendo da causa em jogo.

A categoria em que não percebemos uma visão negativa foi a dos “policiais operacionais”, que, pela percepção do grupo, corresponde à maioria. Porém, na percepção dos escalantes, existem algumas categorias que podem ser ajustadas profissionalmente, mediante tratamento distinto dos dirigentes. Os policiais “alterados” precisam de acompanhamento psicológico devido o nível de agressividade e *stress*. Os policiais

“cansados” podem melhorar a prestação de serviço se valorizados e reconhecidos pela direção institucional, principalmente nas épocas de promoções. Os policiais “sugadores” precisam ser mais acompanhados de perto pelas chefias e fiscalizados, mas este é um grupo difícil de lidar. Os policiais “pasepeiros” devem ser colocados para trabalhar sempre com policiais honestos de graduação superior para exercer vigilância, o que, nesse caso, vai apenas minimizar. Sobre as demais categorias, surgiram comentários de ajuste.

O comportamento dos policiais na criação dos estereótipos intergrupos pode ser explicado por Tajfel (1983), que entende que, no comportamento intergrupo, os indivíduos que pertencem a um grupo interagem, coletiva ou individualmente, com outro grupo ou membros dele, nos termos da identificação de um grupo. A descrição de pertencimento a um grupo envolve três componentes: um componente cognitivo, no sentido em que se sabe que se pertence a um grupo; um componente avaliativo, no sentido em que a noção de grupo ou de pertença a ele pode ter uma conotação de valor positivo ou negativo; e um componente emocional do grupo e da pertença, acompanhado de emoções como ódio, amor, gostar, não gostar, dirigidas para o próprio grupo e para outros com os quais se têm certas relações.

Tajfel (1983) entende que haverá situações sociais que obrigarão a maior parte dos indivíduos envolvidos a agir segundo a sua pertença no grupo, por muito fracas e pouco importantes que tenham sido para ele as suas primeiras identificações com o grupo. Tal afirmação é complementada com o pressuposto de que a pertença de um grupo também acentue certas identificações com o grupo que antes não tinham muito significado, criando uma percepção comum de uma variedade cada vez maior de situações sociais, relevantes de alguma maneira para reforçar a pertença de grupo. Um efeito frequente na ação de grupos, em uma afirmação intragrupo, é o anonimato imposto aos estranhos ou a despersonalização dos membros do grupo alheio.

A diferenciação de outros grupos preenche duas funções importantes, uma para o grupo no conjunto e outra para os seus membros individuais. Vejamos:

Para o grupo no seu conjunto, ela serve para reforçar os costumes, isto é, contribui para a continuação do grupo como entidade social articulada. Para os indivíduos membros do grupo, as diferenciações positivamente valorizadas em

relação aos outros grupos contribuem favoravelmente para a sua imagem própria e aumentam o seu respeito próprio (Ibidem, p. 367).

Como observado nas informações do grupo focal, os estereótipos criam uma imagem hipersimplificada de uma determinada categoria de policial, instituição ou acontecimento compartilhado em aspectos essenciais por um grande número de colegas, para depreciar aquilo que o grupo receia, no caso, as categorias que evita. Pessoas que, por ocasião da profissão, são colocadas diariamente em contato com a criação e difusão de estereótipos sociais, são conscientes das funções sociais que os estereótipos têm. Funcionam como instrumento de criação e preservação de ideologias de grupo, para explicar ou justificar uma variedade de ações sociais e ajudar a preservar ou criar diferenciações positivamente valorizadas de um grupo em relação a outros grupos sociais. Tajfel (1982, p. 168), sobre a principal função dos estereótipos, sintetiza “o papel por eles desempenhado, na preservação do sistema de valores dum indivíduo”.

Segundo Tajfel (1983), a existência e funcionamento dos estereótipos sociais são um exemplo da forma como os processos psicológicos sociais contribuem para a tessitura de uma situação social intergrupo objetiva.

Torna-se importante relacionar o termo preconceito com o sentido da palavra etnocentrismo. Tajfel (1983), para traduzir o conceito de “etnocentrismo”, recorreu ao texto de Summer (1906, p. 12-13):

Etnocentrismo é uma designação técnica daquela visão das coisas em que o nosso próprio grupo é o centro de tudo e a base de referência a partir da qual categorizamos e classificamos todos os outros. Cada grupo alimenta a sua vaidade e orgulho próprios, faz alarde da sua superioridade, exalta as suas divindades próprias e olha com desprezo para os que estão fora. Cada Grupo considera seus costumes como únicos e justos e se verifica que os outros grupos têm outros costumes, escarnece deles. Estas diferenças dão origem a epítetos difamatórios (Ibidem. p. 366).

Goffman (1961), citado por Wacquant (2002), concluiu que todo grupo de pessoas – prisioneiros, primitivos, pilotos ou pacientes – desenvolve uma vida própria que se torna significativa, racional e normal assim que o observador se aproxima do grupo.

Bourdieu (1996) comenta sobre a existência de posições sociais traduzidas por uma classe de gostos, ou seja, uma classe de *habitus*:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras [...] uma das funções do *habitus* é dar conta da unidade de estilo que vincula práticas e os bens de um agente singular ou uma classe de agentes (Ibidem, p.21).

Pelas categorizações dos grupos e a percepção de que o diferente é o “serra fox”, cada grupo se identifica por um estilo específico e gostos distintos. Mas todas as categorias já descritas possuem comportamentos comuns, como por exemplo, o comportamento do silêncio. Conforme Bourdieu, o *habitus* é o princípio gerador e unificador de um estilo de vida único, envolvendo escolhas pessoais, bens e práticas que permitem diferenciar os diferentes, por exemplo, o que o operário come, a sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas, o estilo de consumo.

Os sujeitos são agentes que atuam e que sabem, dotados de um “senso prático”, de um sistema adquirido de preferências, de gostos, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e da resposta adequada. Bourdieu cita que: “O *habitus* é uma espécie de senso prático do que deve fazer em dada situação — o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo” (Ibidem, p. 42).

Os policiais envolvidos em confronto também aprendem a se antecipar em um jogo, na maioria das vezes tendem a ser enquadrados nas categorias de policiais “operacionais”, “alterados” e “cansados”. Outras categorias também definem como jogada antecipatória a atitude de não jogar o jogo, como por exemplo os policiais descritos como “cansados”, “adm” e “sugadores”. São formas diferentes de sobreviver no mesmo ambiente policial, por meios e razões distintas. Na visão do Bittner (2003), existe uma enorme diferença entre o policial que sabe que pode ter que agir de maneira coercitiva caso tudo falhe, e o policial impulsivamente violento. Mas ambos sabem que uma pessoa que não pode se imaginar usando a força de vez em quando é melhor não procurar emprego na polícia. Existe uma diferença considerável entre os policiais, tanto na habilidade como na preferência por uma

ou outra técnica, tais como negociação, intimidação e habilidade física. Do mesmo modo existe uma enorme diferença na velocidade e na probabilidade com que os policiais mudam de métodos de controle menos coercitivos para os mais coercitivos.

Portanto, combinando o resultado do grupo focal com as percepções teóricas de Becker, Tajfel, Wacquant e Bourdieu, notamos que os policiais criam seus subgrupos, como um espaço de identidade e autoafirmação. Estabelecem sua subcultura e refutam as demais que a ameaçam. O que para alguns é visto como comportamento desviante, para outros é visto como comportamento adequado. Mas o que todos os subgrupos carregam em igual valor é o código do silêncio entre os pares, tais categorias adotam o ditado popular em que “conta-se o milagre, mas não se fala o nome do santo”. O que notamos também é que uma mesma informação será interpretada de formas diferentes por cada um dos grupos, e isso influenciará a postura frente à decisão pelo uso da força, pois os códigos de coragem e destemor variam conforme cada grupo estereotipado. Enquanto alguns policiais buscarão o confronto armado, outros se afastarão. Enquanto alguns policiais no momento do tiro avaliarão o nível de risco como alto, outros avaliarão como controlável. Assim, a percepção do policial em face de decisão pelo uso da força letal sofre influências do seu estilo de trabalho e do seu subgrupo de pertencimento.

## **CAPÍTULO 2 – SEGUNDA DIMENSÃO: O AMBIENTE DO CONFRONTO**

Neste ponto analisamos o ambiente do confronto por meio dos desenhos realizados pelos policiais sobre o momento do confronto que foi determinante na decisão pelo uso da força policial. Os desenhos contribuem para o leitor melhor visualizar as cenas do ocorrido na imagem retratada pelo policial. Constatam pontos ricos para a observação de dados relativos ao momento do confronto. As imagens descrevem o ambiente, a relação entre policiais e suspeitos, os disparos realizados, a presença de vítimas e, em particular, a perspectiva do policial sobre o momento a que ele atribuiu alto risco de vida com ferimento ou letalidade. Após a exposição dos desenhos, segue uma análise geral e ao final constam algumas informações gráficas sobre os Grupos I e II.

### **2.1 Ambiente do confronto nos desenhos**

Segundo Melo (1991) e Gunther e Rozestraten (2005), “o ambiente influencia o comportamento e o comportamento influencia o ambiente”. O homem, onde quer que seja, ocupa algum lugar no espaço, que possui algumas propriedades especiais, como iluminação, ventilação, abrigo do sol, calor, entre outros. No caso da atividade desempenhada pelos policiais, ocorre o mesmo. Durante um confronto ele procura um abrigo, analisa as condições ambientais como ruas, prédios, árvores, iluminação, ruas, distâncias. Tudo contribui para o resultado final da ocorrência. Tanto é realidade que os

policiais que trabalham em locais com vegetação densa possuem treinamento específico para modelar e se ambientar em cada localidade.

Os desenhos a seguir contribuem para a interpretação do ambiente do confronto. Foram divididos em dois grupos: Grupo I – Policiais de radiopatrulha (1º Batalhão e 4º Batalhão); Grupo II – Policiais do BOPE/FN. Relembrando que os dois grupos possuem características de atuações diferenciadas: o Grupo I atua no patrulhamento diário e atendimento a ocorrências, agindo mais em situações não planejadas, enquanto o Grupo II opera em situações especializadas e com maior planejamento, com alto risco mas com menor nível de surpresa.

Seguem os desenhos do momento marcante na cena do confronto que proporcionou a decisão pelo uso da força letal. Em cada desenho, a explicação da cena visualizada. Importante destacar que os ambientes são diversificados e cada narrativa apresenta riqueza de detalhes.

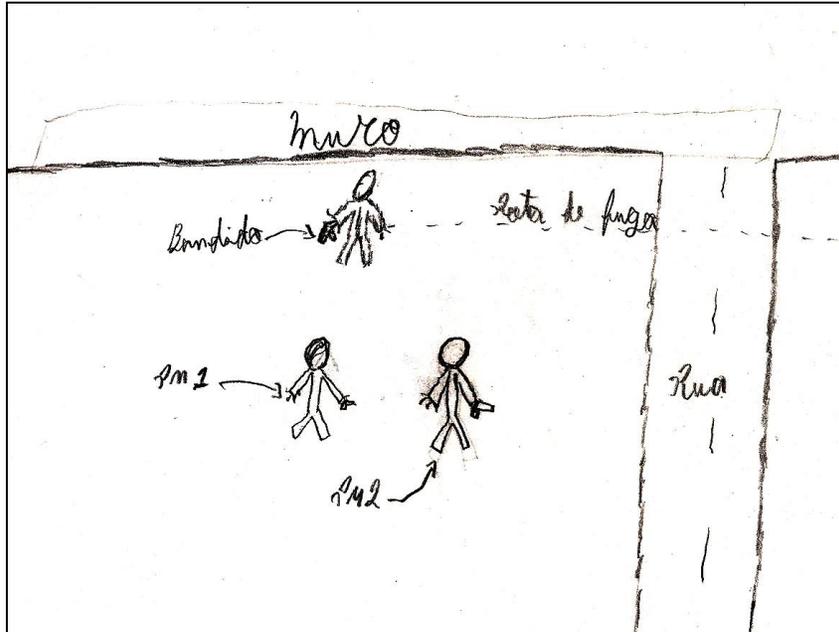
### DESENHO 1 – GRUPO I

**Francisco:** “Assalto a banco em andamento no qual um dos suspeitos foragiu a pé. Deparando com a guarnição, o suspeito no 1º momento não respeitou a abordagem, correndo disparando contra a guarnição, momento esse no qual começou a troca de tiro. O suspeito foi alvejado com três tiros e encaminhado ao PSM”.



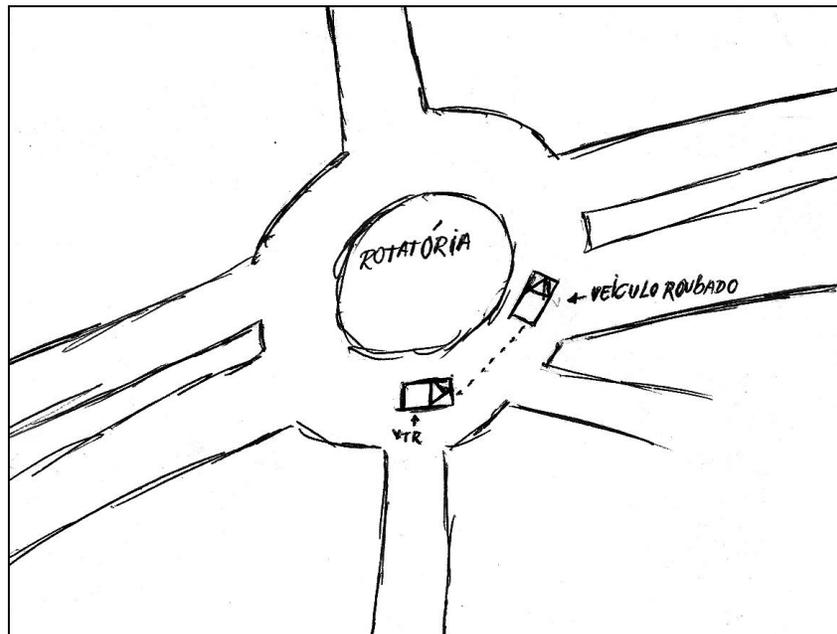
## DESENHO 2 – GRUPO I

**E. Fernandes:** “Abordagem de suspeito que saca a arma e em fuga efetua quatro disparos. Um PM (eu) efetua três disparos e o PM 02 um disparo, o bandido não é atingido e foge tomando distância ao atravessar a rua movimentada de veículos sem hesitar, enquanto os PMs hesitam ao atravessar”.



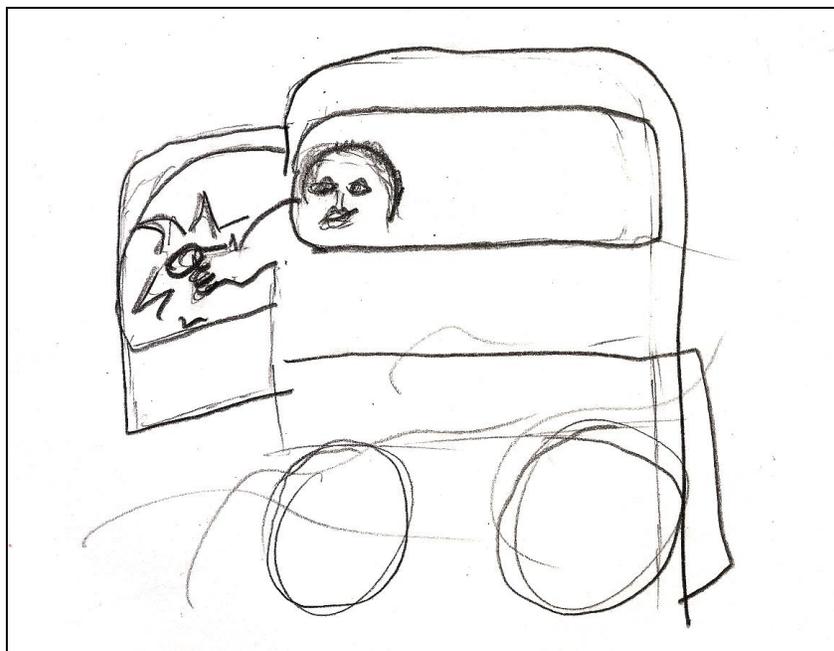
## DESENHO 3 – GRUPO I

**Jeferson:** “Foi deparado com veículo roubado momentos antes e, ao entrarem na rotatória, efetuaram disparos contra a VTR a aproximadamente 15 a 20 metros de distância. Nesse momento foi aberto fogo contra os suspeitos”.



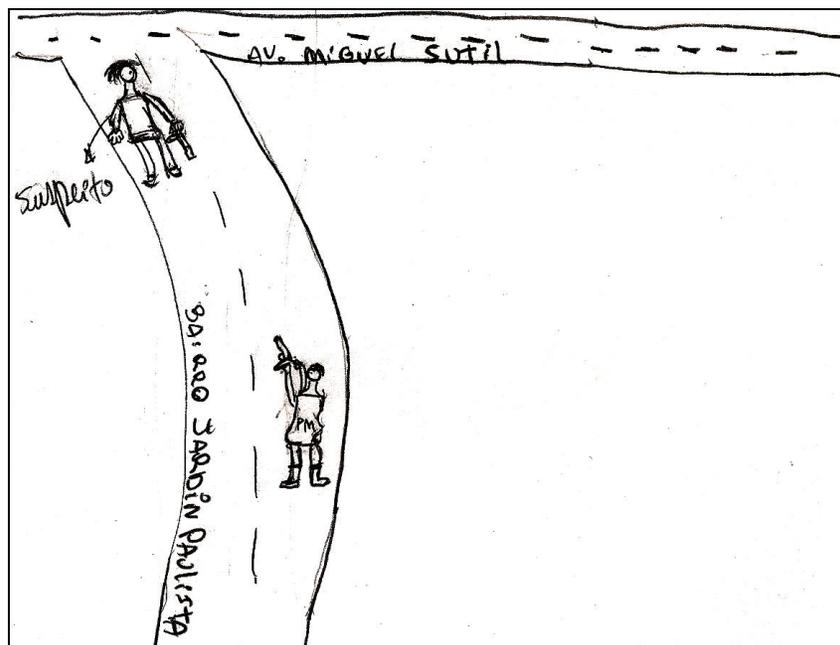
#### DESENHO 4 – GRUPO I

**José:** “Um caminhoneiro, conduzindo um cavalo tractor roubado furando barreira; ao ser perseguido para o veículo e desembarca atirando contra a guarnição, que revida”.



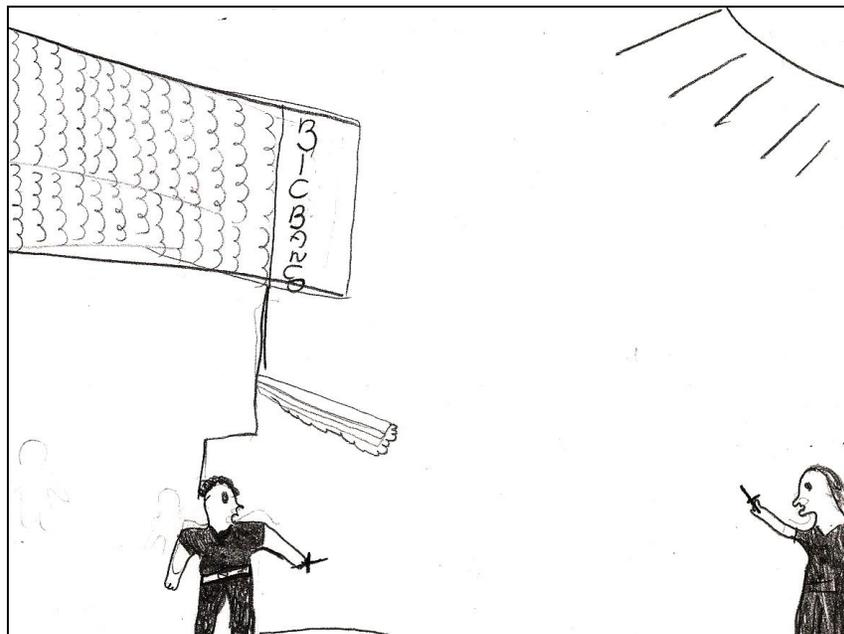
#### DESENHO 5 – GRUPO I

**Estive:** “A guarnição, em rondas pelo bairro Jardim Paulista, avistou dois suspeitos em uma bicicleta. Ao aproximar a VTR para a abordagem, o que estava na garupa ficou o outro saiu correndo, ordenei que o mesmo não corresse, não obedecendo, vindo a sacar e disparar em minha direção, eu deitei no chão, e dei um disparo, porém veio a atingi-lo, e o mesmo foragiu”.



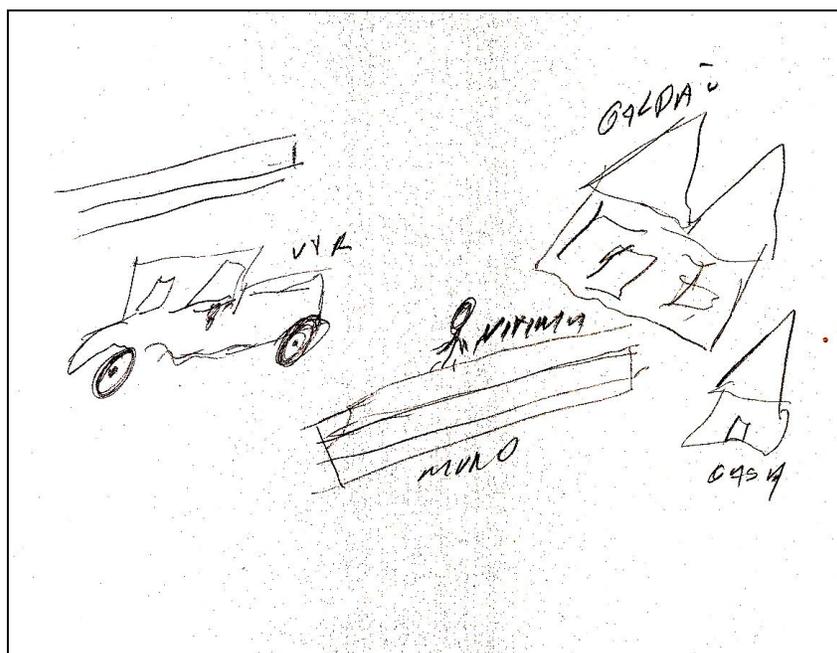
## DESENHO 6 – GRUPO I

**Samanta:** “Ao sair de um banco na capital, o meliante que já foi rendido por dois policiais se deparou com uma pessoa na saída do banco, então começou o confronto. Fardado – o policial disparou. Primeiro – pegou na perna e ele caiu, saiu um colega com o malote, buscou abrigo – no segundo, efetuou apenas um disparo”.



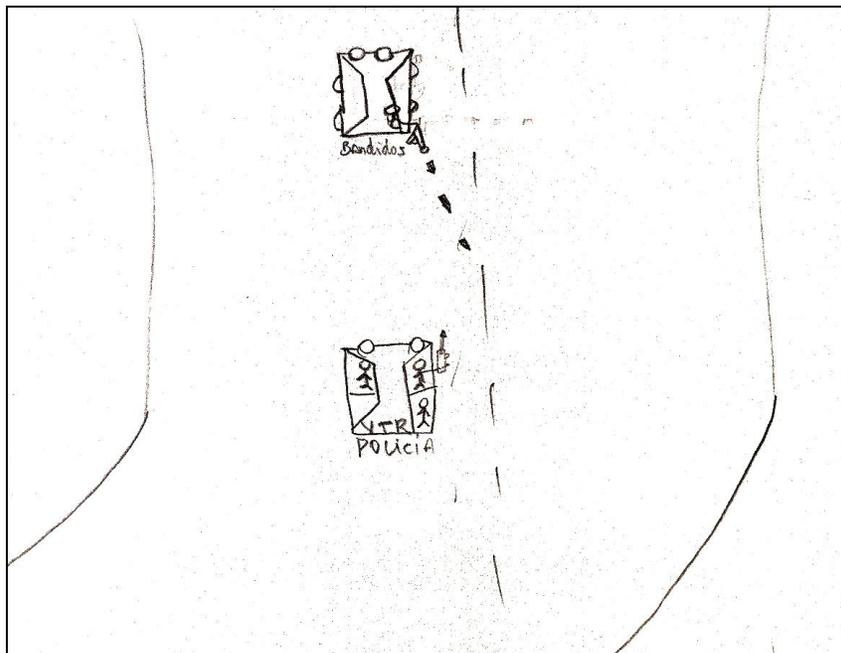
## DESENHO 7 – GRUPO I

**Pescoço:** “VTR entrando no estabelecimento comércio e depara com suspeito com 02 armas na mão, atrás do muro”.



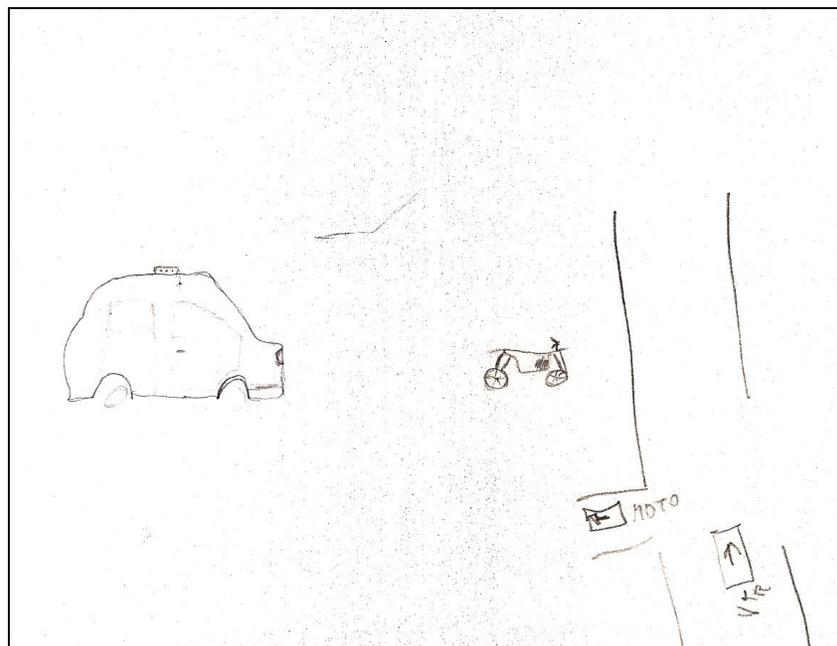
### DESENHO 8 – GRUPO I

**Papa Mike:** “Após os bandidos dispararem contra a viatura policial militar, eu coloquei o fuzil na posição de disparo. Os bandidos estavam à frente da VTR e, quando viramos na rua, fomos pegos de surpresa com os disparos”.



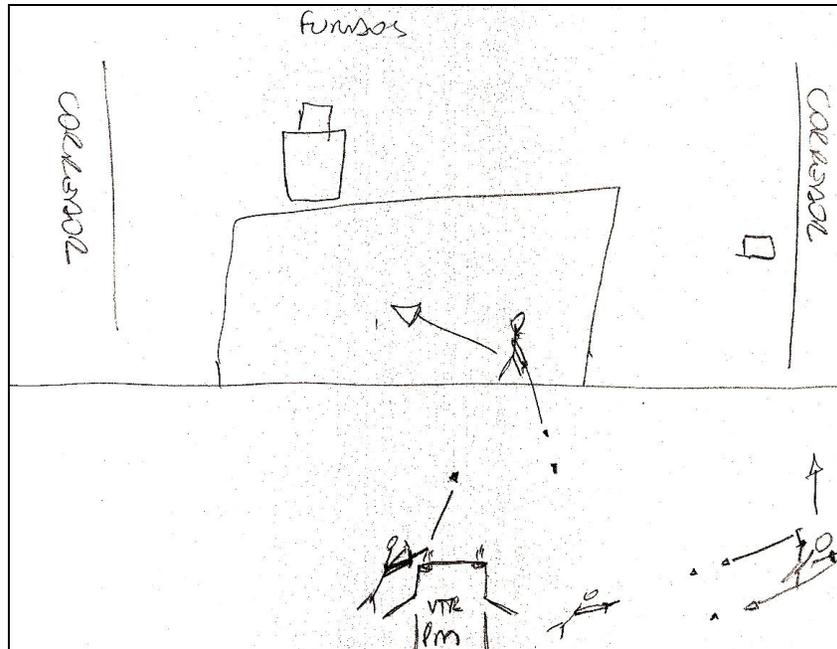
### DESENHO 9 – GRUPO I

**Borges:** “Em rondas deparamos com dois suspeitos em uma moto, o garupa olhou para trás e viu a viatura. Na fuga, um deles abriu fogo contra a guarnição e assim que a guarnição abriu fogo contra eles, caíram com a moto e continuaram a fuga a pé, sendo que estava baleado um na mão e outro na perna”.



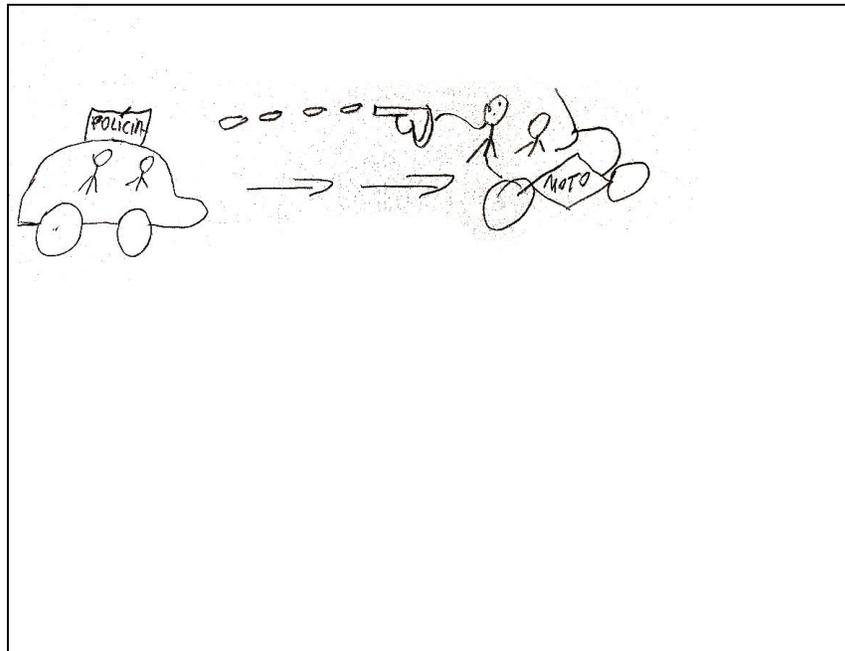
## DESENHO 10 – GRUPO I

**Gildo:** “Após chegarmos, fomos recebidos a tiros e a reação foi imediata”.



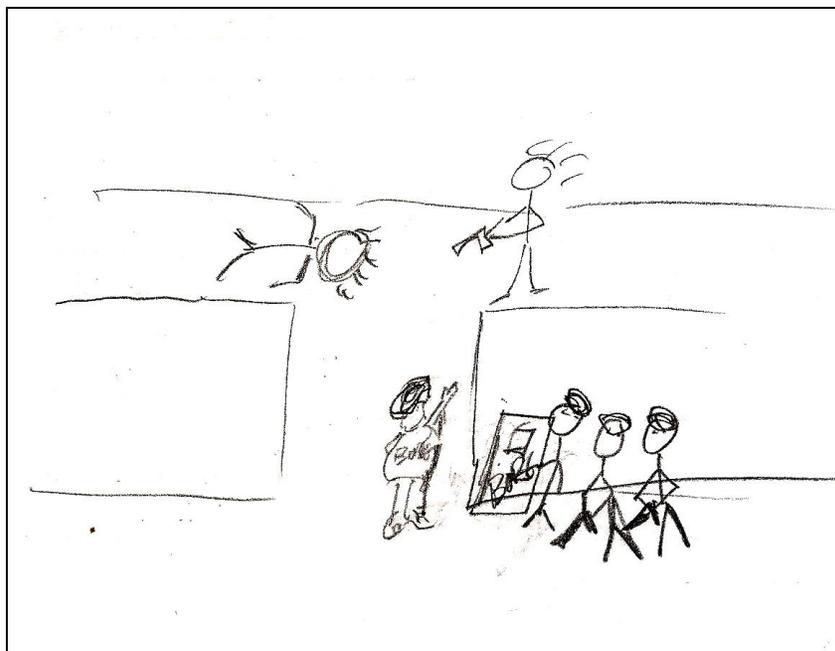
## DESENHO 11 – GRUPO I

**Steeves:** “O que proporcionou a ação de decisão de reação foi a visualização de que os suspeitos estavam armados e reagiram e tentaram evadir da guarnição”.



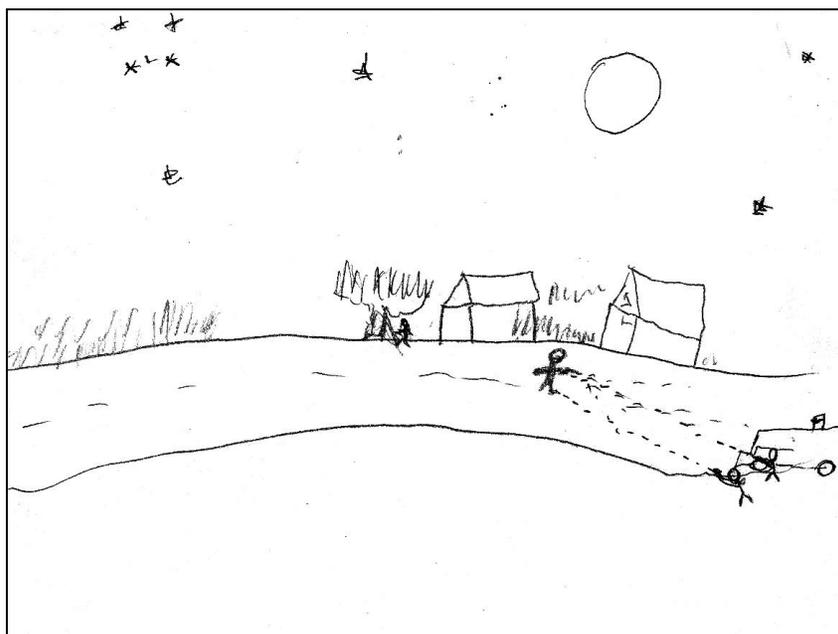
## DESENHO 12 – GRUPO II

**João:** “No momento da invasão tática, o infrator começou a disparar contra a guarnição, porém foi neutralizado”.



## DESENHO 13 – GRUPO II

**Marcos:** “Ocorrência difundida pelo COPOM no interior do estado, onde um homem embriagado em posse de arma de fogo. Na chegada ao local da ocorrência, a viatura foi recebida a tiros, houve revide por parte dos policiais, onde vieram a acertar a perna esquerda do infrator, que logo se entregou e foi preso”.



### DESENHO 14 – GRUPO II

**João B:** “A mata era densa e ampla, não sabíamos quantos elementos eram, tínhamos o conhecimento de que estavam fortemente armados. Seguimos os rastros deixados por eles, sendo que nosso treinamento foi primordial, uma vez que, no momento da surpresa, todos cumpriram seu papel”.



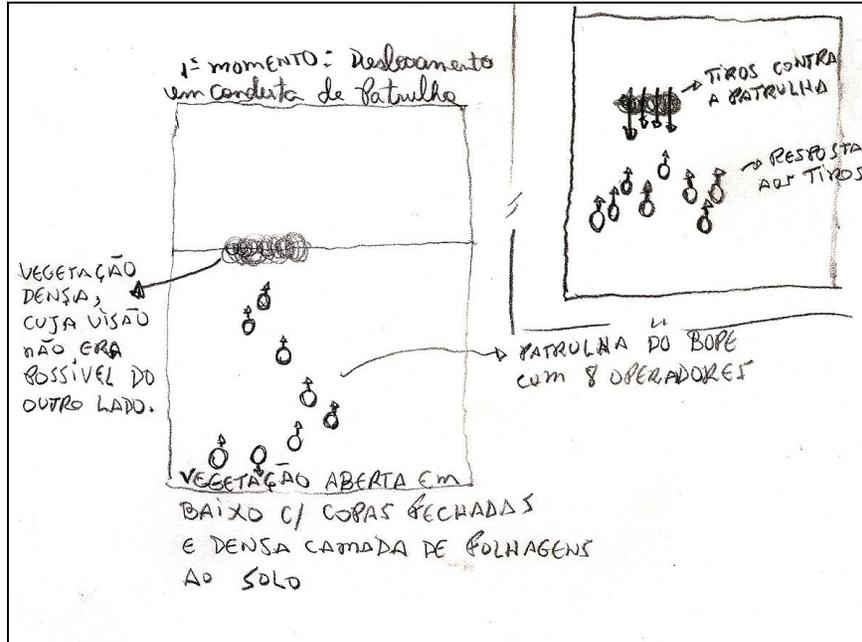
### DESENHO 15 – GRUPO II

**Rodrigo:** Incurção em uma mata, atrás de assaltantes de bancos. Não vi a hora que começaram os disparos, foi muito rápido e deu tempo [apenas] de ver de onde vieram os disparos e de chegar mais próximo dos meus companheiros e constatar que ninguém estava ferido.



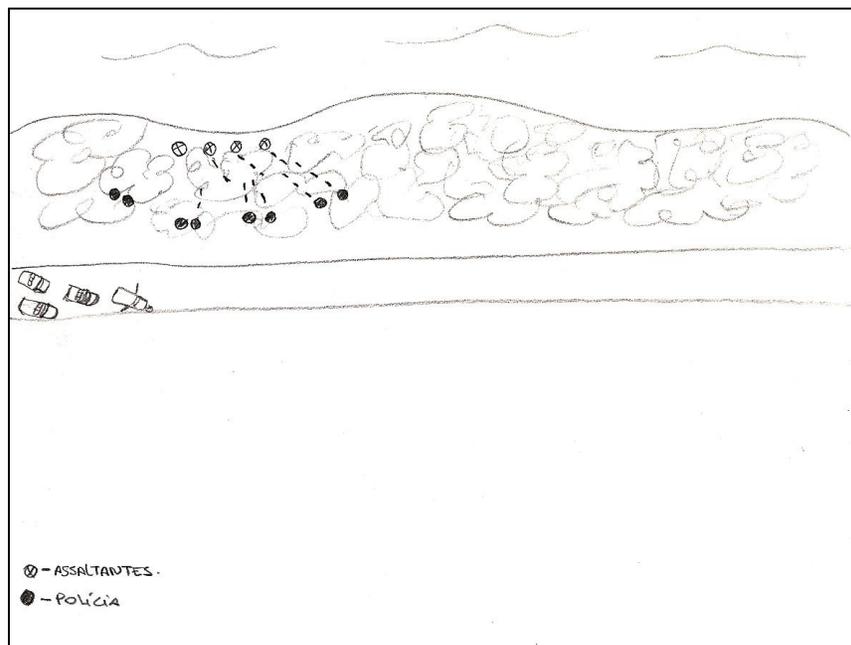
## DESENHO 16 – GRUPO II

**Caveira:** “Estávamos deslocando mata adentro atrás de assaltantes de bancos. Fomos surpreendidos por disparos cerca de dez metros de onde estávamos. Eu era o terceiro homem da patrulha e consegui visualizar na vegetação o fuzil do adversário, sendo que prontamente iniciei o revide aos disparos”.



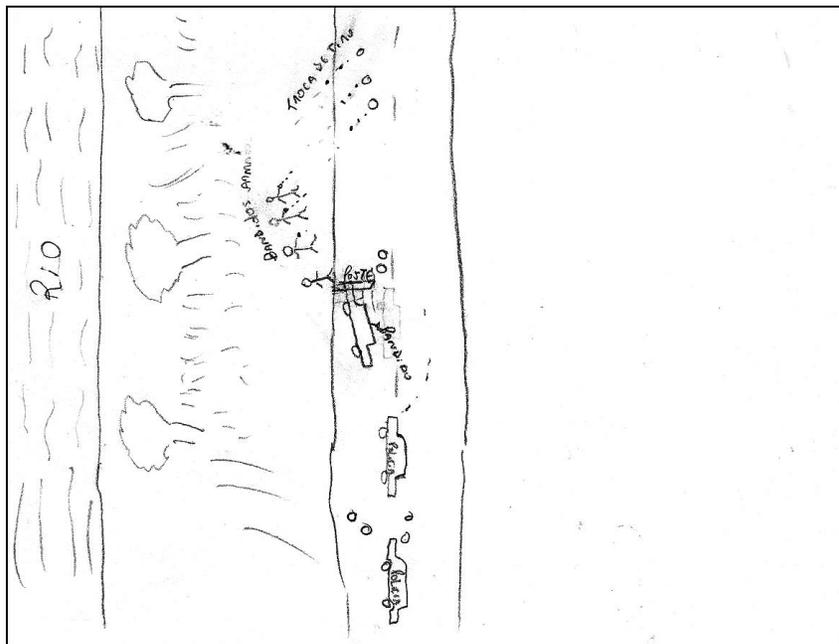
## DESENHO 17 – GRUPO II

**Daniel de Queiroz:** “Troca de tiros contra assaltantes às margens de um rio”.



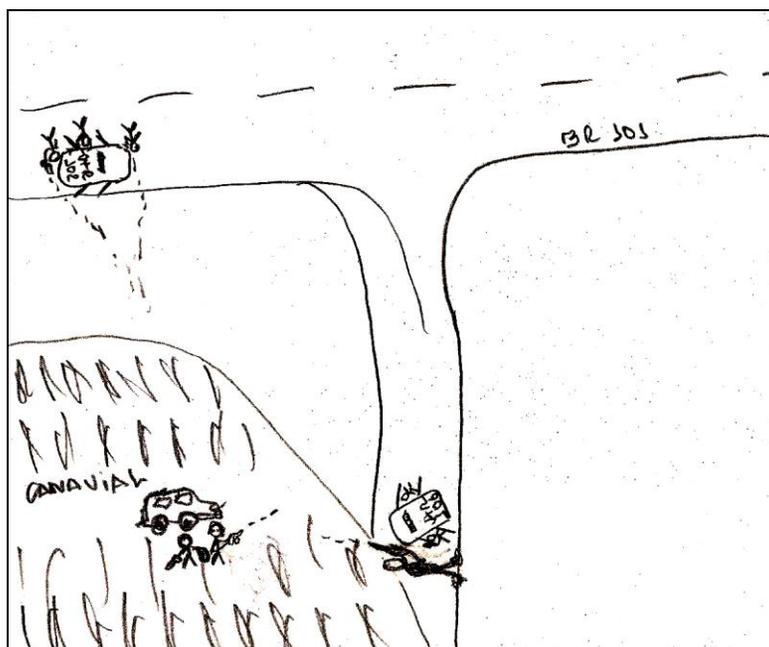
## DESENHO 18 – GRUPO II

**Marcus:** “Um roubo em uma lotérica [...] Ao deparar com uma viatura que fazia o acompanhamento, o veículo em que estavam os suspeitos, bateu em um poste e os mesmos foragiram a pé pelo matagal. Dispararam contra os policiais, que revidaram ao ataque”.



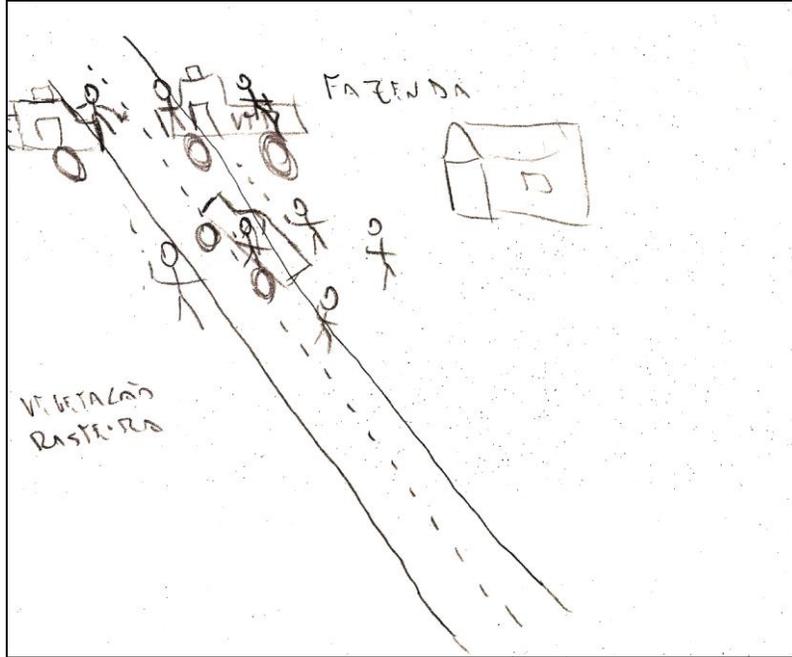
## DESENHO 19 – GRUPO II

**Falcão:** “Assaltantes de bancos adentraram em uma plantação e, após intensa troca de tiros, foi feito o cerco. Um PM foi ferido. Decidimos entrar, pois não havia risco à vida de terceiros. Tivemos êxito na missão, que terminou com um elemento morto”.



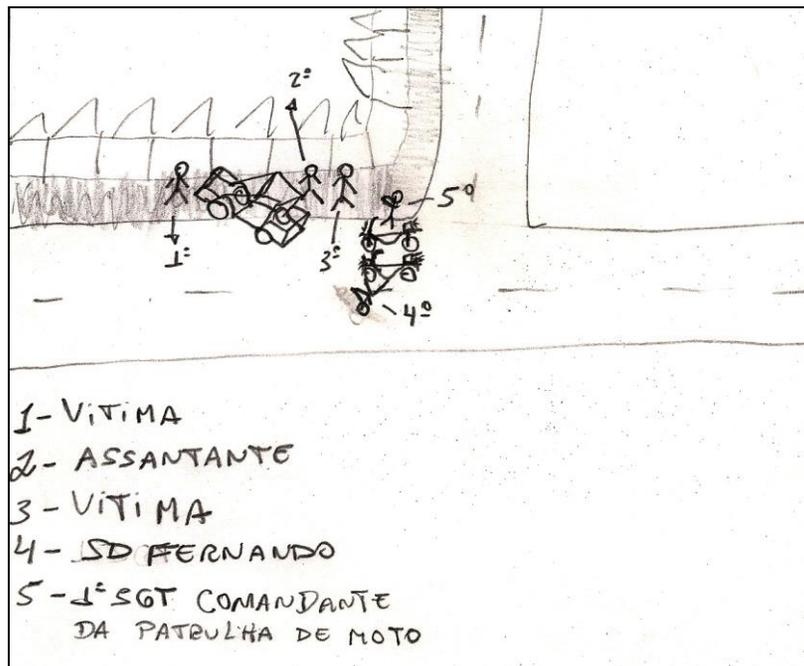
## DESENHO 20 – GRUPO II

**Rogério:** “Duas equipes se depararam com cinco bandidos armados que tinham assaltado uma agência bancária no interior do estado. Na abordagem, os bandidos reagiram e foram atingidos por disparos [...] Um policial também foi ferido”.



## DESENHO 21 – GRUPO II

**Fernando:** “Um veículo estava sendo roubado no momento em que passava uma patrulha motociclista. A patrulha foi recebida a disparos de arma de fogo e, no interior do veículo, estava outro assaltante”.



## DESENHO 22 – GRUPO II

Alex Junior: “Patrulhamento em uma área muito crítica no Rio de Janeiro, onde uma viatura sofre emboscada”.



### 2.2 Análise do ambiente genérico

Em uma análise geral, os desenhos revelaram alguns aspectos decisivos com relação ao ambiente do confronto. Os desenhos indicaram que os policiais sempre estão acompanhados durante as ações, demonstrando que, além das armas, a presença do companheiro é encorajadora no momento crítico. Os desenhos ilustram ruas, bosques, casas, o ambiente em torno do momento crítico, porém, as pessoas que circulam nas imediações não foram incluídas, em alguns casos constam a presença de vítimas, demonstrando um estado de alerta em relação à ação do indivíduo que os policiais chamam de “suspeito” ou “bandido”.

As armas apontadas pelos suspeitos têm uma proporção maior que o desenho em geral e os policiais tendem a ilustrar a rajada de tiros por meio de traços. Os policiais

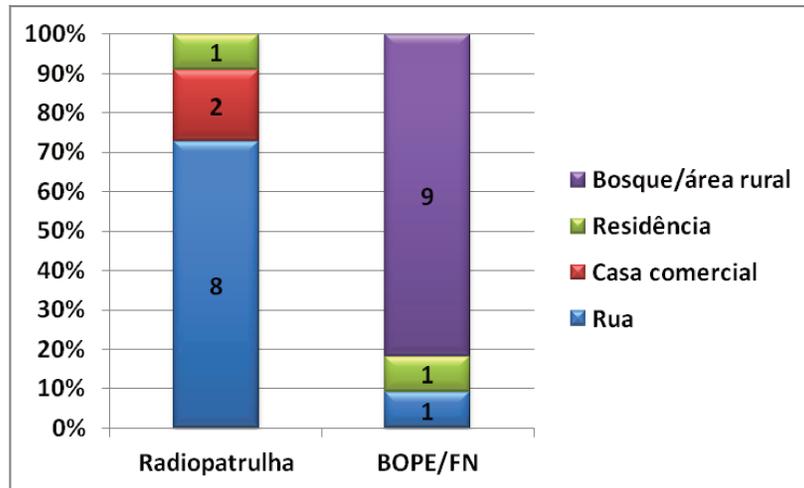
retratam a relação de policiais envolvidos e suspeitos, geralmente em superioridade numérica, o que novamente aponta para a importância do companheiro no momento crítico, no aspecto encorajamento. Algumas cenas demonstram que os suspeitos atiram mais no sentido de buscar a fuga do que um enfrentamento direto com os policiais. Poucas ações envolvem policiais próximos de viaturas. Rostos são pouco ilustrados, talvez em razão da atenção direcionada para a arma do suspeito. As cenas do BOPE apontam sempre para a superioridade numérica dos policiais e ações em bosques e áreas rurais, com uso de táticas especiais e maior potencial para a letalidade.

Os desenhos demonstram confrontos aproximados frontais ou em deslocamentos motorizados durante perseguições urbanas, geralmente envolvendo policiais de patrulhamento nas ruas. Os confrontos tendem a ser afastados e abrigados quando os grupos especiais atuam, em áreas rurais ou bosques, numa espécie de caçada a grupos criminosos envolvidos em grandes roubos. Os policiais demonstraram nos desenhos que não fogem da cena do confronto.

### **2.3 Análise do ambiente por grupo**

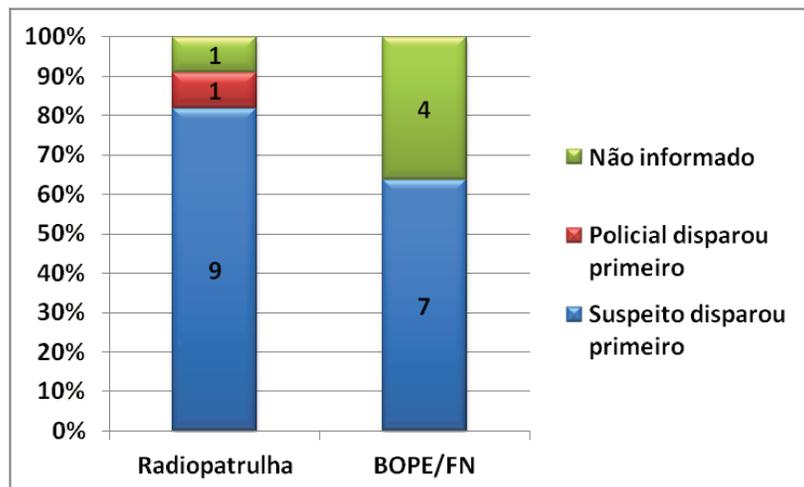
Para análise do ambiente visualizado nos desenhos e suas explicações, separamos o Grupo I do Grupo II. Seguem oito gráficos, numerados de 9 a 16. O Gráfico 9 aponta o local do confronto; o Gráfico 10 demonstra de quem partiu o primeiro disparo; no Gráfico 11 consta o risco percebido pelo policial; o Gráfico 12 identifica a situação tática do policial; o Gráfico 13 aponta a proporção entre policiais *versus* suspeitos no confronto; o Gráfico 14 trata da proximidade do confronto e a posição do policial; no Gráfico 15 consta a presença de vítimas; e no Gráfico 16 consta ferimento ou morte do suspeito.

**Gráfico 9 – Local do confronto.**



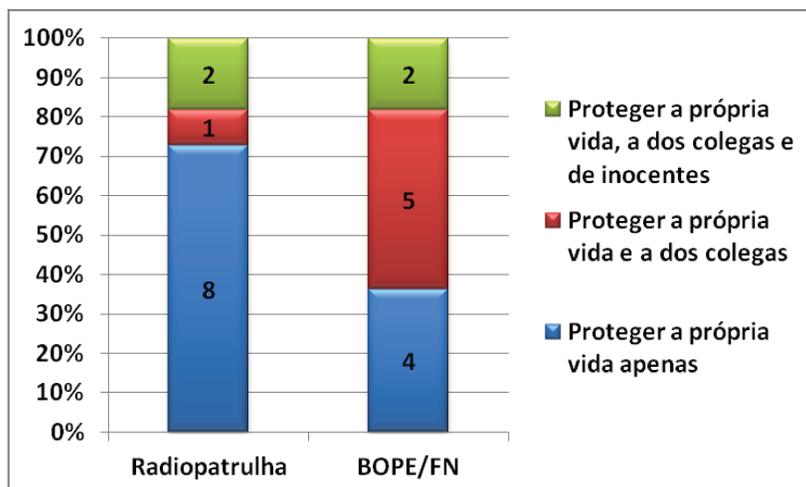
No Gráfico 9, sobre o local do confronto, para o Grupo I as ruas urbanas são os locais predominantes, enquanto que para o Grupo II são os bosques e áreas rurais.

**Gráfico 10 – Primeiro disparo.**



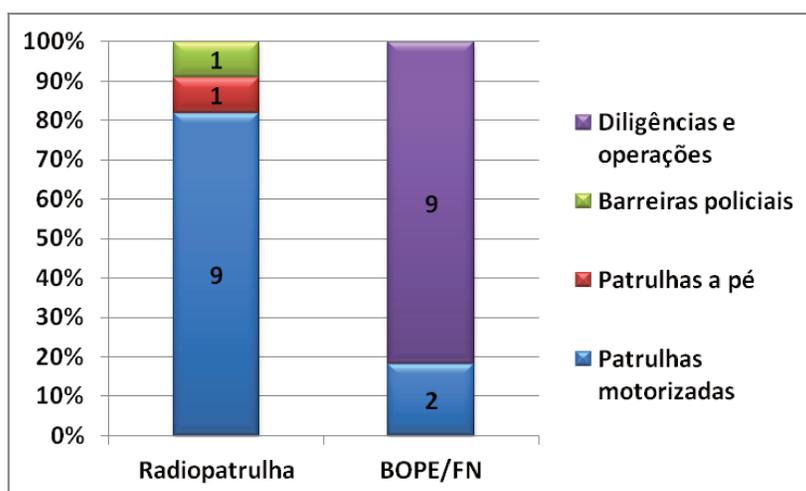
No Gráfico 10, sobre o primeiro disparo, os dois grupos apontaram que os primeiros disparos partiram dos suspeitos. No Grupo II, muitos policiais não relataram de onde partiu o primeiro tiro. No senso policial, a visualização no ambiente de arma do oponente em situação ameaçadora é o suficiente para iniciar o disparo policial.

**Gráfico 11 – Motivação no ambiente para a decisão do tiro policial.**



O Gráfico 11, sobre a motivação no ambiente que conduziu a decisão pelo tiro policial, para o Grupo I foi o propósito de proteger a própria vida, enquanto que para o Grupo II foi o de proteger a própria vida e a dos colegas. Em última instância, os dois grupos incluíram a defesa de terceiros, como vítimas ou público nas imediações.

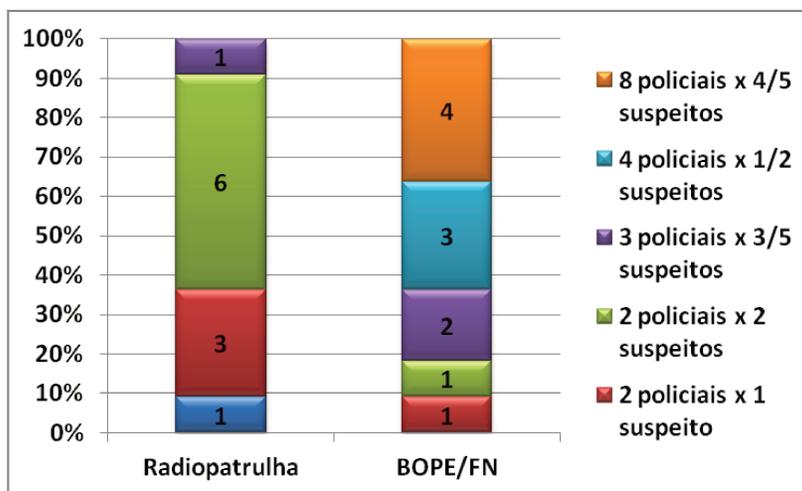
**Gráfico 12 – Situação tática do policial.**



No Gráfico 12, sobre a situação tática em que os policiais estavam quando se envolveram no confronto, os policiais do Grupo I realizavam predominantemente patrulhas motorizadas no meio urbano, enquanto os policiais do Grupo II estavam em diligências e

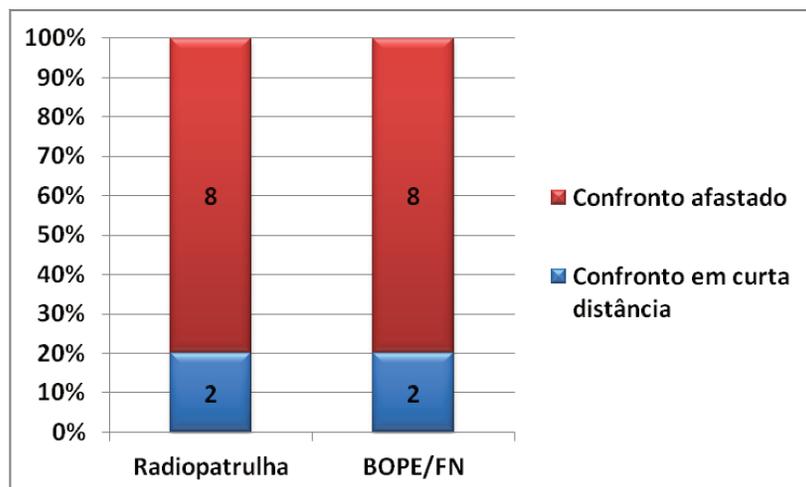
operações específicas, a exemplo de quando um grupo fortemente armado rende toda uma cidade para roubar o banco e depois se esconde em uma região de mata.

**Gráfico 13 – Proporção policial x suspeito no confronto.**



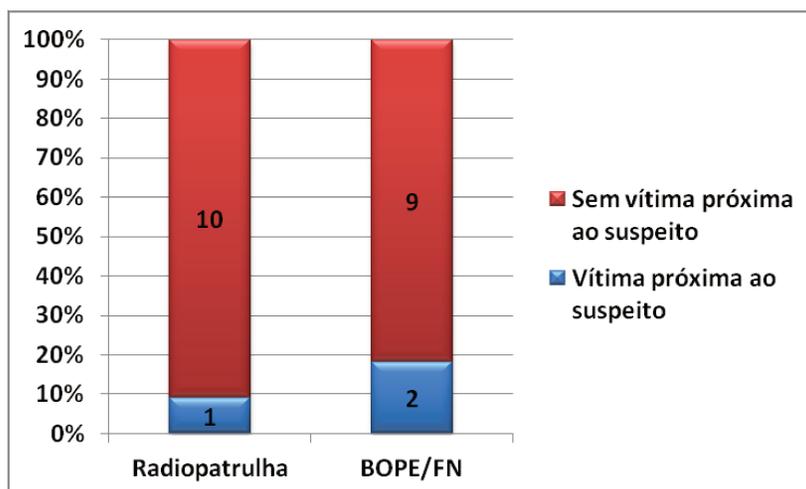
No Gráfico 13, relativo à proporção entre os policiais e os suspeitos no confronto, no Grupo I ocorre na proporção de até dois policiais contra dois suspeitos, enquanto que para o Grupo II ocorre de 4 a 8 policiais contra 1 a 5 suspeitos. O Grupo II opera em superioridade numérica e com armas longas de maior poder letal. Já os policiais do Grupo I utilizam armas curtas, como pistolas .40.

**Gráfico 14 – Proximidade do confronto e posição do policial.**



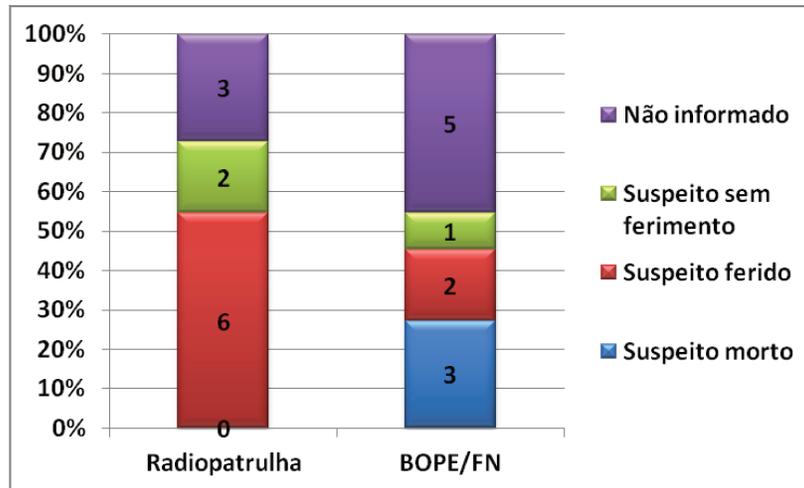
No Gráfico 14, sobre a distância do confronto, os dois grupos se assemelham, a maioria se envolveu em confrontos afastados, porém nos dois grupos ocorrem casos de confrontos a curta distância. Para os policiais, quanto mais próximo, maior é o risco do resultado letal para os dois lados. Os policiais procuram um abrigo quando estão na cena de risco.

**Gráfico 15 – Presença de vítimas.**



No Gráfico 15, os dois grupos, em geral, não visualizaram vítimas próximas ao oponente.

**Gráfico 16 – Ferimento ou morte do suspeito.**



No Gráfico 16, sobre ferimento ou morte do suspeito, o Grupo I relatou eventos apenas com ferimentos ou sem ferimentos dos suspeitos, enquanto o Grupo II relatou mortes ou deixou de informar sobre o desfecho letal. As ações do Grupo II tendem a resultar em mortes dos suspeitos em maior proporção que no Grupo I.

Pela perspectiva dos entrevistados e depois da análise dos dados, podemos concluir que existem diferenças significativas no ambiente de confronto entre o Grupo I e o Grupo II.

O Grupo I opera em áreas predominantemente urbanas e movimentadas, e os primeiros disparos partiram dos suspeitos. Agem para proteger a própria vida e se deparam com uma ocorrência em função do patrulhamento motorizado. Empregam armas curtas e operam no confronto com dois policiais contra dois oponentes no máximo. Os confrontos ocorrem em uma distância afastada. As vítimas são pouco visualizadas no ambiente e o desfecho geralmente termina em prisões de suspeitos feridos.

O Grupo II opera em ambientes rurais e matas isoladas e os primeiros disparos, em parte, foram atribuídos aos suspeitos. Os policiais agem para proteger a própria vida e a dos colegas. Deparam-se com a ocorrência em diligências e operações específicas. Empregam armas longas e lutam na proporção de até oito policiais contra no máximo cinco suspeitos. Os confrontos também ocorrem em uma distância afastada. As vítimas são pouco

visualizadas e o desfecho geralmente termina em morte ou ferimentos dos suspeitos. O apoio ao colega é relatado com destaque, possivelmente por atuarem em equipe, enquanto que os policiais do Grupo I operam no máximo em duplas, às vezes com um colega que considera o outro um “serra fox”, termo este já descrito no capítulo sobre “perfil policial”, especificamente na discussão dos estereótipos entre os policiais. Para os policiais do Grupo II, a identificação de grupo é maior e reforça os laços de camaradagem, todos se rotulam como os policiais “mais operacionais”.

Isto posto, somando o perfil do policial com o ambiente em torno do confronto, temos várias forças que interagem e influenciam na decisão pelo uso de força letal, com uma maior disposição letal nas ações do Grupo II, por conta das variáveis já identificadas.

## **CAPÍTULO 3 – TERCEIRA DIMENSÃO: A DECISÃO DE ATIRAR**

Neste capítulo, analisaremos a decisão do tiro pelo policial por meio de cinco subitens que foram extraídos das entrevistas e dos grupos focais. O primeiro tópico é referente à percepção dos policiais quanto ao risco imediato. No segundo ponto consta a tomada de decisão de executar o tiro. Apresentamos no terceiro tópico uma análise da visão de túnel que o policial relata em situações de confronto. No quarto subitem, verificaremos os pensamentos vivenciados pelos policiais durante o confronto. No último ponto, debateremos o desfecho letal enquanto uma ação planejada ou resultado do acaso. Cada tópico terá a exposição de trechos da pesquisa de campo e uma explicação com base no referencial teórico utilizado.

Além do já exposto, as análises serão com relação aos Grupos I e II, ou seja, os policiais de radiopatrulha e os policiais do BOPE/FN, respectivamente.

### **3.1 Percepção do risco imediato**

Os policiais apontaram como motivo para uso imediato da arma de fogo a percepção de risco de vida e a imediata reação ao visualizarem a arma de fogo ou terem percebido disparo por parte do oponente. Os Grupos I e II apresentaram respostas semelhantes.

Dentre os argumentos individuais de cada grupo, destacamos:

#### **Grupo I**

**Samanta:** Percebi que a minha vida estava em risco.

**Jeferson:** A situação de risco e a caracterização da situação de confronto.

**Pescoço:** A situação que me obrigou a fazer uso da arma de fogo foi ver o suspeito com a arma em punho e fazer disparos contra a guarnição.

## **Grupo II**

**Caveira:** Os meliantes usaram arma de fogo contra nós.

**João:** Reação, pelo motivo de que fomos recebidos a tiros primeiro.

**Falcão:** Usei [arma de fogo] como instrumento de defesa. Pensei se eu fosse um pintor e para mostrar meu trabalho usaria o pincel. Por isso empunhei minha arma e usei as técnicas que aprendi em minha defesa e de terceiros no estrito cumprimento do dever.

Os trechos das entrevistas apontaram para uma tomada de decisão diante de uma percepção de risco e a caracterização de uma situação de confronto. Tal caracterização é compartilhada pelos policiais ao perceberem uma arma de fogo ou um disparo por parte do oponente do policial. Não resta muito tempo para a tomada de decisão, tudo ocorre em fração de segundos entre a visualização do risco e a decisão em acionar o gatilho.

Notamos que a percepção de risco ou perigo apontada pelos policiais é uma construção anterior ao episódio em si, ocorre em torno de um conceito aprendido e reforçado no dia a dia sobre algo que poderá ocorrer no futuro e, nesse caso, possibilitará um tipo de comportamento previsível, como é o caso da reação armada evidenciada pelos entrevistados. Os policiais, quando se deslocam para uma ocorrência, preveem a possibilidade de algo perigoso acontecer, logo ocorre um cálculo de risco possível. Para Freitas (2005), o termo “risco” deriva da palavra italiana *riscare*, navegar em rochedos perigosos.

Sobre a percepção dos policiais ao reagirem ao perigo, recorreremos a Bauman (2008), que considera a reação ao risco uma forma de ultrapassar os obstáculos que ficaram próximos demais para a nossa tranquilidade e não podem mais ser negligenciados. O autor afirma que:

[...] as consequências indesejadas desse tipo “previsível” é que classificamos na categoria dos “riscos”. Estes são perigos cuja probabilidade podemos (ou acreditamos poder) calcular: riscos são perigos calculáveis. Uma vez definidos dessa maneira, são o que há de mais próximo da (infelizmente inatingível) certeza. (Ibidem, p. 18).

Com efeito, o cálculo de probabilidades pode ofertar a devida coragem ao policial de decidir se o resultado justifica o esforço, além de oferecer algum grau de confiança na decisão tomada, mesmo sem garantia. O autor anteriormente citado utiliza uma metáfora em que o ambiente de nossas vidas está envolto de neblina, sendo possível ver algo à frente e mover-se de forma restrita, ou seja, “[...] na neblina a pessoa é livre, mas é a liberdade de uma pessoa na neblina.” (BAUMAN, 2008, p. 19). Significa, no caso dos policiais entrevistados, que, com a vida na neblina, a certeza direciona e focaliza os esforços de precaução sobre os perigos visíveis, conhecidos e próximos, podendo ser previstos e com probabilidade de cálculo, embora, diante dos perigos mais assustadores, a previsão costume ser extremamente difícil. Entretanto, o policial tende a agir de acordo com a sua concepção de mundo, podendo existir um grau de equívoco no agir cotidiano, pois os eventos não ocorrem com repetições idênticas.

A figura de uma reação também é estereotipada em uma construção social, não apenas pelo policial em seu trabalho, mas na comunidade, iniciando na vida infantil com o lúdico, a brincadeira de “policial e bandido”, onde o que exerce o papel do policial sempre atira no bandido. Logo, para o policial, decidir sobre a atitude do risco é uma tarefa com “meio caminho andado”. A decisão remota do policial exige apenas o sinal visualizado em uma arma nas mãos do suspeito, que representa uma ameaça incerta.

### **3.2 Tomada da decisão de atirar**

Na análise geral, os dois grupos apresentaram respostas semelhantes sobre como tomaram a decisão ao perceberem o risco armado. Os policiais relataram que decidiram na instantaneidade de ação em revidar com disparo da arma de fogo e ao mesmo tempo em que procuraram uma posição de abrigo contra os disparos dos oponentes. Tem-se a ligeira noção mental do acionamento do gatilho, mas não dá para contar os tiros.

No Grupo II, composto por policiais do BOPE/Força Nacional, os relatos evidenciaram maior preocupação com os colegas no momento da tomada de decisão com relação ao Grupo I, composto pelos policiais da radiopatrulha. Uma observação sobre a

diferença entre os dois grupos reside no fato de que, no Grupo I, os policiais trabalham em duplas e às vezes com colegas diferentes nos turnos de serviço, enquanto, no Grupo II, os policiais trabalham em uma equipe maior, com treinamento constante e maior ênfase no trabalho em time.

Dentre os argumentos individuais sobre como ocorreram as decisões, destacamos:

#### **Grupo I**

**Jeferson:** Praticamente instantânea, haja vista estar indo para a situação mencionada e com o armamento pronto para situações do tipo.

**Papa Mike:** Era uma situação normal de abordagem, após os disparos de arma de fogo eu tomei a atitude de posicionar o fuzil para começar a atirar.

**Steeves:** Imediato após a reação dos suspeitos.

#### **Grupo II**

**Marcos:** Instintivamente, não pensei ao reagir ao perceber o risco.

**Caveira:** Tomei uma posição de tiro, observei se os meus dois companheiros que se encontravam à frente não estavam em minha linha de tiro e iniciei os disparos na direção de onde vinham os disparos.

**Rodrigo:** Me proteger em um lugar seguro quando possível e responder contra a ameaça. A decisão é quase sempre momentânea.

No conjunto das entrevistas, os termos utilizados para definir a tomada de decisão foram: reação automática, resposta imediata, decisão instantânea, reação instintiva, decisão momentânea. Por outro lado, mesmo no automatismo, ocorreram outras escolhas envolvendo as percepções de perigo, como a busca de uma posição segura ou o cuidado com a presença de companheiros. Sobre o tempo para a tomada de decisão de atirar, Godnig (2011) indica que a ação de reconhecimento de um alvo ocorre por um breve momento, o tempo de 0,01 segundo pode ser crucial na decisão de atirar ou não atirar.

Em um primeiro momento, as entrevistas reforçam a visão de Epstein, citado por Artwohl e Christensen (1997, p. 49-50), em que a resposta do policial em risco letal será automática na maior parte do tempo, porém fortemente baseada em sua formação passada. Acrescentando o pensamento de Elster (1994), a escolha não é um mecanismo infalível, pois a decisão pode ser baseada em equívoco, alimentado por uma falsa crença ou informações insuficientes, mas, paradoxalmente, a não decisão poderá resultar em morte. Um exemplo do autor é o fato de que um médico deve examinar o paciente antes de operá-

lo, sob o risco de cortar no lugar errado, mas um exame médico exaustivo demais e demorado poderá levar o paciente à morte. O autor entende que:

Em situações que são únicas, novas e urgentes, como lutar numa batalha ou ajudar a vítima de um acidente, tanto custos como benefícios são altamente incertos. Há um risco de agir cedo demais, com informação de menos, e um risco de protelar até que seja tarde demais, assim temos que agir, mais ou menos arbitrariamente. Entre esses dois extremos estão a maioria das situações da vida cotidiana. (Ibidem, p. 52-53).

Nos casos reportados pelos policiais entrevistados, mesmo que a decisão seja instantânea, ela está inscrita em um contexto anterior à vontade do policial e internalizada por meio de códigos formais e informais aprendidos no convívio social, dentro e fora da instituição policial. Os policiais decidiram com ações automatizadas e instantâneas, mas que anteriormente foram previstas para ocorrer em algum tempo no futuro, aguardando apenas a sua concretização, apesar de incerta. Mesmo no automatismo da decisão, as consequências foram levadas em conta, os interesses pessoais, vantagens e desvantagens da ação e os benefícios. Sobre tal ponto de vista, Carvalho (2008, p. 178) cita que “[...] deve-se notar que não existe um padrão geral de ação racional, pois as práticas de decisão utilizadas pelos indivíduos são vinculadas, [...] as esferas restritas da vida que exigem e legitimam raciocínios sociais diferenciados”.

Os policiais decidem rapidamente sobre reagir com o uso da arma de fogo, sob pressão de tempo e tensão, adotando, conforme Kowalski e Scharf (2003), um simples modo de informação, estreitando o foco de atenção, e o indivíduo incide apenas sobre assuntos mais críticos; no caso dos policiais, as informações se estreitam na percepção de uma arma de fogo em posição ameaçadora ou disparo do oponente, sendo uma espécie de sinal verde para o policial reagir com a sua arma. Porém, o processo decisório não se resume apenas à execução de uma escolha, antes é preciso detectar um problema, realizar uma análise, verificar opções disponíveis e escolher uma opção. Além disso, os policiais, entre si, são diferentes em termos de capacidade de solução, conhecimento, experiência, atitude, quantidade de informações, níveis de stress, entre outras complexidades e interdependências em cada ação.

Entendemos que os policiais reagem instantaneamente, mas com racionalidade, pois a execução, por mais automática que seja, recebeu alguma previsão por parte do policial, pois ele sabe que, em algum momento profissional, a arma poderá ser empregada contra outra pessoa que tente reagir de forma potencialmente letal. O automatismo está relacionado ao “como usar” ou “o que fazer”, a exemplo do disparo realizado ou busca de um abrigo. O “quando usar” é uma atividade de conteúdo racional que depende de uma decisão baseada em um conjunto de informações suficientes ou não, e que deverão ser analisadas na instantaneidade da ação. Como relatado anteriormente, o “sinal verde” da decisão pelo disparo do policial é baseado na ameaça armada do oponente. Visualizar a arma ou receber o disparo é uma forma simplificada para a tomada de decisão. A decisão de não atirar também pode ser considerada racional em várias situações, tais como presença de reféns, local de grande fluxo de pessoas, emprego de força superior por parte dos oponentes. Um exemplo de policiais que optaram por não atirar também demonstra a racionalidade mesmo na instantaneidade da decisão, como foi o caso de dois policiais que faziam ronda pela cidade no período noturno, quando foram abordados por um grupo composto por cinco integrantes encapuzados e com armas curtas e fuzis dizendo aos policiais: “perdeu! perdeu! perdeu!”. Um policial ficou estático, o outro apontou a arma e abaixou-a em seguida, ambos decidiram não atirar, foram rendidos, mas continuaram vivos, porém sentiram-se moralmente abatidos com a situação, mesmo com a confirmação de que a decisão tomada foi a melhor naquela situação.

Sobre a habilidade dos policiais em reagir ao evento crítico, Searle (1984) cita que a prática e o treinamento repetidos em uma variedade de situações tornam o funcionamento causal da representação mental desnecessário no exercício da habilidade em questão. Searle exemplifica com a técnica de esquiva no boxe, que envolve o aprendizado de inúmeras ações corporais. O novato concentra-se consciente ou inconscientemente nas regras, realiza movimentos bruscos e ineptos, e, diante de situações incomuns, tende a cair. Depois de algum tempo, o esquivador aprimora, torna-se flexível e rápido, não sendo necessário seguir instruções, pois estas foram internalizadas e passam a funcionar inconscientemente; o esquivador cria intenção na ação, realiza a esquiva no momento necessário. É importante que o aprendizado funcione inconscientemente, pois, caso o esquivador resolvesse pensar

na técnica, não teria tempo para executá-la, não se esquivando tão bem como antes, ficando paralisado ou bloqueado se tentar lembrar as regras do instrutor – assim, o melhor para ele é deixar funcionar inconscientemente.

Seguindo ainda o exemplo do boxe, Wacquant (2002) defende que o corpo opera em uma estratégia espontânea, pois ele sabe, julga e reage, tudo ao mesmo tempo. Em uma luta, o boxista não interrompe a luta para pensar, pois pensa e calcula imediatamente, sem passar pela intermediação do pensamento abstrato, de cálculo estratégico. A decisão é tomada no ato de agir, não há separação entre teoria e prática. Por ocasião de encontro entre lutadores amadores, reconhecem-se imediatamente os novatos com seus gestos mecânicos e apressados, com suas combinações teleguiadas e lentas, cuja rigidez e academicismo traem a interferência da reflexão consciente na coordenação dos gestos e movimentos. O corpo encontra resposta em um repertório de ações e de reações possíveis. Wacquant conclui que não se aprende a boxear em manuais, mas em uma academia de boxe, esta funciona como uma família na qual os filhos maiores e mais experientes cuidam de seus irmãos menores, menos aguerridos ou menos capazes. A aprendizagem é totalmente coletiva, por meio de uma “comunidade moral”.

A ação aparentemente automática dos policiais se relaciona com o que Bourdieu (1996) definiu como o “sentido do jogo”, em que o jogador incorpora uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam como instrumentos de construção da realidade. Tais sujeitos estão presentes no por vir, no afazer, no fazer, como prática que não é posta como objeto do pensar. Relaciona-se com um futuro que é quase presente. Trata-se de uma forma de antecipação pré-perceptiva, induções práticas fundadas na experiência anterior. Vejamos o exemplo do autor:

Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo. Enquanto o mau jogador está sempre fora do tempo, sempre muito adiantado ou muito atrasado, o bom jogador é aquele que antecipa, que está adiante do jogo. Como pode ele antecipar o decorrer do jogo? Ele tem tendências imanentes do jogo no corpo, incorporadas: ele se incorpora ao jogo

[...]

A preocupação ou antecipação do jogador é imediata, em relação a algo que não é imediatamente percebido e imediatamente disponível, mas que, entretanto, é como se já estivesse ali. Aquele que joga a bola para o outro campo age no presente em relação a algo que está por vir, que é quase presente, que está

inscrito na própria face do presente, do adversário em vias de correr para a direita. Ele não se coloca esse futuro em um projeto: ele joga a bola pela esquerda porque seu adversário vai para a direita, por que de algum modo ele já está à direita. Ele se decide em função de um quase presente inscrito no presente. (Ibidem, p. 144-145).

Continuando no exemplo do jogo,

[...] o jogador, tendo interiorizado profundamente as regularidades de um jogo, faz o que faz no momento e que é preciso fazê-lo, sem ir à necessidade de colocar explicitamente como finalidade o que deve fazer. Ele não tem necessidade de saber conscientemente o que faz para fazê-lo, e menos ainda de se perguntar explicitamente (a não ser em algumas situações críticas) o que os outros podem fazer em resposta, como faz crer a visão do jogo de xadrez [...]. (Ibidem, p. 164).

Portanto, a decisão do tiro ocorre por um processo racional, mesmo na instantaneidade. O automatismo descrito pelos policiais se fundamenta apenas na execução dos gestos, técnicas e movimentos, mas a decisão é cognitiva. Existe um cálculo de ganhos e perdas, previsões ocorrem no caminho do evento de risco. O acionar do gatilho é um ato muscular comandando por uma lógica racional.

### **3.3 Pensamentos no momento do confronto**

Os pensamentos dos policiais no momento da ação foram associados à necessidade de neutralizar o perigo, o medo de morrer, o risco de errar na ação, lembranças dos familiares, colegas ao lado, lembranças de casos recentes envolvendo outros policiais mortos em confrontos.

Seguem abaixo alguns trechos destacados das entrevistas sobre o tópico pensamento no momento da ação do confronto:

#### **Grupo I**

**E. Fernandes:** Os pensamentos ficaram acelerados. Pensei em não acertar o bandido nas costas.

**Jeferson:** Na defesa pessoal e da guarnição, se é que se pode falar em pensamento claro. Não percebi nenhuma situação, a não ser o receio e a tensão muito grande, principalmente na finalização da ocorrência.

**Steeves:** De neutralizar a ação dos suspeitos e prendê-los. Também lembrei por um momento do soldado [colega] morto recentemente em confronto.

## **Grupo II**

**João:** Em neutralizar o perigo o mais rápido possível. Estado máximo de alerta. Os sentidos ficaram aguçados.

**Caveira:** Meus pensamentos ficaram mais aguçados, queria alvejar os assaltantes de banco. Pensei que os tiros estavam bem direcionados e tinha certa convicção de que teria alvejado os meliantes. Queria vê-los mortos.

**Falcão:** Pensei em muitas coisas, mas o que me marcou foi ver meu companheiro ferido, me vi no lugar dele e tive medo de não voltar para casa e ver minha família. Pensei em me livrar dos tiros e tentar inibir os indivíduos e não dar disparos a esmo como meus oponentes.

Sobre os acontecimentos acima, Artwohl (2002) define um triângulo de sobrevivência em um tiroteio: sobrevivências física, psicológica e legal. Além de manter a integridade física, o policial precisa sobreviver ao *stress* pós-traumático do evento e também à parte legal, que, em caso de erro, pode levar o profissional a julgamento em tribunais. Sobre a possibilidade de um erro na ação, Artwohl entende que os policiais possuem plena consciência de que os seus superiores, as autoridades legais, e o público irão responsabilizá-los por todas suas ações durante um tiroteio policial.

Nos grupos focais, o dilema decisório relaciona-se com o ato de atirar e depois pensar, sob o risco de perder a vida, a liberdade ou a credibilidade.

Sobre os pensamentos no momento do confronto, Artwohl e Christensen (1997, p. 45-47) citam um artigo do Dr. Epstein, que apontou a existência de dois tipos de pensamentos: racional (baixa excitação) e vivencial (grande excitação).

O pensamento racional é o tipo por meio do qual se escolhe fazer quando o indivíduo não está sob uma ameaça imediata e em um estado de baixa excitação. Sob essa condição, pode-se ter tempo para pensar nas coisas. O pensamento racional é consciente, deliberado, reflexivo, sem pressa, ele permite que se pense antes de agir conscientemente, examinando todas as provas para chegar a uma conclusão lógica baseada em uma análise cuidadosa. Seus padrões de pensamento seguem um passo a passo do processo de raciocínio dedutivo que se possa facilmente explicar aos outros.

Já o pensamento vivencial é o tipo de pensamento que irá automaticamente operar na percepção de uma ameaça, o corpo é inundado com drogas naturais que induzem a um

estado de alta excitação. Em condições de ameaça, o pensamento será automático, relâmpago, rápido, orientado para a ação, e muito mais eficiente, mas não necessariamente mais preciso do que o pensamento racional. Ocorre o risco de se tomar decisões precipitadas.

Segundo o autor, o confronto armado acontece muitas vezes de forma repentina e inesperada. Não há tempo suficiente para o pensamento racional, não se pode contar com ele. Em vez disso, muda-se para o pensamento vivencial com base em instintos, e as respostas rápidas para manter o indivíduo vivo.

Entretanto, fazemos nesta parte um contraponto sobre o pensamento racional e vivencial postulado por Epstein, pois acreditamos que ambos os modos de pensamentos possuem racionalidade, em maior ou menor grau, conforme as pressões de tempo ou *stress*. O pensamento vivencial carrega maior grau de emoções, mas isso não significa que nele a racionalidade esteja ausente. Vejamos Damásio (1996), que acredita que a emoção é parte integrante do raciocínio e pode auxiliar esse processo, diferentemente da suposição de que teria efeito perturbador. Em certas ocasiões, a emoção pode substituir a razão, pois o programa de ação emocional do medo pode afastar rapidamente do perigo, não sendo necessário pensar para reagir a uma ameaça,

[...] ela abre a possibilidade de levar seres vivos a agir de maneira inteligente sem precisar pensar com inteligência [...] a emoção também auxilia no processo de manter na mente os vários fatos que precisam ser levados em consideração para chegarmos a uma decisão. (Ibidem, p. 7).

Artwohl e Christensen (1997, p. 49-50) realizaram um levantamento sobre distorção perceptiva em policiais que se envolveram diretamente em um confronto armado. Os resultados foram classificados abaixo:

a) *Diminuição de som*: não se ouvem alguns sons ou os sons tinham uma distância incomum, com qualidade abafada. Isto se aplica aos sons que normalmente se iriam ouvir, como tiros, gritos, sirenes nas proximidades, etc.;

b) *Efeito de “visão do túnel”*: a visão tornou-se intensamente focada na ameaça, com baixa visão periférica;

c) *Efeito “piloto automático”*: a resposta automática à ameaça percebida, com pouco ou nenhum pensamento consciente de suas ações;

d) *Intensa acuidade visual*: podem-se ver alguns detalhes ou ações com clareza;

e) *Movimento lento do tempo*: acontecimentos em câmera lenta e sensação de tempo maior do que o real;

f) *Perda de memória sobre partes do evento*: após o evento, havia partes que não conseguia lembrar;

g) *Perda de memória de algumas de suas ações*: após o evento, não conseguia se lembrar de algumas de suas próprias ações;

h) *Dissociação*: ocorreram momentos em que se tinha um estranho senso de desapego, como se o evento fosse um sonho, ou como se estivesse olhando para si mesmo do exterior;

i) *Pensamentos intrusivos perturbadores*: ocorriam alguns pensamentos não relevantes diretamente para a situação tática imediata, como pensar sobre seus entes queridos, planos futuros, etc.;

j) *Distorção de memória*: viu, ouviu ou experimentou algo durante o evento que mais tarde se descobriu que não tinha acontecido;

k) *Sons se intensificaram*: alguns sons pareciam muito mais intensos que o normal;

l) *Movimento rápido do tempo*: eventos pareciam estar acontecendo muito mais rápido que o normal;

m) *Paralisia temporária*: houve um tempo breve em que a pessoa se sentiu paralisada.

Para testar o estudo de Artwohl e Christensen (1997), aplicamos um questionário em dez policiais militares de radiopatrulha da região metropolitana de Cuiabá, Mato Grosso, que participaram de confrontos armados. Avaliaram-se os resultados em uma gradação de

zero a dez para cada um dos eventos percebidos. Após a conversão dos dados em valores percentuais, obtivemos os resultados comparados na tabela 1.

**Tabela 1 – Ranking das distorções cognitivas – Policiais de radiopatrulha**

<b>Distorção perceptiva</b>	<b>Amostra policiais militares</b>
Efeito visão do túnel	83,0
Intensa acuidade visual	83,0
Piloto automático	77,0
Movimento rápido do tempo	64,0
Movimento lento do tempo	51,0
Diminuição de som	50,0
Pensamentos intrusivos perturbadores	44,0
Sons se intensificaram	40,0
Dissociação	37,0
Perda de memória de algumas ações	33,0
Perda de memória sobre partes do evento	30,0
Distorção de memória	26,0
Paralisia temporária	8,0

**Fonte:** Artwohl e Christensen (1997), adaptado por Wilquerson Felizardo Sandes em 2012.

Pelo exposto, o processo mental foi percebido pelos policiais, mesmo que instantâneo. Até no pensamento dito vivencial, a racionalidade é alcançada por meios indiretos. Conforme Elster (1994), as pessoas não podem confiar sempre que agirão racionalmente, e assim se antecipam sobre alguns tipos de situações nas quais poderiam perder a cabeça, agindo estrategicamente para impedir desde o início que a oportunidade de erro surja. Portanto, no momento do confronto, o ato de pensar na cena, em familiares, no risco de errar, nos amigos, constitui, em tese, formas de autocontrole durante as ações críticas.

### 3.4 Visão e atenção ao entorno

Os entrevistados em geral apontaram que a atenção ao entorno do confronto ficou prejudicada devido ao *stress* decorrente da ação. A maioria apontou que a visão ficou focalizada principalmente no oponente, entretanto, a movimentação dos colegas durante a ação foi percebida. A presença de pessoas circulando pelo local tende a ser percebida quando ocorre no período diurno e com muita movimentação. Com o acúmulo de experiência em confrontos, os policiais tendem a melhorar a visualização do entorno.

Dentre os argumentos individuais de cada grupo, destacamos:

#### **Grupo I**

**Francisco:** A partir do momento em que avistei o suspeito, a minha visão só ficou nele.

**José:** Percebi somente a ação do agressor e a movimentação da guarnição. Mantive a atenção na movimentação da guarnição.

**Gildo:** Não no primeiro momento, mesmo porque os disparos foram instantâneos, logo em seguida houve uma varredura visual sobre o ambiente. Notei os suspeitos correndo e a posição do parceiro.

#### **Grupo II**

**Rodrigo:** No começo não, mas depois de algum tempo sim. Na hora da minha ação minha concentração era de onde estavam vindo os disparos, depois me abriguei, aí sim, vi meus colegas e a posição de cada um.

**Falcão:** Na verdade eu não estava sendo profissional e sim pessoal, pois era muito novo na polícia, mas o tempo nos dá experiência. Agora sempre que vou a uma ocorrência observo tudo isso, hoje só uso arma em último caso, que seria em legítima defesa.

**Rogério:** No momento da ação, devido à adrenalina, o raio de visão diminui bastante, mas deu para levar em consideração todo o cenário da ocorrência. O campo de visão diminui e alguma coisa pode passar em branco, mas devido ao treinamento, um companheiro cobria o outro e tudo foi percebido pela equipe.

A visão focalizada no alvo é considerada uma espécie de distorção cognitiva vivenciada em situação de confronto policial. Para os policiais, a visão tornou-se intensamente focada na ameaça e com baixa visão periférica. Esse fenômeno, denominado de “visão de túnel”, segundo Artwohl e Christensen (1997), atinge 88% dos policiais que se envolveram em um confronto armado. Sob estresse, o campo útil de visão diminui, e a quantidade de processamento da informação visual é reduzida. Podem ocorrer outras distorções, como aumento ou diminuição dos sons, movimento lento ou rápido do tempo na percepção do policial, maior atenção a detalhes relacionados ao alvo.

As distorções ao certo ocorreram enquanto os policiais estavam sob o efeito da Síndrome de Cannon, o que leva a crer que as descargas hormonais também influenciam e são influenciadas pelo estado geral do indivíduo, seja biológico, sociológico ou psicológico.

A Síndrome de Cannon, também conhecida como reação de alarme do corpo para lutar ou fugir, segundo Godnig (2011), é a resposta do organismo a uma mudança inesperada e repentina no ambiente, que tende a ocorrer nos estágios iniciais de um combate ou encontros violentos. Para Godnig, a “visão de túnel” é uma das reações em que o sistema de focalização dos olhos perde a capacidade de manter foco claro em alvos a distâncias muito curtas, devido à mudança no equilíbrio do sistema nervoso autônomo referente aos olhos, aumentando o diâmetro das pupilas, obrigando um atirador a focar os olhos a longas distâncias, talvez como preparação contra uma ameaça que se aproxima.

Sobre a atenção, Godnig acredita que os seres humanos têm uma tendência inata a restringi-la sob uma ameaça durante o estresse extremo. Outras mudanças no desempenho são associadas ao estreitamento de percepção, que sugere que o nível de atenção aumenta em direção ao alvo, com uma diminuição correspondente na área visual periférica.

Com o acúmulo de experiência, o policial, mesmo no espaço de perigo, consegue perceber melhor o entorno do confronto. O estrategista militar Clausewitz (1996) faz uma comparação entre o soldado experiente e o novato:

[...] na obscuridade, a pupila do olho se dilata, absorve um pouco de luz existente, de modo que o olho pouco a pouco consegue distinguir os objetos menos mal e acaba por se orientar muito bem. Passa-se o mesmo com o soldado treinado para a guerra, enquanto que para o novato tudo é noite escura (Ibidem, p. 87).

Sobre o entorno do confronto, nos grupos focais os policiais também relataram que, enquanto se atira, veem um flash de fogo quando noite, ou se escuta o estampido durante o dia, mas não se faz mira, apenas atiram na direção do “bandido”.

Sobre o nível de atenção, Bear (2002) exemplifica que, mesmo em uma multidão de pessoas, com diversos tipos de sons e estímulos, o indivíduo é capaz de se concentrar em uma conversa e ignorar grande parte dos outros barulhos e conversas. Ouvir o nome no meio de um grupo é um sinal de atenção seletiva. Uma tarefa visual que demanda atenção específica permite concentrar-se em um objeto no meio de outros no campo visual, podendo a combinação ser também auditiva e visual. A atenção tem a ver com o processamento preferencial da informação sensorial, “no meio de visões, sons e paladares chegando ao encéfalo, pode-se atender alguma informação de forma relativa e ignorar o resto.” (Ibidem, p. 659). Uma conclusão apontada pelo autor é que a atenção acelera o “tempo de reação”, variando após um estímulo-alvo em torno de 230 a 300 milésimos de segundo.

Assim sendo, sob efeito do *stress* durante o evento de risco, a visão focaliza um alvo, bem como a atenção torna-se mais seletiva. Com a experiência em confrontos, os policiais sofrem menos influência da visão de túnel. Detalharemos as reações emocionais na próxima dimensão de análise.

### **3.5 Desfecho: previsão x acaso**

Com relação às percepções dos policiais, se a ação durante o confronto resultou em algo planejado ou ao acaso, os dois grupos responderam que os resultados foram ao acaso. Porém, para o Grupo II, existiu um prévio planejamento anterior à ação, sendo que os

policiais agiram em um estado elevado de prontidão mental, permitindo assim uma resposta armada em curto espaço de tempo. Quanto ao Grupo I, por lidarem com ocorrências dos mais diversos tipos durante o turno de serviço, podem se deparar com cenas imprevistas onde precisam agir de forma inesperada. Assim sendo, para o Grupo I, o acaso ocorre antes e durante a ação, enquanto que, para o Grupo II, em comportamento de caça, o acaso ocorre no curso da ação quanto ao resultado final.

Destacamos abaixo algumas respostas dos entrevistados:

#### **Grupo I**

**Francisco:** O resultado foi ao acaso, pois deslocamos até a ocorrência sem saber se íamos ou não deparar com o suspeito.

**Jeferson:** A situação foi esperada, no entanto, o desenvolvimento foi ao acaso.

**Borges:** Acaso, porque estávamos fazendo rondas e não esperávamos esta reação deles no momento de abrir fogo.

#### **Grupo II**

**João:** Apesar de estarmos no encalço dos meliantes, ao acaso seria a resposta certa, pois fomos pegos de surpresa e o treinamento foi muito importante.

**Caveira:** Acaso em termos, pois tínhamos como objetivo localizar os meliantes e neutralizá-los, o que não ocorreu de fato, já que eles nos visualizaram antes e efetuaram disparos contra a patrulha.

**Rogério:** O planejamento aconteceu até o momento da abordagem, a partir da reação armada dos infratores, foi instintiva e natural.

O termo acaso está presente na maioria das entrevistas dos policiais, como algo não esperado, não premeditado, não intencional. Existem muitos significados para o termo, mas os policiais utilizam mais no sentido de definir o resultado final do confronto, enquanto sentido aleatório, no caso de algo inadequado ocorrer.

Entler (2000) analisou que o estudo do “acaso” ocorre entre vários ramos científicos, como a biologia, filosofia, matemática, física, psicologia, entre outros. O consenso mais aproximado entre as disciplinas é o fato de que o acaso “é sempre denominado a partir da impossibilidade de localizar as determinações de um fenômeno. Daí, outros fatores decorrem: a imprevisibilidade desse fenômeno, a falta de controle sobre ele [...]” (Ibidem, p. 19).

Para a nossa análise, reforçamos o ponto de vista de Entler, que aceita o acaso como “cruzamento de séries causais independentes”. Além das características de imprevisibilidade e descontrole que estão presentes em todas as definições de acaso, o cruzamento de séries causais independentes considera um evento como resultante da ação de forças diversas, na qual o acaso “é uma cadeia de causas e efeitos interligados: um fenômeno determina outro, que determina outro, e juntos eles constituem uma série causal” (Ibidem, p. 21). Um exemplo descrito pelo autor, recorrendo ao matemático Antoine Augustin Cournot (1801-1877), foi retratado como uma telha que cai do topo de uma casa e acerta a cabeça de uma pessoa que passa naquele momento enquanto leva uma carta ao correio. Este exemplo pode ser descrito como acaso resultante do cruzamento de cadeias de causas distintas. É possível compreender as forças que agiram sobre a telha e concluir que era inevitável a sua queda naquelas circunstâncias, mas nada determinaria que a queda ocorreria exatamente sobre a cabeça de alguém que planejou sair de casa, mas não contava com o acidente. Logo, cada série se explica, mas não o cruzamento delas propriamente dito, recebendo assim uma definição de acaso.

No evento não previsto, o significado passa a ser fornecido por quem interpreta o evento, reforçando a ideia de acaso, porém o que ocorreu foi que eventos independentes se cruzaram em um dado momento. Ao lançar um dado, sabemos que ele cairá com uma das faces apoiadas no solo, e qual face será dependerá de um conjunto de forças que agirão sobre o cubo; mas, quanto ao resultado, o significado será decorrente da percepção humana de ganhar ou perder. Quem joga o cubo sabe que as possibilidades são delimitadas na quantidade de faces existentes, apenas o ato do lançamento é controlável com previsão.

Voltando ao confronto tratado como acaso, o ato de disparar o gatilho, na maioria dos casos, é de controle do policial, mas dependerá de outras causas, como o funcionamento da arma, as condições ambientais, o tempo de reação, presença de pessoas, entre outras cadeias de possibilidades. Logo, por mais que tudo aparente resultar no acaso, existem momentos em que a intenção pode ser controlada, como o ato de acionar o gatilho e atirar em uma direção qualquer, mas o desfecho dependerá de outro conjunto de acontecimentos não controlados pelo atirador, porém previsíveis, como ocorre no lançamento do dado. Em termos de probabilidades, os diversos resultados já são esperados

pelos policiais, mas não desejados. O desejo se direciona para uma necessidade, no caso dos policiais, acertar o oponente-alvo. Nesse caso, o êxito do atirador não será considerado acaso, mas resultado do efetivo treinamento, enquanto que qualquer resultado diferente terá uma explicação baseada no imprevisto.

Sendo assim, em qualquer ação, mesmo com baixa previsão e controle, o resultado do acaso de algum modo será esperado dentro de um conjunto de regras, no intercâmbio das ações contidas na intenção do policial e aquelas determinadas pelos instrumentos e ambiente do confronto, que, em muitos casos, ignorará a meta do agente. Vejamos:

Podemos pensar ainda essa relação entre acaso e significação de modo inverso: todo acaso é denominado como tal a partir do momento em que adquire um significado. O ato de dizer que “ocorreu um acaso”, quase sempre já aponta para o fato de que o fenômeno se enquadra a *posteriori* numa cadeia de necessidades. Outro exemplo: se disparo uma arma de olhos vendados, posso dizer que a bala segue uma trajetória ao acaso, qualquer que seja ela. Mas provavelmente essa denominação ocorrerá apenas se a bala atingir alguma coisa que consideremos um alvo. O acaso existe na medida em que a seletividade de nossa percepção permite enxergá-lo. (Ibidem, p. 36)

Fruto do acaso ou não, na ação do policial sempre existe alguma intenção. Sobre este assunto recorreremos a Searle (1984), que apresentou uma explicação próxima das ações não intencionais que os policiais relataram. No entendimento do autor, existe algum nível de intencionalidade em toda ação, logo, o acaso também carrega certa intencionalidade. Para Searle (1984), existem ações premeditadas que resultam de um plano prévio e as ações espontâneas, que ocorrem sem qualquer reflexão anterior. São intenções prévias e intenções no curso da ação, respectivamente. Neste último caso, temos o exemplo de uma conversa normal, em que não se reflete sobre o que se vai dizer a seguir, ou agredir alguém pelo impulso ou levantar e caminhar. A formação de intenções prévias é resultado de raciocínio prático acerca da melhor maneira de decidir entre desejos antagônicos. Com base na visão de Searle, entendemos que o Grupo II se encaixa nas ações premeditadas e o Grupo I nas ações espontâneas.

Sobre não intencionalidade ou acaso citado pelos policiais, o autor acima afirma que não há ações, nem mesmo não intencionais, sem intenção, pois toda ação tem uma intenção em ação como um dos seus componentes. Vejamos alguns exemplos dados por Searle:

Um homem pode tentar matar uma pessoa atirando nela. Suponhamos que erre o tiro, mas que este faça estourar uma manada de porcos selvagens que pisoteiam até a morte a vítima escolhida. Neste caso, a intenção do homem tem a morte da vítima como parte de suas condições de satisfação e a vítima morre em decorrência disso, mas, mesmo assim, relutamos em dizer que tenha sido uma morte intencional. (Ibidem, p. 117).

Por outro lado, até para os policiais mais habilidosos e experientes em confrontos armados, por mais previsíveis que sejam os resultados, alguns aspectos da situação podem produzir resultados diferentes. Segundo Merton (1979, p. 201), “Pequenas diferenças nas condições iniciais produzem grandes diferenças nos fenômenos finais. Para Merton, a possibilidade do erro de avaliação também ocorre em qualquer fase da ação intencional, sobre uma situação presente ou futura. É ténue acreditar, por força do hábito e repetições contínuas automatizadas, que o sucesso de uma ação no passado resulte em algo desejado no presente. Além disso, o envolvimento emocional também contribui para distorção da situação objetiva e da provável marcha futura dos acontecimentos.”

Para Giddens (2003), o indivíduo é autor de muitas coisas que não tem intenção de fazer e pode não querer realizar, mas que não obstante faz. Vejamos um exemplo prático sobre o assunto: um oficial num submarino puxa uma alavanca com a intenção de mudar o curso, mas, em vez disso, tendo acionado a alavanca errada, afunda o submarino. Ele fez algo intencionalmente, embora não o que imaginara.

Logo, toda ação policial, mesmo considerada fruto do acaso, tem certa previsão, pois o policial, ao se deparar com uma ocorrência crítica ou não, sabe que algo pior poderá ocorrer, com risco de morte ou ferimento para si, para os colegas, para as vítimas, para o agressor, entre outras pessoas no local. Portanto, o disparo da arma de fogo será, em tese, intencional e as consequências antecipadamente conhecidas. Mesmo com forte influência emocional, a ação terá caráter racional, pois a explicação terá o mesmo conteúdo que estava na cabeça do policial, quando ele realizou a ação ou quando raciocinou em vista da sua intenção de levar a cabo a ação. A racionalidade e a irracionalidade não devem ser vistos como o sucesso e o fracasso de uma ação. Vale ressaltar que efeitos não desejados nem sempre são efeitos indesejáveis com relação à alternativa escolhida. Por exemplo, em certas ocasiões para o policial, atirar e acertar o oponente será um efeito desejável, porém acertar

a vítima ou um colega não será uma ação desejável, mas poderá receber uma explicação racional de defesa da própria vida por parte do policial que atirou.

## **CAPÍTULO 4 – QUARTA DIMENSÃO: A REAÇÃO EMOCIONAL**

Nesta dimensão, analisaremos a reação emocional e sua influência sobre a decisão pelo uso da força letal. A análise ocorrerá em quatro fases, todas as informações de campo foram extraídas das entrevistas e dos grupos focais. Na primeira fase, nós explicaremos a tensão e o medo que o policial sente antes do confronto. Na segunda fase, a explicação envolverá o momento do confronto, em que o medo é transposto para o sentimento de raiva. Na terceira fase constará a sensação de alívio e preocupação após o confronto. Na última fase segue uma exposição sobre a reação de estresse que o policial vivenciou tardiamente. Cada fase terá a exposição de trechos da pesquisa de campo e uma explicação com base no referencial teórico utilizado.

Além do já exposto, as análises serão com relação aos Grupos I e II, ou seja, os policiais de radiopatrulha e os policiais do BOPE/FN, respectivamente.

### **4.1 Fase 1: tensão e medo antes**

As emoções percebidas pelos policiais antes do confronto foram definidas como apreensão, ansiedade, tensão, nervosismo, medo. Os dois grupos mantiveram uniformidade nas respostas, porém o Grupo II indica que o tema medo é tratado como nervosismo controlado.

Das entrevistas, destacamos os seguintes apontamentos emocionais antes dos confrontos:

### **Grupo I**

**Jeferson:** Apreensão.

**Estive:** Senti a adrenalina aumentando.

**Gildo:** Fiquei muito tenso.

### **Grupo II**

**Marcos:** Concentrado e tenso.

**Rodrigo:** Antes medo. Mas aprendemos a controlar o medo e tirar vantagem dele. Porque o medo faz com que você tenha cautela, ficando atento.

**Daniel de Queiroz:** Um nervosismo controlado.

As emoções relatadas confirmam os efeitos biológicos. Porém, na prática não existem separações entre biológico, psicológico ou sociológico, pois são operações interdependentes. O biológico inicia sua operação a partir do conceito elaborado sobre uma situação perigosa, que é uma construção coletiva. Qualquer situação que o indivíduo avalia com risco tende a provocar uma complexa reação orgânica, com a descarga de vários hormônios, preparando-o para correr ou enfrentar o perigo.

Nos grupos focais, os policiais relataram que a percepção do tempo se altera, demora uma eternidade e tudo se passa muito rápido.

O ocorrido com os policiais refere-se ao que Bear (2002), Guyton e Hall (2008) denominaram de Síndrome de Emergência de Cannon, um comportamento de luta ou de fuga em uma situação de medo, diante de uma complexa ação orgânica, que acelera os ritmos corporais para lidar com o perigo. Os efeitos fisiológicos instantâneos envolvem: dilatação da pupila, vasoconstrição periférica, vasodilatação muscular com atividade motora rápida, taquicardia, aumento da frequência respiratória, aumento da glicose no sangue, atividade mental elevada, aumento da velocidade de coagulação, aumento da pressão arterial e aumento do metabolismo.

Graeff (2007) entende que a ansiedade, o medo e o pânico são emoções relacionadas à presença de ameaça. Estudos de Robert e Caroline Blanchard, sobre estratégias defensivas de animais contra predadores, verificaram que a ansiedade é a emoção relacionada ao comportamento de avaliação de risco de perigo incerto, uma ameaça potencial, seja porque o contexto é novo ou o estímulo de perigo esteve presente no passado. Ao contrário, o medo está relacionado com estratégias defensivas ao perigo real que está a certa distância da

vítima, uma ameaça presente. Neste caso, o animal evita a situação sempre que exista uma rota de fuga disponível ou se torna imobilizado, congelamento, quando não há nenhuma saída. O pânico corresponde à vigorosa reação de fuga em função de um perigo muito próximo, como um predador que se aproxima. No caso da luta defensiva, esta é uma reação adaptativa alternativa contra o perigo próximo, que ocorre quando a fuga é impossível, mas essa estratégia relaciona-se à raiva mais do que ao pânico.

Bauman (2008, p. 8) contextualiza o “medo” como algo conhecido por toda criatura viva, sendo assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros. Assombra sem que haja uma explicação visível, com ameaça vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. A escuridão não constitui a causa do perigo, mas é um *habitat* natural da incerteza. O autor define o medo como “nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.” Mas os humanos conhecem um medo de “segundo grau”, social e culturalmente reciclado, um medo derivado que orienta o seu comportamento, em uma estrutura mental estável que envolve uma sensação de insegurança e vulnerabilidade. Os fatores impulsionadores do medo são socialmente construídos na trajetória entre o nascimento e a morte. Os perigos dos quais se tem medo podem ser de três tipos:

Alguns ameaçam o corpo e a propriedade. Outros são de natureza mais geral, ameaçando a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela, da qual depende a segurança do sustento [...] ou mesmo da sobrevivência no caso de invalidez ou velhice. Depois vêm os perigos que ameaçam o lugar da pessoa no mundo – a posição na hierarquia social, a identidade [...] e, de modo mais geral, a imunidade à degradação e à exclusão sociais. (Ibidem, p. 10).

Quanto ao fenômeno fisiológico do medo, para Goleman (1995), o Circuito Neural do Medo opera em até um segundo e pode ser assim sintetizado: a amígdala cortical desempenha um papel central no medo, como um sistema de alarme vital para a sobrevivência. A amígdala dispara o alarme, sua área central ativa o hipotálamo, o tronco central e o sistema nervoso autônomo. O hipotálamo secreta substâncias de resposta à emergência, que é o hormônio que libera corticopina ou adrenocorticotrópico, que

mobiliza a reação de lutar ou fugir através de outras cascatas de hormônios, tais como a adrenalina e noradrenalina. Os hormônios se espalham pelo cérebro, causando aumento da reatividade (o cérebro fica “tinindo”). A maior parte desse tipo de alteração ocorre de forma inconsciente e de tal modo que a pessoa não sabe que está com medo. À medida que se toma consciência do medo, a amígdala comanda outra ordem para que haja uma reação. A dopamina é liberada e a pessoa fixa a atenção na origem do medo, e colocará os músculos em prontidão para agir de acordo. Ao mesmo tempo, a amígdala envia sinais para as áreas sensoriais relativas à visão e à atenção. Simultaneamente, os sistemas da memória cortical são rearranjados de forma que o conhecimento e lembranças mais relevantes para aquela situação de emergência emocional sejam rapidamente trazidos para o presente e tenham precedência sobre qualquer ideia menos importante que ocorra. Tão logo os sinais são percebidos, a pessoa fica interinamente possuída pelo medo, percebe-se o característico aperto nas entranhas, o coração acelera, os músculos do pescoço e dos ombros se contraem, os membros tremem, o corpo se imobiliza, a pessoa fica atenta aos sons e em sua cabeça visualizam-se todos os perigos possíveis e como vai reagir a cada um deles. Toda essa sequência da surpresa para a incerteza, da incerteza para a apreensão, da apreensão para o medo, ocorre em torno de um segundo.

No Brasil, Lima (2009), policial e psicólogo, classificou o confronto armado como o mais grave incidente crítico de que o policial pode participar, sob as óticas: legal, conceitual, doutrinária, fisiológica, psicológica, psiquiátrica e administrativa. Lima cita Salomom (1990) sobre a dinâmica de encontro potencialmente mortal enfrentado por um policial, em cinco fases:

1) Primeira fase – preocupação – O policial tem elementos para se preocupar com uma situação aparentemente normal, mas que pode ter potencial em transforma-se numa situação problemática. 2) Segunda fase – Alerta de vulnerabilidade – O policial pode acreditar que está ficando vulnerável a uma ameaça pessoal ou pode perder o controle imediato da situação. 3) Terceira fase – Mudança de foco – Ocorre uma mudança cognitiva da fase de foco interno de vulnerabilidade percebida para estratégias de ação. 4) Quarta fase – Sobrevivência – A possibilidade de ameaça à vida do policial pelo agressor contínua e a percepção se estreita para focalizar-se apenas na ameaça e nesse momento são elaboradas estratégias de ação. 5) Quinta fase – Luta ou voo – O policial ocupa-se de estratégias de sobrevivência como a única opção viável à ameaça percebida à sua vida. (Ibidem, p.31).

Portanto, o que os policiais vivenciaram antes do confronto relaciona-se com algo construído socialmente com um significado de ameaça. O dispositivo do medo social afeta o psicológico, que por sua vez afeta o biológico e gera o resultado que foi conceituado como a síndrome de emergência. Os policiais relataram medo e tensão pelo fato de esperarem algo com significado de risco. Portanto, os significados julgados pelo policial modelam seu comportamento para uma situação de luta.

#### **4.2 Fase 2: medo e raiva durante**

As emoções percebidas pelos policiais do Grupo I durante o confronto foram definidas como mistura de medo e raiva, nervosismo, sensação de vazio, vontade de vencer, tensão e ansiedade. No Grupo II, as emoções percebidas foram medo controlado, agressividade controlada, sentimento de superpoderes, preocupação com os colegas, muita adrenalina, força de vontade e anestesia. Esse grupo também demonstrou mais laços de solidariedade e preocupação entre os colegas.

Das entrevistas, destacamos os seguintes apontamentos emocionais durante os confrontos:

##### **Grupo I**

**Jeferson:** Não sei explicar ao certo, mas um misto de medo com raiva.

**Jose:** Um vazio.

**Pescoço:** A vontade de fazer valer.

##### **Grupo II**

**Rodrigo:** Depois de abrigado e coberto a tranquilidade e agressividade, pois todos os sentimentos têm que ser controlados por si mesmo.

**Caveira:** Anestesia. Sentimento de superpoderes e ao mesmo tempo com cautela, pois sabia que os tiros adversários passavam próximos. Preocupação com os dois companheiros que se encontravam à frente, com os demais temerem ser atingido por um tiro amigo da retaguarda.

**Alex Junior:** De querer pegar todos que estavam efetuando os tiros contra nossa viatura.

As emoções relatadas confirmam os mesmos efeitos biológicos tratados no item

anterior referente à Síndrome de Emergência de Cannon, porém um ponto merece destaque. Durante a ação alguns dos policiais relataram, nos dois grupos, uma transposição do sentimento de medo para o sentimento de raiva ou o que classificaram como “agressão controlada”.

Nos grupos focais, os policiais relataram que no momento do confronto “vai para o lado pessoal, se vê um inimigo, ele [oponente] não atira na polícia, mas no policial de carne e osso.” Um dos policiais do Grupo II citou que “enquanto o criminoso não atira é institucional, mas se ele atirar, é sangue no olho”. O medo para o policial significa não ver a família, não voltar para casa, ser surpreendido, tomar um tiro, ficar deficiente, ficar acamado, atirar em inocentes, ir para a cadeira de rodas, responder a processo, toda dificuldade que a ocorrência pode trazer. Outro aspecto apontado foi que ser policial envolve aptidão, na tropa é possível perceber aqueles policiais com quem não se pode contar em caso de um tiroteio. A aptidão envolve a capacidade de reagir com “agressividade controlada”, que significa fazer o que tem que ser feito, usar as técnicas legais e “agressão para conter uma agressão”.

Sobre a raiva, Elster (1994) aponta que uma pessoa que deseja se comportar de forma justa com os outros, mas teme que a raiva acabe por dominá-la, é aconselhada a se pré-comprometer a criar situações para não se enraivecer. As paixões podem distorcer a cognição, induzindo a falsas crenças sobre as consequências, introduzindo mudanças de juízo, por exemplo, liberando a raiva sem parar para pensar nas consequências no momento de agir. O autor cita que:

A raiva tem sede de vingança mesmo que no processo destrua o vingador [...] é evidente que, se pessoas enraivecidas são capazes de ignorar até os riscos de vida, não serão detidas por quaisquer dissuasões adicionais [...] os episódios de raiva são muitas vezes caracterizados como um ponto sem retorno. (Ibidem, p. 24-25).

Assim Elster entende que, uma vez tomado pela raiva, o autocontrole não é mais possível, por isso é preciso ter olhos abertos para os “inícios”, pois, não sendo percebido o perigo enquanto no começo, depois que cresce não lhe achamos mais “remédio”.

Por outro lado, a raiva identificada durante as entrevistas, trata-se de um sentimento também construído coletivamente em substituição ao medo, criando assim uma espécie de sentimento de superpoderes policiais no momento crítico. Conforme Amador (2002), medo e fraquezas não costumam ser expressos de modo explícito entre os policiais. No caso de acontecer, evidencia-se o deboche e o rechaço àqueles que o manifestam. A impossibilidade de expressão do medo no exercício do trabalho policial parece relacionar-se à prescrição de coragem no âmbito da organização, com código de regras criadas pelo grupo, pressupondo o banimento do medo. Os policiais em grupo não expressam o medo sentido porque o grupo impõe esse silêncio. A autora aponta a utilização de alguns recursos estratégicos coletivos e defensivos dos policiais, tais como: sensação de superpoderes, a ironia ao medo, o discurso viril e a prescrição para a violência. Vejamos:

Os policiais criam estratégias defensivas que lhes permitem executar seu trabalho. Aparecem como recursos defensivos articulados, a construção imaginária dos Superpoderes, a Ironia ao Medo, o Discurso Viril e a Prescrição para a Violência.

Com as construções imaginárias das figuras de Super homem e da Super mulher, os policiais visam negar seus sentimentos e medos, e, portanto, a dimensão humana que os iguala a todos os homens e mulheres. [...] Por conta dessa onipotência, os policiais visam atingir o total domínio de seu combatido, em uma forma de enfrentamento do medo. (Ibidem, p. 145).

Os policiais entrevistados também utilizaram o termo “agressividade controlada”. Conforme Glassman e Hadad (2008), o comportamento agressivo é aquele que causa dano a outras pessoas com intenção prévia. Sobre agressão, existem duas correntes: na primeira, o comportamento agressivo como algo inato ou biológico, e na segunda corrente a agressão é entendida como um comportamento aprendido. Na abordagem biológica, o comportamento agressivo tem sido atribuído a funções cerebrais localizadas no hipotálamo e na amígdala. O comportamento agressivo, em tese, é controlado por indícios ambientais chamados “estímulos-sinais”, que regulam a iniciação e a inibição da agressão, como a invasão de um indivíduo no território é um estímulo sinal de ataque, ou, em contraste, um lobo que vira suas costas quando está perdendo, desvia seus olhos e expõe a jugular aos dentes do outro lobo, também é um estímulo-sinal que inibe uma agressão adicional por parte do lobo vitorioso. O estímulo-sinal opera como um fator crucial no entendimento da agressão, ao mesmo tempo em que minimiza a violência fatal e permite que os membros de

uma espécie estabeleçam hierarquias sociais estáveis. Na abordagem da agressão como um comportamento aprendido, esta é um impulso interno, mas com uma resposta voluntária que é adquirida ou modificada por meio do comportamento reforçado. Essa forma de agressão é entendida como instrumental, é um meio para se alcançar um fim desejado.

Entendemos, neste estudo, que a agressão ou raiva apontada pelos policiais entrevistados na situação crítica interage entre o biológico e o social. O policial, quando se depara com uma ocorrência, sente inicialmente medo e tensão, em seguida, diante de um “estímulo-sinal”, representado pela arma ou disparo do oponente, decide lutar com agressividade e com vontade de vencer. Na prática, o sentimento de medo e de raiva são lados opostos de uma moeda, causando paralisia ou reação. O ato de reagir ao medo é aprendido no processo de treinamento e no dia a dia com os colegas. Um policial paralisado pelo medo possui boas chances de ser discriminado entre os colegas. Entre os pares, ficar nervoso, estressado, eufórico, são emoções aceitáveis, mas a paralisia geralmente é imperdoável no meio policial.

Nas entrevistas, os policiais se preocupam com os colegas que estão ao lado, sendo comportamento recíproco de solidariedade em situações de alto risco. Para Marshall (2003), o que estimula o soldado a avançar com as suas armas é a presença de um camarada, pois a força de uma companhia humana é tão essencial para o emprego das armas com que se luta, o outro pode estar longe, fora do alcance da voz ou das vistas, mas deve estar ao alcance da consciência do soldado. Cada homem na proximidade é um apoio, ajudando a sufocar o medo. Em síntese, durante o combate o soldado “é apoiado principalmente pelos seus camaradas e secundariamente pelas suas armas” (Ibidem, p. 46).

### **4.3 Fase 3: alívio e preocupação depois**

As emoções percebidas pelos policiais imediatamente após o confronto foram definidas prioritariamente como preocupação com o que poderia resultar em termos legais e alívio pela equipe estar bem. Também constaram os termos frustração, tremeadeira, sudorese, medo de a ação ser reprovada, sentimento de impotência profissional. Vários

policiais deixaram de responder à questão.

Das entrevistas, destacamos os seguintes apontamentos emocionais após os confrontos:

#### **Grupo I**

**Jeferson:** Alívio, no entanto com muita tensão, haja vista o receio quanto ao ordenamento jurídico [referiu-se à possibilidade de responder a um processo criminal].

**Jose:** O que vai acontecer de agora em diante? Foi uma ação legal? Vou pagar por isso? Serei reconhecido?

**Gildo:** De que tudo o que vivemos e como somos tratados, não vale a pena.

#### **Grupo II**

**Marcos:** Tremedeira e sudorese acontecendo, receio de uma ação não legítima perante os olhos dos superiores.

**João:** Alívio de estarmos todos bem.

**Rogério:** Alívio, volta à calma e tranquilidade.

A preocupação dos policiais com a legalidade tem uma razão de ser, pois a sobrevivência deverá ir além dos aspectos físicos. É importante considerar que o profissional age em uma ameaça que exige uma resposta imediata. Corre-se o risco de cometer um erro fatal. Porém, em uma situação ameaçadora, o policial não tem muito tempo para uma avaliação, podendo, em situação de grande ameaça, cometer um atraso na decisão que também custe a sua vida.

Tal ponto de vista é confirmado por Artwohl (2002), que, conforme já vimos, define um triângulo de sobrevivência em um tiroteio: sobrevivências física, psicológica e legal. Artwohl e Christensen (1997) reforçam o ponto de vista, defendendo que, após o fim do tiroteio, o desempenho do policial será revisto por todos: o policial, seus colegas, a mídia, os tribunais, a instituição e a comunidade. Enquanto o policial estava obrigado a responder a uma ameaça súbita e mortal, baseada na sua percepção dos fatos, o seu desempenho será julgado com base em critérios de pensamento racional, com uma visão diferenciada e em retrospectiva, especialmente quando com julgamento da situação em espaço seguro e confortável.

Para falar sobre a situação emocional do policial em um confronto que resulte principalmente em morte do oponente, utilizaremos um estudo análogo de Grossman (2007,

p. 291-300) sobre as fases da reação emocional de um soldado do Exército que mata o seu oponente em um campo de combate. O processo emocional envolve três fases: a fase da euforia; a fase do remorso; e a fase da justificação e aceitação.

*A fase da euforia/satisfação:* indivíduos verdadeiramente fixados na euforia decorrente do ato de matar ou são raros ou simplesmente não falam sobre o assunto. Essa euforia em determinados soldados pode causar fixação nesse estágio e ausência de remorso. No caso de pilotos e *snipers*, favorecidos pela distância física, esse tipo de fixação mostra-se relativamente comum. Existem indivíduos viciados em combate, que possuem prazer na “excitação do combate”.

*A fase do remorso:* pode ocorrer um momento de identificação e empatia com o caráter humano da vítima, o momento é marcado por emoções que envolvem: choro, vômito, náusea, vergonha, remorso, repulsa, murmúrio. O remorso é um sentimento real, comum e intenso, algo com o qual o soldado talvez tenha que conviver pelo resto da vida.

*A fase de justificação e de aceitação:* sentimentos de culpa e remorso podem perdurar para o resto da vida, por meio dos quais o indivíduo que matou tenta justificar e aceitar o ato praticado. Mas normalmente é capaz de aceitar o seu ato como algo necessário e correto. O processo de justificação tem início quando a arma do oponente é localizada, mecanismo de defesa imprescindível para a saúde emocional e psicológica. Provoca também o *stress* pós-traumático.

Apesar da preocupação com os efeitos legais decorrentes da ação que resultou em ferimento ou morte do oponente, os relatos dos policiais entrevistados nesta pesquisa conferiram alívio após o confronto, um estado de euforia, de satisfação pela ação bem sucedida do ponto de vista do policial. O alívio pela sobrevivência física, mas preocupação pelo efeito tardio que afete a sobrevivência legal e psicológica do policial.

#### 4.4 Fase 4: *stress* tardio

Quanto às reações de *stress* após o evento envolvendo os confrontos armados, as repostas foram opostas entre os dois grupos. No Grupo I, oito afirmaram que sentiram reações de *stress*, enquanto três negaram ter ocorrido. No Grupo II, em direção contrária, três afirmaram que sentiram reações de *stress*, enquanto oito negaram. A negativa que prevaleceu no Grupo II sugere que medo e fraquezas não são assuntos de destaque entre os policiais dos grupos de operações especiais.

Todavia, das entrevistas, destacamos alguns apontamentos em que os policiais confirmaram reações de *stress* após os confrontos:

##### **Grupo I**

**Jeferson:** Apenas cansaço e bastante sono depois.

**Jose:** Insônia e diarreia.

**Papa Mike:** O corpo ficou tensionado, pensei várias vezes no fato e muita ansiedade.

##### **Grupo II**

**Marcos:** Na primeira vez fiquei muito depressivo, na segunda vez não.

**Daniel de Queiroz:** Sim.

**Rogério:** Sim.

As reações de *stress* reportadas pelos policiais envolveram cansaço, sono, insônia, diarreia, tensão, ansiedade, depressão. Sobre tais reações possíveis, Lima (2009) cita que, após confrontos armados, podem ocorrer alguns efeitos traumáticos, tais como: recusar acreditar que o evento ocorreu; estado de choque e atordoamento; dificuldade de concentração; dificuldade de se recordar de partes importantes do que aconteceu durante o trauma; sensação permanente de risco; sobressalto e estado de guarda; dificuldade de concentração; preocupação suicida; exposição excessiva a risco; amnésia durante e após o confronto; alterações de percepção sobre o agressor; perda de sustentação das convicções; adrenalina alta mantendo o policial tenso, ansioso, agitado, durante horas ou dias; desligamento emocional; depressão física e mental aflorando emoções originadas no incidente; perda do controle emocional; sensação aumentada do perigo; medo de confrontos futuros; pesadelos; recordações ou pensamentos intrusos sobre o incidente; sentimento de

culpa; dificuldades sexuais; reações de estresse; problemas familiares; pensamento e repetição das emoções ocorridas durante o trauma. Quanto às citadas reações, segundo o autor, 1/3 dos policiais apresenta sintomas severos, 1/3 apresenta sintomas moderados e 1/3 deles apresenta pouca ou nenhuma reação.

Lima (2009) entende que policiais traumatizados frequentemente sentem que estão em perigo, mesmo quando não estão, podendo manifestar comportamento agressivo, reagindo para se proteger mesmo quando não há necessidade.

Sobre o *stress* após o confronto, conseguimos entrevistar e observar cinco policiais militares entre 3 e 72 horas após a participação no evento crítico. Na entrevista com policiais que trocaram tiros nas últimas três horas, verificou-se que eles estavam abatidos fisicamente e cansados, mas sob o efeito da adrenalina, falavam muito do evento ocorrido e de forma repetitiva. Policiais envolvidos em confronto nas últimas 12 horas tiveram a oportunidade de descansar em casa no período noturno e foram entrevistados no dia seguinte pela manhã, demonstraram indispostos para o preenchimento do questionário, um deles pediu para preencher em casa alegando a falta do óculos, o outro queria levar para casa, mas foi incentivado por um policial de patente superior, também entrevistado, a fazer no mesmo dia, mas, ao perguntar sobre o evento, notou-se que ainda estavam falando do evento repetindo o fato ocorrido por várias vezes nas entrevistas. Em um confronto ocorrido envolvendo dois policiais e dois criminosos que estavam em fuga, houve como desfecho um dos fugitivos baleados e o outro fugiu. Um dos policiais envolvidos, e com função de comando, no dia seguinte já estava trabalhando e ativo na rede rádio, envolvido em um novo cerco policial, sendo notado que ele estava sob influência do evento anterior, com um comportamento acelerado, o comando veio a intervir, dispensando o policial e os outros envolvidos por um período de três dias, visando à recomposição do evento traumático, decisão esta aceita com alívio. No retorno, dias depois, foi notado que os policiais agiram como se nada tivesse ocorrido, mas os comentários sobre o confronto ainda continuavam em um tom de vitória contra o crime, recebendo dos colegas uma manifestação positiva pelo ato e certo *status* interno.

No caso anterior, um dos policiais entrevistados à época confidenciou, alguns meses depois, que ficou muito preocupado com a possibilidade de o suspeito baleado vir a óbito,

principalmente por ter presenciado o desespero da mãe do jovem ferido no pronto-socorro. O policial ficou angustiado com a possibilidade de contribuir com a morte do rapaz, que, após um roubo, veio a atirar na guarnição, que revidou. No dia seguinte, o policial foi ao hospital e ficou aliviado ao saber que o ferido não corria mais risco de morrer. Esse comportamento confere com o prescrito por Marshall (2003), sobre a visão do soldado como um indivíduo vestido de uniforme e treinamento específico, porém possuidor de um lar, uma religião, uma educação e códigos morais, e que convive com o fato de que, na sociedade, retirar a vida de alguém é um ato repugnante. Sobre o comportamento do soldado, o autor cita que:

Ele é o que o seu lar, sua religião, sua educação na escola, o código moral e os ideais da sua sociedade o fizeram. O Exército não pode desfazê-lo. É preciso concordar com o fato que ele vem de uma civilização na qual a agressão, ligada a tirar a vida de alguém, é proibida e inaceitável. Os ensinamentos e os ideais dessa civilização contrariam o ato de matar, são contra prevalecer-se dele. O receio da agressão lhe foi manifestado tão fortemente e tão profundamente absorvido [...] que se tornou parte da estrutura emocional do homem. Este é o seu grande *handicap* quando entra em combate. Ele detém o seu dedo no gatilho, embora o homem dificilmente tenha consciência da existência da inibição. Porque é um handicap emocional e não intelectual, não pode ser eliminado pelo raciocínio baseado em elementos intelectuais, como matar ou ser morto [...] de tal modo que não tirará a vida de outro, voluntariamente, se puder fugir dessa responsabilidade. (Ibidem, p. 80-81)

Carvalho (2009) entende que o *stress* é inerente ao trabalho policial, e até necessário, não podendo ser erradicado. Porém, quando os efeitos negativos são superiores aos positivos, o *stress* causa efeitos colaterais prejudiciais, como aumento do consumo do álcool, tabaco, comida, morbidade psicológica, suicídio, conflitos maritais.

Policiais nos primeiros anos da carreira ou de escalões superiores, em função das cobranças excessivas, seja pelo ingresso em um campo de risco ou pela responsabilidade gerencial, respectivamente, apresentam índices mais elevados de *stress* e maiores perturbações psicossomáticas e estratégias inadequadas de enfrentamento em situações adversas ou estressantes.

Portanto, notamos que os policiais costumam negar a existência de estresse, pois se relaciona com fraqueza no âmbito do grupo de trabalho. Mas os efeitos são maléficos, causando danos à saúde mental e física do policial. Além disso, uma forma inadequada de

enfrentamento das situações adversas poderá influenciar o trabalho, causando baixas psíquicas ou os efeitos perturbadores definidos anteriormente por Lima (2009) e Carvalho (2009).

## **CAPÍTULO 5 – QUINTA DIMENSÃO: A LIÇÃO DECISIVA**

Nesta dimensão, sobre o treinamento, analisaremos a lição decisiva para o policial por meio de quatro subitens que foram extraídos das entrevistas e dos grupos focais. O primeiro tópico é referente ao valor do treinamento recebido na academia policial. No segundo ponto, o policial revela a diferença entre o que se aprende no curso de formação e o que pode ocorrer na prática do dia a dia. No terceiro subitem, verificaremos a aprendizagem informal de rua, com os policiais veteranos. No último e quarto ponto, constará a percepção do policial sobre a sua experiência no confronto e o aprendizado adquirido. Cada tópico terá a exposição de trechos da pesquisa de campo e uma explicação com base no referencial teórico utilizado.

Além do já exposto, as análises serão com relação aos Grupos I e II, ou seja, os policiais de radiopatrulha e os policiais do BOPE/FN, respectivamente.

### **5.1 Valor do treinamento**

Quanto às percepções dos policiais sobre se o treinamento foi decisivo durante a ação, ocorreram diferenças nas respostas entre os dois grupos. No Grupo I, os policiais disseram que o treinamento foi decisivo com relação aos procedimentos sobre como manusear arma e procurar uma posição de segurança; porém, quanto à tomada de decisão pelo tiro, o importante foi a experiência do dia a dia nas ruas. Alguns policiais se demonstraram contentes com o treinamento nos seguintes aspectos: treinamento das

situações que realmente acontecem nas ruas, prática no manuseio do armamento, busca de um abrigo, diminuição da própria silhueta, auxílio ao colega. Em número menor, alguns policiais afirmaram que o treinamento não foi decisivo, pois o que valeu foi a experiência prática adquirida no serviço diário. Portanto, para o Grupo I, o treinamento foi importante para vários policiais com relação aos procedimentos de manuseio da arma e posicionamento do corpo, porém não surgiram indícios sobre relevância do treinamento no processo referente à decisão pelo tiro, neste caso o que valeu foi a experiência nas ruas. Para os policiais do Grupo II, por unanimidade, o treinamento foi considerado decisivo no momento da ação, em face da automatização do revide policial. Os policiais relataram os seguintes pontos do treinamento: o corpo age de forma mecanizada, reação instintiva de abrigar e revidar, cautela na tomada de decisão, resposta eficiente e automática, ajuda no autocontrole.

Quanto ao treinamento decisivo, destacamos os seguintes depoimentos:

#### **Grupo I**

**E. Fernandes:** Sim. Para facilitar no uso da arma de fogo.

**Jeferson:** Sim. Principalmente pelo manuseio do armamento e possibilidade de cessar o evento pelo local. No entanto o treinamento ou conhecimento de academia deixa ou pode causar muitas hesitações na hora do confronto.

**José:** Não. O importante foi o tempo trabalhando na rua.

#### **Grupo II**

**João:** Sim. Pois no momento da crise você faz o que se treina, o corpo parece mecanizado.

**Rodrigo:** Muito. Queira ou não você faz o mínimo do que você treinou sem mesmo perceber, como se abrigar, rastejar, etc., mas depois que você se sente seguro, aí sim, o treinamento vai valer muito a pena.

**Daniel de Queiroz:** Sim, porque o treinamento traz mais segurança e as ações ocorrem com mais eficiência e automaticamente.

Com relação às diferenças entre os dois grupos, vale ressaltar que, no Grupo II, os integrantes são tratados como a elite da tropa, os policiais passam por um processo de seleção interna, são testados no extremo da fadiga, recebem treinamento frequente em função do trabalho especializado de lidar com ocorrências de vulto e de alto risco, face ao enfrentamento de grupos fortemente armados. Nesse grupo, quando os policiais se deslocam para uma ocorrência, atuam em coletividade e com comando, sabem o que

poderão encontrar e estão dispostos ao que denominam “tudo ou nada”. Logo, tais ações tendem a ser mais planejadas e esperadas, valendo muito mais o treinamento nos procedimentos do que na decisão pelo tiro, que, na maioria das situações, ocorre em locais distantes da área urbana. Nesse aspecto, para Goldstein (2003, p. 50), quando os policiais saem na captura de pessoas, que aos olhos da comunidade são suspeitas de cometimento de crime violento, os esforços acabam adotando características de uma caçada e inúmeros recursos são investidos. A tensão e a excitação permeiam a tropa, “quando estão no encalço de sua presa, os policiais vasculham todos os caminhos com determinação e com adrenalina a toda”.

Por outro lado, no Grupo I, os policiais agem geralmente em duplas, lidam com situações inesperadas no dia a dia do serviço, possuem pouco tempo para decidir quando uma situação se agrava. O treinamento continuado não ocorre com frequência. Para esse grupo, as decisões inusitadas serão solitárias, sem um suporte de grupo no calor da ação e sem comandamento. Para suprir tal deficiência, vale a experiência adquirida no dia a dia e outros mecanismos de observação e aprendizagem pelos códigos de rua.

Retornando ao tipo de treinamento do Grupo II, os policiais relatam o automatismo na ação. Tal prática de treinamento surgiu nos treinamentos militares para a guerra. Sobre esse assunto, Grossman (2007) relata o processo de condicionamento visando à dessensibilização do combatente. Os métodos empregados são do Behaviorismo, o clássico condicionamento pavloviano e as condições instrumentais de Skinner na instrução. O método adotado para a instrução de soldados consiste, simplesmente, na aplicação das técnicas de condicionamento empregadas para desenvolver a capacidade de reflexo no tiro rápido. O provável é que tais treinamentos não tenham a intencionalidade de empregar o método de condicionamento, pois os instrutores não deixam transparecer a compreensão de que a instrução de tiro estava baseada no uso de condicionamento. Os instruídos recebem prêmios e elogios pelo sucesso e sofrem leves punições quando erram. Em termos comportamentais, os alvos na forma humana correspondem ao “estímulo condicionador”. A busca do realismo ocorre por meio de simuladores e alvos mais realistas e complexos. Sobre condicionamento, o autor cita que, da mesma maneira, a maioria dos policiais, durante a instrução, é submetida à apresentação de diversos alvos,

[...] entre o quais se incluem tanto inocentes transeuntes quanto criminosos armados. Ao engajar o alvo errado, eles são severamente sancionados. No programa atire- não atire do FBI [polícia federal dos EUA], a incapacidade do agente em discernir o momento em que deve ou não abrir fogo pode provocar a revogação de seu porte de armas. (Ibidem, p. 320).

Nos grupos focais, os policiais também relataram que o policial, para estar apto ao serviço envolvendo confrontos, deve executar no mínimo 350 tiros de treinamento e 100 tiros a cada três meses. Citaram que o treinamento deve simular situações reais com tiro prático sob estresse, com veículos se movimentando, situações de emboscadas, situações com reféns, pressão psicológica e pressão de tempo cronometrado. Para o grupo, o condicionamento do tiro depende muito da individualidade e da “memória muscular”, que ocorre com, no mínimo, a repetição de mil disparos. Sugerem criar situações de treinamento como acontecem na rua, onde a vantagem do criminoso é superior pela ausência de regras, enquanto o policial tem muito a perder, ficando na “corda bamba”.

Portanto, o treinamento tem utilidade, mas no sentido das técnicas decorrentes depois da decisão do tiro. A decisão do tiro é um aprendizado que ocorre no dia a dia do serviço. O Grupo II participa de treinamentos mais intensos, enquanto no Grupo I os treinamentos são esporádicos ou raros.

## **5.2 Limites entre teoria e prática**

No geral, os dois grupos relataram que a diferença entre a teoria e a prática no momento da ação relaciona-se principalmente com o risco real e o pouco tempo para decidir o que fazer. Na aprendizagem não ocorrem situações, no campo psicológico e fisiológico, que se aproximem da realidade do confronto armado, pois seria difícil simular algo que se aproxime tanto da possibilidade da morte ou ferimento do próprio policial, dos colegas ou cidadãos inocentes ou erro na decisão. Na prática, os policiais citam que “os nervos ficam à flor da pele e é muito difícil tomar decisão.”

Selecionamos abaixo algumas respostas dos policiais entrevistados:

### **Grupo I**

**Jeferson:** Na teoria muito pouco se fala sobre “visão de túnel” e sobre os fatores emocionais, o que, a meu ver, é o que mais influencia nas condições do

confronto.

**José:** Controle da razão, do psicológico e fisiológico, quando se tem a vida verdadeiramente ameaçada.

**Papa Mike:** Na teoria existe o planejamento da ação e o equilíbrio emocional, sendo que não há risco de morte. Na prática existe risco iminente de morte, o que faz alterar o emocional do policial, agindo automaticamente, sem planejamento.

## **Grupo II**

**Rodrigo:** Na teoria é muito fácil, a sua vida nunca está em risco. Você não sente a vida em risco.

**Falcão:** Na teoria você só imagina como pode acontecer, na prática você vê pessoas gritando e esperando uma ação sua e você não pode errar e tem que atuar como aprendeu em frações de segundo.

**Rogério:** É que na teoria você não corre risco de levar um tiro ou ver um companheiro ferido. E por mais que o treinamento o policial seja levado ao estresse, na hora a ação é diferente.

As entrevistas reafirmam que nos treinamentos os métodos, apesar de práticos, não simulam as consequências reais, a exemplo dos efeitos decorrentes nas ruas, na mídia, nas famílias e vítimas envolvidas, nos tribunais, entre outros. No treino, quando o policial erra o tiro e atinge um alvo de papelão que representa uma pessoa inocente, no máximo acarretará uma admoestação do instrutor pelo equívoco ou uma “gozação” coletiva, além disso, sem continuidade pedagógica, pois o alvo que representa uma pessoa não tem um nome, não precisa ser socorrido, não tem quem interceda, não tem família, a mídia não se importa, não existem processos judiciais. Assim, se o policial errou no procedimento, tudo continua bem no mundo real, não existem dramas, diferentemente do que ocorre nas ruas, onde uma pessoa pode morrer, ser lesionada, ou julgada por um tribunal, além dos efeitos irreparáveis decorrentes de prejuízos sociais e econômicos. Este é um exemplo que exige uma reflexão no processo educacional como ferramenta de mediação entre a teoria e a prática, bem como uma urgente análise sobre os conceitos não ditos e ocultos, mas diretamente relacionados às representações sociais e culturais do que são acertos e erros.

### 5.3 Aprendizado com os veteranos

Sobre o que os policiais aprenderam no dia a dia com os colegas veteranos, os dois grupos apresentaram respostas aproximadas, porém no Grupo II os policiais relataram que aprenderam a manter um compromisso da tomada de decisão e responsabilidade coletiva em situações críticas. No geral, os dois grupos relataram que o que se aprende no dia a dia está relacionado com confiança nos companheiros mais experientes, manter a calma e estar pronto para o inesperado, ter muita cautela e solicitar reforço.

Destacamos abaixo algumas respostas dos entrevistados:

#### **Grupo I**

**Jeferson:** Principalmente estar pronto para o inesperado. Manter a tranquilidade após a ação para demonstração da legalidade na ação.

**José:** Mantenha-se vivo, proteja-se e confie naqueles com mais experiência, confie nos seus conhecimentos. Não titubear, se tiver que fazer, faça.

**Gildo:** Cautela, muita cautela, por conta das inúmeras consequências. Solicitar reforço e continuar calmo.

#### **Grupo II**

**João:** Cautela, posicionamento, visão e responsabilidade coletiva.

**Rodrigo:** Tirocínio. Trabalhar sempre com segurança, nunca dar sopa para o azar. Manter a tranquilidade e controlar o medo.

**Falcão:** Manter controle emocional e não me envolver emocionalmente com as ocorrências e assim agir como profissional. Manter a calma nas ocorrências e ter sempre o controle da situação, estamos trabalhando para manter a ordem pública e não somos justiceiros.

Para lidar com situações críticas, os policiais recorrem ao conhecimento dos mais experientes, lembram-se principalmente da necessidade de manter a calma e o cuidado para ficar vivo e não cometer erros. Os policiais mais experientes são referenciais para os mais novos. Esse ponto de vista é reforçado por Bittner (2003), que defende que os policiais são orientados apenas para onde ir e não a respeito do que devem fazer. Embora seja oferecido treinamento formal, os policiais aprendem como fazer o trabalho, primeiramente trabalhando com um parceiro mais antigo e então por conta própria, sendo que alguns serão especialistas e profissionais criteriosos e outros aprenderão pouco ou quase nada. Muitas tarefas são difíceis de explicitar em normas. Os policiais mais antigos e responsáveis são

sempre sensíveis aos efeitos que suas decisões têm sobre os interesses humanos vitais, eles tratam com cuidado situações que poderiam causar pânico ou paralisia em outros policiais. Bittner faz uma interessante comparação entre a atividade policial e outras profissões. Vejamos:

Os professores aprendem a educar, os padres como atender às necessidades espirituais, os assistentes sociais como auxiliar as pessoas com problemas [...] os policiais são treinados para seguir instruções, e isto é feito mesmo quando se sabe que deles vai ser exigido a realização de coisas para as quais não existem instruções. Mas essas atividades não ensinadas são negligenciadas. (Ibidem, p. 332).

Em uma perspectiva sociológica sobre a relação entre policiais novatos e veteranos, utilizaremos estudo de Merton (1968) sobre comportamento de tropas militares recrutadas para guerra. Os grupos foram classificados em três categorias: tropas de novatos; tropas mistas (novatos e veteranos) e tropas de veteranos em combate. O estudo indicou que os novatos, convivendo com os veteranos, assimilaram as atitudes dos veteranos que estavam em seu derredor, cujas opiniões acerca do combate teriam para eles alto prestígio. A hipótese é de que, na medida em que os subordinados ou membros em perspectivas são motivados para se filiarem a um grupo, tenderão a assimilar os sentimentos e conformar-se com os valores do estrato do grupo que desfruta de mais autoridade e prestígio; tais valores constituem os espelhos nos quais os indivíduos veem sua autoimagem e alcançam as autoavaliações. Com relação à disposição para o combate, os veteranos tinham o sentimento de que “o combate é um inferno”, expressando assim sua relutância em entrar em combate. Ao contrário, as tropas novatas, que haviam deixado há menos tempo a vida civil, tinham de início maior probabilidade de acreditar nos valores da população civil do tempo de guerra, em que o combate proporciona ocasiões para o heroísmo dramático. Nas tropas mistas, os novatos, em função do convívio com os veteranos, passariam dos valores em voga na vida civil para os valores mais rudes dos veteranos, encontrando assim uma aceitação pelo grupo de *status* mais elevado. Com relação à capacidade para comandar um grupo de combate, os novatos do efetivo misto diferem ao máximo dos veteranos, sugerindo que, para os veteranos, a experiência era seu ponto forte, e também o ponto em que os substitutos em combate com eles sentiam o máximo de inferioridade, permanecendo

como o faziam, à sombra dos veteranos. Os valores e sentimentos do estrato dos veteranos sustentou que a experiência real de um combate é necessária a fim de preparar um recruta para comandar um grupo de homens em combate. Para Merton, o estudo indicou uma espécie de “socialização antecipatória”, com funções de orientação positiva a grupos os quais o indivíduo não integra totalmente, mas aos quais aspira a ascensão. Vejamos:

Para o indivíduo que adota os valores de um grupo ao qual aspira, mas ao qual não pertence, esta orientação pode servir as duplas funções de ajudar sua ascensão dentro daquele grupo e de facilitar seu ajustamento depois que ele se tornou parte do mesmo (Ibidem, p. 348).

Nos grupos focais, identificamos outros aspectos que, no dia a dia das ruas, o policial “antigão” (veterano) ensina “a não caçar sarna para se coçar, deixar pra lá...”, o policial só entra na ocorrência se se deparar com a ocorrência. Acrescentaram ainda que “‘o antigão’ sabe entrar na ocorrência, sabe se ela tem futuro ou não tem, a maior parte entra na viatura e espera passar o tempo do serviço”. Esse comportamento foi justificado, segundo os policiais, pela falta de incentivo para a tropa que está na rua, o *stress* e a desvalorização, e que o problema não vai ser resolvido nessa geração, quem está na rua está porque gosta ou porque não é “peixe”, “quem está nas ruas não é reconhecido e nem promovido, falta política de incentivo, não tem ninguém para lutar pela gente”.

O estudo de Merton pode ser aplicado por analogia ao caso dos policiais novatos e veteranos. Transpondo para a atividade policial, entendemos que a sujeição à autoridade informal dos policiais veteranos permitirá a entrada dos novatos nos “bastidores” do serviço diário, acessando também os códigos de rua dominados pelos policiais mais experientes. Como prêmio, os novatos acessarão informações não ditas nos bancos escolares, mas que serão úteis para manter-se vivo e evitar as punições decorrentes do serviço ou de outros comportamentos. Por outro lado, acreditamos que o ganho dos policiais veteranos estará relacionado com o fato de que as coisas continuarão como já estão, sem muitas mudanças nas rotinas, selando assim o pacto de solidariedade intergrupo.

## 5.4 Lição aprendida após o confronto

Com relação às lições de sobrevivência aprendidas pelos policiais após vivenciarem o confronto, foram relacionadas com o cuidado quanto ao disparo da arma de fogo de forma aleatória, e a busca de um abrigo para depois revidar. A palavra cautela foi muito utilizada pelos policiais. Outras lições são relacionadas com o pedido de reforço policial, evitar o desespero, observação do entorno da ocorrência, não hesitar em atirar se for preciso, usar bons equipamentos e armamentos, ser rápido para agir, entre outros pontos. Os dois grupos forneceram respostas semelhantes, porém o Grupo II acrescentou a necessidade de abrigar e visualizar o local de onde vem a ameaça para depois revidar, provavelmente pelo fato de lidarem mais com ambientes com vegetação densa.

Destacamos abaixo algumas respostas dos entrevistados:

### Grupo I

**Francisco:** Em último caso disparar a arma de fogo e se proteger principalmente procurando abrigo.

**Jeferson:** Acredito, por mais que tenha havido receio, que a ação foi correta, no entanto observaria mais os arredores para evitar ao máximo a visão de túnel. Não se deve hesitar e, principalmente, o treinamento tem que ser bem feito.

**Samanta:** Mais cautela ao sacar uma arma. É um erro se defender, sem pensar em quem está em volta. Primeiramente se abrigar e depois reagir.

### Grupo II

**João:** Todo confronto é imprevisível. Não tem como traçar um planejamento. Deve-se saber identificar o perigo o mais rápido possível e estar pronto para reagir.

**Falcão:** Eu agiria com mais cautela. A regra decisiva é se abrigar e observar de onde vem a reação.

**Rogério:** Se abrigar, localizar de onde vem a ameaça, reagir com cautela, nunca se expor demais, nem querer resolver tudo com pressa.

Nos grupos focais, as principais lições aprendidas pelos policiais foram:

- a) cautela, uma ocorrência não é igual à outra;
- b) não subestimar a situação, chegar com a arma em punho, não deve virar rotina;
- c) esperar o pior reduz o erro;
- d) nunca menosprezar a técnica, pois ela permite atirar primeiro;

- e) abordar de maneira adequada e sempre checar o equipamento;
- f) mais vale ser julgado por sete do que carregado por quatro;
- g) a legislação não protege o policial;
- h) tem que trabalhar com uma pessoa de confiança, não pode ser uma pessoa sem firmeza, que titubeia, mas também é perigoso trabalhar com pessoas afoitas.

Retornando ao ambiente de aprendizagem policial, certo número de regras gerais é dito pelos instrutores, mas o instrutor não diz quando devem ser aplicadas. Os policiais têm que descobrir a situação durante as interações, o significado e o funcionamento das regras. Do ponto de vista do instrutor, o policial competente será aquele que sistematizar o conteúdo acadêmico e as formas de interações necessárias para a realização da tarefa. Toda separação diferente de forma e conteúdo será imediatamente interpretada pelo instrutor como sinal de incompetência.

Para Coulon (2005), as experiências subjetivas de um indivíduo são inacessíveis para outra pessoa, mas existe uma noção geral da “partida de futebol”, vista sob ângulos diferentes de quem joga, de onde se joga, de quem assiste, de onde se assiste. A qualidade do espetáculo ou da visão difere segundo o ponto de vista, mas existe algo em comum, mesmo em lugares distintos, todos veem a mesma partida. Em vez de se preocupar com a forma com que os atores seguem regras, cabe preocupar-se com o modo como os atores atualizam as regras no dia a dia prático, ou seja, como fabricam um mundo razoável para se viver. Portanto, os policiais criam lições para lidar com eventos futuros, pois, além do treinamento formal, aprendem com a experiência própria e com a dos colegas, na mesma medida em que transmitem informalmente o conhecimento aprendido aos demais.

Enquanto lição decisiva, os relatos demonstram que os policiais se preocupam mais com a busca de um abrigo para depois reagir ao ataque armado. Talvez indiquem uma pista do “quando atirar”. A aprendizagem relatada foi adquirida por ocasião da experiência subjetiva de cada policial, o que será alvo de ensinamento e comentários com os colegas curiosos para saber como foi participar ativamente de uma situação de confronto. É um saber prático que cada policial acumula durante o exercício da profissão, decorrente da experiência.

O estudo também indicou que os policiais mais experientes sofrem menos impacto das reações emocionais, mas verificamos também que os policiais que participaram de vários confrontos também sofreram algum ferimento, evidenciando que a lição aprendida, com enfoque na cautela, às vezes é negligenciada pelo próprio policial experiente. A lição aprendida às vezes não passa de teoria para o que pretende ensinar o jogo da sobrevivência nas ruas.

## **CAPÍTULO 6 – SEXTA DIMENSÃO: VALORES E EXPECTATIVAS**

Neste capítulo, analisaremos os valores e expectativas que influenciam a decisão policial no cenário do confronto, por meio de quatro subitens que foram extraídos das entrevistas e dos grupos focais. O primeiro tópico é referente à repercussão interna e externa após a ação vivenciada pelo policial. No segundo ponto, constará a perspectiva entre o que a instituição estabelece e o que é possível de se realizar no dia a dia. No terceiro subitem, verificaremos a cultura e o comportamento no entorno do uso da força letal. No último e quarto ponto, constará a percepção do policial sobre os preconceitos decorrentes da ação policial. Cada tópico terá a exposição de trechos da pesquisa de campo e uma explicação com base no referencial teórico utilizado.

Além do já exposto, as análises serão com relação aos Grupos I e II, ou seja, os policiais de radiopatrulha e os policiais do BOPE/FN, respectivamente.

### **6.1 Repercussão interna e externa**

Sobre a repercussão e os comentários dos colegas, comandantes e comunidade sobre a ação policial no confronto, os resultados foram semelhantes nos dois grupos. Os colegas parabenizaram no geral e outros recomendaram mais cuidados; por outro lado, a ação sem resultado positivo na visão dos colegas tende a ser motivo de piada ou criticada. Os comandantes parabenizaram e ao mesmo tempo recomendaram mais cuidado para a próxima ação, principalmente com relação aos aspectos legais. Comentários de membros da

comunidade tendem a ser positivos quando a ação policial resulta em ferimento ou morte do oponente categorizado como “bandido”.

Destacamos abaixo algumas respostas dos entrevistados:

### **Grupo I**

**Jeferson:** *Os colegas* parabenizaram. *Quanto aos comandantes*, alguns parabenizaram e outros só se ativeram em observar os aspectos negativos, lembrando sempre dos riscos, que aquilo não devia ser feito, mesmo sem nenhum dano a terceiros ou morte dos suspeitos. *Os cidadãos* demonstraram satisfação quanto ao trabalho da polícia.

**Papa Mike:** *Quanto aos colegas*, muitos crucificaram dizendo que a guarnição ficou com medo de enfrentar os bandidos. *Quanto aos comandantes*, muitos elogiaram a ação e a coragem dos policiais dizendo ainda para tomar cuidado nesses tipos de ocorrências para não virar “herói”. *Para os cidadãos* a ação foi muito elogiada, pois evitou o arrombamento de caixa eletrônico.

**Gildo:** *Os colegas* parabenizaram e alertaram para ter atenção nas próximas. *Os comandantes* parabenizaram e recomendaram cuidado. *Os cidadãos* comentaram que teríamos que matar os bandidos.

### **Grupo II**

**Rodrigo:** *Os colegas* alguns elogiaram, outros criticaram, mas só quem está no local pra falar alguma coisa, só quem tava sabe. *Os comandantes* falaram bem. *Os cidadãos* elogiaram muito, para eles isso deveria acontecer sempre.

**Caveira:** *Quanto aos colegas*, todos foram elogiados reciprocamente. *Os comandantes* não tiveram a noção da dimensão do risco, portanto não deram muita atenção. *Os cidadãos* esperavam que saíssemos da mata com os bandidos mortos.

**Rogério:** *Os colegas* parabenizaram. *Os comandantes* elogiaram o resultado final e revisamos o que aconteceu de errado, pois um colega foi baleado de raspão na perna. *Quanto aos cidadãos*, alguns aplaudiram e outros criticaram o fato de quatro dos cinco assaltantes terem morrido.

Nos comentários em geral, a preocupação é com a possibilidade de o policial ser ferido ou um civil inocente. Lesão ou morte de um suspeito não tendem a não ser motivo de preocupação por parte das pessoas que emitiram algum comentário, sendo vistas como um resultado positivo quando se trata de pessoa na prática do crime.

Para Tajfel (1982), existem muitas situações sociais em que as pessoas são arrastadas por poderosas forças sociais que fogem ao controle individual, como por

exemplo, “como soldado, se internalizou a forte precisão social, de que o inimigo não é propriamente gente” (Ibidem, p. 24).

Quanto aos comandantes, Grossman (op. cit., p. 141) cita que os oficiais em comando vivem um incrível paradoxo, eles precisam gostar de seus subordinados e manter fortes vínculos de responsabilidade mútua e afeição e ao mesmo tempo estar preparados para transmitir-lhes ordens que envolvam riscos de vida. Condecorações, elogios e medalhas e outras formas de reconhecimento dos diversos níveis hierárquicos de comando possuem um efeito vital sobre a saúde mental do combatente, pois “representam poderoso testemunho da sociedade àqueles investidos da responsabilidade de comando, um atestado de que eles se portaram dignamente, agiram corretamente, fizeram o que precisava ser feito [...]”.

Durante a elaboração da tese, este pesquisador foi designado para comandar uma região com 254.000 habitantes, no município de Várzea Grande, sendo a segunda maior cidade de Mato Grosso e um efetivo geral de 700 policiais militares. No período de dezembro de 2011 a dezembro de 2012, verificamos que os policiais vivem um sentimento de guerra contra o crime, talvez pelas pressões da comunidade local, a impunidade (prende e solta), a busca pela redução das estatísticas de homicídios, roubos, furtos. O discurso da comunidade enquanto senso comum exorta uma polícia que seja violenta com os “bandidos”, “bandido bom é bandido morto” e os veículos de mídia reforçam tal conceito. Nota-se que a mídia opera livremente, sendo que vários jornalistas fazem apologia à violência contra criminosos. Nesse cenário, os policiais vivem e sabem que é um discurso vazio, pois, no momento de uma “bronca”, somente o policial vai responder em juízo e a mesma comunidade que apoiava a violência vai mudar o discurso.

Com relação ao material envolvendo confronto noticiado na mídia, sobre uma troca de tiros que foi vivenciada por um dos entrevistados, temos exemplos de que as manifestações escritas por meio de comentários fazem apologia à violência policial no tratamento de criminosos. Na matéria da redação postada no site de notícias<sup>8</sup> *online* em Cuiabá, MT, publicada em 26 de janeiro de 2012, às 15h45, consta:

---

<sup>8</sup> Matéria veiculada no site <http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=25&idnot=75820#comentar>

### **Tiroteio entre PMs e assaltantes deixa um ferido em VG**

Dupla tentou assaltar posto ao lado do aeroporto e foi cercada por militares e guardas municipais.

Policiais militares trocaram tiros, por volta de 15h30 desta quinta-feira (26), com dois assaltantes que invadiram um posto de combustível, na Avenida Arthur Bernardes, próximo do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande. No confronto, Andrey Aparecido da Silva Rodrigues, de 24 anos, foi baleado na perna. O cúmplice dele, identificado apenas como Wester, conseguiu escapar ao cerco. Guardas municipais que passavam nas proximidades também trocaram tiros com os bandidos. Segundo os policiais, assim que perceberam uma viatura da PM passando pela avenida, os bandidos entraram num matagal, nos fundos da Infraero, e atiraram contra os PMs, que revidaram. Andrey foi baleado e detido pela guarnição militar. Durante a perseguição, os policiais contaram com a ajuda do helicóptero da corporação. O assaltante foi levado ao Pronto-Socorro de Várzea Grande para ser medicado. Em seguida, foi encaminhado para a Central de Flagrantes, para ser autuado por tentativa de roubo e tentativa de homicídio. Os PMs acrescentaram que Andrey responde inquérito por homicídio, ocorrido recentemente.

Os comentários postados com relação à notícia foram os seguintes:

**Comentário 1:** Pelo que eu entendi na noticia, fala em tiroteio ou seja vários tiros, e acabam acertando a perna do sujeito? ta parecendo minha espingarda de pressão, eu miro pra cima o chumbinho vai pra baixo... vão ser ruim de mira lá longe.

**Comentário 2:** Eta Policia ruim de mira. Vamos praticar mais, vê se atiram direito,

**Comentário 3:** Não adianta prender, pois o TJMT solta.

**Comentário 4:** Parabéns aos policiais. Bandido bom é bandido morto.

**Comentário 5:** Esse bandido aí não precisa se preocupar, porque para ele tem médicos de plantão e até mesmo vaga em pronto socorro, se não tiver vaga, arrancam 1 trabalhador até da UTI para enfiá-lo lá, senão já viu a “comissão de direitos para bandidos” cai em cima do estado! E pensar que do nosso bolso, sai de tudo para sustentar esses.

Notamos que, no Brasil, o tema letalidade na ação policial se divide em várias perspectivas críticas e com olhares “de fora” e “de dentro” das instituições policiais. São fatores condicionantes com que o policial de rua depara. Na perspectiva externa apontamos três segmentos: direitos humanos; mídia e população; e promotores e juízes. No primeiro segmento, as entidades governamentais e a sociedade organizada na área de direitos

humanos colocam sob permanente dúvida as ações policiais que resultaram em algum tipo de letalidade. Por conta da violência policial existente, cobram dos governos regras mais rigorosas de controle para coibir ou punir com rigor os crimes e abusos praticados por policiais. Na segunda visão externa, temos vários segmentos da população e da mídia, em que o ponto de vista mais comum é o de que a polícia tem que “matar os bandidos” ou que “bandido bom é bandido morto”, mas essas opiniões oscilam, dependendo da forma e grau de repercussão. Na terceira visão, constam os olhares dos juízes e promotores, que julgarão a legalidade da ação.

No enfoque interno, temos as visões dos policiais dirigentes e dos policiais que trabalham nas ruas. Os dirigentes cobram resultados operacionais e empenho na redução do crime, aplicam punições, estabelecem procedimentos e regras em que a arma deverá ser utilizada apenas como último recurso para salvar a própria vida ou de terceiros, porém deixam grande margem para os policiais decidirem o que fazer em situações críticas. Na visão dos policiais de rua, eles estão “lançados à própria sorte”. O policial ainda lida no dia a dia com a possibilidade de trabalhar com um colega, que ele próprio considere um parceiro indesejável, devido ao fato de o outro possuir uma linha de conduta distinta à da sua própria identidade profissional, seja boa ou ruim. E assim, depois desse emaranhado de forças que influenciam o trabalho, além de lidar com o perigo de uma troca de tiros na rua, ainda resta lidar com as cobranças afetivas da família, em muitos casos devido à ausência.

Face ao exposto, policiais criam suas fórmulas e códigos para sobreviver diante das cobranças e regras que condicionam a decisão pelo uso da força. Sobre um dilema da atividade policial no mundo, “ao serem designados para suas tarefas, os policiais sabem que estão sozinhos, largados a sua própria sorte, desse modo a competência para o trabalho policial, reconhecida entre eles, manifesta-se eminentemente pela capacidade de tomar conta de si mesmo” (BITTNER, 2003, p. 21).

## 6.2 Política da instituição policial

Sobre o resultado que a corporação espera em uma situação de confronto, as repostas dos dois grupos apontam para uma conduta dentro da técnica e com desfecho positivo e sem questionamentos na mídia, ou seja, o atendimento ideal e conforme o treinamento, mas que na perspectiva dos policiais é difícil de ocorrer devido às diversas possibilidades de acertos e erros que uma ocorrência possibilita, pois nem tudo sai como nos manuais.

Seguem as respostas selecionadas pelos policiais e que exemplificam nosso ponto de vista:

### Grupo I

**Jeferson:** A corporação espera principalmente a “beleza” das ações, no entanto, tais ações são sempre ruins e causam questionamentos sociais e da mídia. Na prática o policial deve se valer da técnica, procurar fazer o certo mesmo que não seja uma ação bela, porém necessária.

**José:** A corporação espera que se use as técnicas que impeçam o confronto, mas, se for impossível impedir, que não haja covardia.

**Papa Mike:** Que atire em partes do corpo dos suspeitos para eles sobreviver. Na prática em confronto não tem como focalizar a parte do corpo do meliante e acertar, sendo que você atira no rumo dos meliantes.

### Grupo II

**João:** A corporação espera que seja executado como no treinamento, mas que na prática, nem sempre pode ser executado.

**Caveira:** Espera que seja realizada uma ação que não tenha repercussão negativa independente do certo ou errado, moral ou imoral. A forma que repercutir será a forma que seremos reconhecidos, independente da análise da realidade.

**Fernando:** A corporação e a sociedade esperam que tudo saia da melhor forma possível, na prática cada confronto é único, então só na hora da ação é que sabemos o que podemos fazer.

Neste tópico, a “instituição” é vista pelos policiais como um ente abstrato, mas que possui uma opinião concreta. Para os policiais, a instituição é entendida como nível dirigente. Exemplos reforçam o ponto de vista, tais como: “a instituição não valoriza o policial” ou “a polícia não valoriza a gente”.

Nos grupos focais, os policiais apontaram que a corporação, para manter a boa imagem institucional perante a comunidade, aumenta o risco de o policial ser um alvo. Os comentários demonstram que a expectativa da instituição focaliza a legalidade e o tipo de repercussão que uma ocorrência pode proporcionar. Os policiais ficam livres para decidir, mas, caso algo errado aconteça, a instituição se volta contra o policial para dar uma resposta política perante a opinião pública. Para os policiais, a instituição opera como órgão repressor e fiscalizador, o que gera algum medo.

A instituição espera o melhor do policial, mas nem sempre fornece meios necessários para o serviço. Um policial relatou que “a corporação deve repensar mais na importância do policial vivo [...] policiais que passaram por confronto deveriam ser valorizados de maneira que orgulhe a ele e sua família”. Vários policiais reclamam da falta de reconhecimento e valorização, “[...] colocamos nosso bem maior, que é a vida em prol da população, e muitas vezes não somos reconhecidos. O que nos faz cada dia sair para o serviço é o gostar de ser policial e poder dar o melhor pra minha família”.

Na percepção dos entrevistados, a falta de reconhecimento da corporação para com o efetivo que trabalha na rua é um dos fatores de *stress* e desestímulo para a tropa. Apesar de a instituição criticar, para a maioria dos policiais que fazem o uso da força “é porque houve motivo, ninguém iria agredir uma pessoa por nada. O problema é que tem cidadãos que só querem ter direitos, mas não fazem seus deveres”.

Sobre a institucionalização, Berger e Luckmann (2011) definem como uma ordem social, em qualquer nível, que ocorre de forma compartilhada sempre que há tipificações recíprocas de ações habituais dos indivíduos. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas direções que seriam teoricamente possíveis. Toda institucionalização tem um corpo de conhecimento transmitido como receita, isto é, conhecimento que fornece regras de conduta institucionalmente adequadas. Mas processos institucionais distintos podem continuar a coexistir sem integração total (Ibidem, p. 110-111).

Para Goldstein (2003), as intervenções relacionadas ao uso da força são autorizadas por estatutos, mas a linguagem é bastante genérica, deixando bastante espaço para o policial exercer o seu poder discricionário. Segundo Goldstein, “um policial é deixado sozinho para improvisar quando tem o controle da situação, apoiando-se bastante na imagem de autoridade que seu uniforme fornece”. (Ibidem, p. 132).

Pinc (2008), em pesquisa sobre a eficácia do treinamento policial, relata que discursos não geram mudanças significativas, pois não penetram nas blindagens dos “códigos de rua” que circundam o trabalho cotidiano dos policiais; tais códigos são relacionados a comportamentos vitais, compartilhados apenas entre os pares que executam o policiamento e distantes dos níveis gerenciais. Uma evidência constatada é que “[...] programas tradicionais de treinamento, [...] não são suficientes para gerar mudanças de comportamento desejadas. É necessário desenvolver programas alternativos [...]” (Ibidem, p. 50).

Podemos compreender que várias outras instituições operam interiormente à instituição policial, uma instituição dos dirigentes e outra modelada pelos próprios policiais como instrumento de proteção. A instituição formal tem o poder de punir e promover, enquanto a instituição informal tem o poder de parar o serviço. Tais níveis de poderes criam certo equilíbrio interno em que os policiais e seus dirigentes vivem em uma política de boa vizinhança.

### **6.3 Cultura e comportamento**

Quanto à cultura e ao comportamento policial não recomendado no uso da força, 1/3 dos policiais preferiu deixar sem respostas, 1/3 desviou do assunto ou não compreendeu a pergunta e apenas 1/3 respondeu adequadamente. Sobre procedimentos na cultura que os policiais acreditam ser errados, constam: a agressão física em pessoa já algemada ou subjugada fisicamente; a realização de disparos de advertência para o alto ou atirar sem rumo; a prática de tortura; e o espancamento no ato da prisão.

Seguem abaixo as respostas sobre os comportamentos não recomendados:

### **Grupo I**

**Estive:** Depois do suspeito já detido, usar a força física contra o mesmo.

**Papa Mike:** Atirar para o alto, atirar a esmo, atirar para intimidar os meliantes, atirar em veículo suspeito sem saber se os ocupantes estão armados.

**Steeves:** Tortura.

### **Grupo II**

**João:** Agressão ao cidadão sem motivo algum. Realizar disparos a esmo para o veículo, moto ou pessoa. Realizar a todo o momento saque de arma para amedrontar abordados ou afins.

**Caveira:** Espancar inocentes, efetivar disparos sem necessidades.

**Rogério:** Espancamentos em infratores rendidos e tortura para obter confissões.

Os comentários indicam que os policiais conhecem a diferença entre o uso da força e um ato de violência policial. O silêncio representado pela ausência de respostas nas entrevistas revela que o assunto ainda é mantido sob certo sigilo entre os pares, independentemente do ponto de vista. O silêncio também é um elemento produzido pela cultura policial. Laraia (2008), sobre cultura, acredita que o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, herdeiro de um longo processo de acumulação de gerações que o antecederam, e que a manipulação adequada e criativa do patrimônio cultural permite inovações e invenções em um processo dinâmico e em constante mudança. Assim, Laraia cita Claude Levis-Strauss sobre o que define cultura: “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana” (p. 60). Cita também Clifford Geertz, para quem, por meio de símbolos e significados, cria-se “um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento” (Ibidem, p. 62).

Conforme Tajfel (1982), a relação entre o “individual” e o contexto social em que o comportamento ocorre pode ser descrita da seguinte maneira: existe uma base de motivos individuais (recompensa, evitamento de punição, ganho x perda), isso determina o comportamento do Homem, e a sua capacidade para aproveitar a vivência anterior e as suas estruturas cognitivas intervêm entre aquilo que ele quer e a maneira como consegue. Isso ocorre também com as outras pessoas, sendo a principal razão da complexidade na interação social; o comportamento social é construído de acordo com uma matriz de ganhos e perdas, como o comportamento não social. Nessa matriz, temos estímulos sociais, pois as

outras pessoas são, para o indivíduo, meios para obtenção de ganhos e evitação de perdas. Em síntese: “[...] o comportamento social do Homem é uma adaptação da sua estratégia geral de ganhos-perdas às necessidades especiais nele surgidas, pelo fato de estar rodeado por outras pessoas” (Ibidem, p. 40).

Para Tajfel (1982), existe uma relação muito complexa entre o funcionamento psicológico individual e os acontecimentos sociais em larga escala que influenciam esse funcionamento e são influenciados por ele. O comportamento individual apenas em alguns sentidos é determinado pela psicologia individual. Não existe para o autor uma psicologia individual microscópica própria sem a especificação do contexto social e cultural no qual ela surge. É muito importante tentar compreender a integração das interações individuais nos seus contextos sociais globais.

Sobre o comportamento policial, visualizamos, no campo de pesquisa, que os policiais novatos estão ansiosos para lidar com ocorrências de vulto, os veteranos são mais sóbrios e recomendam calma e cautela nas ocorrências. Os policiais ficam incomodados com o fato de um criminoso ser preso e solto por várias vezes; nas checagens via rádio, certo policial, ao checar, dá a seguinte resposta: “é ladrão, 157, mas não tem mandado de prisão”, ou então “é ladrão e pode colocar a pulseira nele, tem mandado em aberto” – neste caso, nota-se uma comemoração na rede rádio. Os eventos envolvendo confrontos armados no período de dezembro de 2011 a dezembro de 2012, em torno de oito, foram em situações de roubo e pessoas portando armas de fogo em tentativa de fuga. Os criminosos atiraram nos policiais mais no sentido de fuga, e, quando isso ocorre, a rede de rádio fica movimentada e os laços de solidariedade são enfatizados, bloqueios são realizados, perseguições no calor dos fatos. Algumas ocorrências causam muita comoção nos policiais, principalmente envolvendo crianças ou com violência contra a família, em casos de roubos, policiais feridos ou mortos. No período citado, oito policiais foram vítimas de crimes, resultando em três óbitos, com apenas um em situação de serviço; os demais casos evidenciam reações de policiais em casos de roubos no período de folga do serviço. Um comportamento recorrente de criminosos é a busca por casas de policiais para roubo de armas de fogo.

Na observação participativa, enquanto comandante de uma região, e com o objetivo de interferir na conduta comportamental dos policiais, editamos uma portaria com base nos principais problemas identificados na área de controle interno, denominada Departamento de Justiça e Disciplina. A portaria se assemelha aos procedimentos de segurança em um voo, em que, a cada nova decolagem, constam as instruções de segurança – no caso dos policiais, ocorrem ao entrarem de serviço na jornada de 12 horas. A intenção envolve a repetição diária do procedimento com enfoque discursivo, mas com a intenção de gerar reação comportamental positiva. Notamos resistência dos comandantes do serviço na leitura do procedimento em cada turno, mas reforçamos a necessidade da leitura diária. Seguem abaixo alguns pontos do conteúdo da Portaria 002/CRII/ PMMT/12 do Comando Regional II da PMMT, homologada por este pesquisador.

Na Portaria consta que o policial, ao assumir o serviço, deverá atentar à cautela de todos os equipamentos de proteção individual, realizar a inspeção de todos os equipamentos quanto ao seu funcionamento (armamento, algema, lanterna, viatura, etc.). Nas abordagens realizadas, os policiais deverão sempre primar pela cordialidade, respeito e atenção para com o cidadão, agindo com paciência quanto ao desespero da vítima, gerenciar conflito com imparcialidade. O uso da força por agentes de segurança pública obedecerá aos princípios dos direitos humanos, bem como da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência.

Destacamos ainda no documento que os agentes de segurança pública não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa da integridade física, própria ou de terceiros. Outro ponto é que não é legítimo o uso de armas de fogo contra pessoas em fuga que estejam desarmadas ou que, mesmo em posse de algum tipo de arma, não representem risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros. Consta que se deve evitar o uso de arma de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em vias públicas, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros. Os chamados “disparos de advertência” não são considerados práticas aceitáveis, em razão da imprevisibilidade de seus efeitos. Sempre que do uso progressivo da força resultar ferimento, encaminhar o ferido para atendimento de urgência médica.

Ainda, a utilização do emprego de algemas só é lícito em casos de resistência ou de fundado receio de fuga ou de ameaça à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. No atendimento a uma ocorrência em que haja necessidade de desembarque, bem como de dividir a equipe, sempre observar o princípio da superioridade numérica, jamais o policial deverá perseguir sozinho ou permitir que a viatura fique abandonada e aberta. Essa Portaria trata-se de objeto de instrução diária e leitura obrigatória nos turnos de serviço.

Sobre o resultado parcial da estratégia utilizada com a citada portaria, a área de controle interno da unidade, por meio da quantidade de processos abertos ao mês, percebeu uma queda na quantidade de denúncias das práticas arbitrárias e outros desvios de conduta. Todavia, talvez seja apenas um ajustamento comportamental ao perfil de gestão do comandante.

Para Oliveira Junior (2008, p. 89), na probabilidade de uma ação policial com desfecho letal, existe a influência das cobranças de uma área, criando um efeito institucional de policiamento combativo e menos tolerante. De fato, essa influência existe, testamos na prática a hipótese de Oliveira Junior; enquanto comandante e observador participante, agimos no sentido de frear e inibir a prática da arbitrariedade, iniciando pelo discurso, tornando a regra clara e depois pelo rigor na apuração de práticas criminosas. Um comandante que fornece a “bênção” para os policiais jogarem duro contra os criminosos liberta-os de qualquer sentimento de culpa futura, pois a instituição, representada na pessoa do comandante, legitima moralmente uma ação arbitrária, mesmo sendo ilegal. O policial precisa ter a certeza de que qualquer fato desviante será objeto de apuração, pois, no dia a dia da instituição policial, são diversos os dramas associados ao uso da força e armas de fogo, e assim reforçamos uma constatação anteriormente citada, de que não se pode confiar totalmente em quem porta arma de fogo, seja qual for o lado e a intenção, pois decisões são tomadas sob pressão, erros grosseiros ocorrem e podem ser irreparáveis.

Por outro lado, outra certeza que o policial precisa ter é de que o comandante se preocupa com o bem-estar dos policiais, respeita o período de folga, cria possibilidades de treinamento, mantém uma convivência amigável com todos, investe na qualidade de vida do policial, preocupa-se com a melhoria dos instrumentos de trabalho, sabe ouvir e acatar

sugestões e recompensar mais do que punir, mantém os policiais violentos e corruptos sob forte vigilância. Em síntese, o comandante deve estabelecer uma relação de confiança e mediar os conflitos do dia a dia. Tais fatores não são motivadores, apenas suavizam o nível de insatisfação. Um antigo ditado militar diz que “A tropa é o espelho do comandante e como ela é tratada dentro refletirá em como ela tratará fora”. Enquanto observador, notei o sentido e a validade dessa frase.

A família também influencia o comportamento do policial, os entrevistados informaram que aumentou o receio de ser ferido, que herói é coisa de cinema, aumentou a compreensão com relação às pessoas, “penso todos os dias, quando saio de casa, que existem pessoas esperando meu retorno”. Foi notado também um efeito sobre a legalidade no comportamento, “penso em minha família antes de fazer coisa que pode prejudicar a minha família e a mim próprio”. Porém, notamos que existe outro pensamento, que é aumentar o rigor nas ruas, “penso que devemos ser o mais severos possível com o delinquente para tentar diminuir essa bola de neve criminosa e possibilitar um mundo melhor para a família e os filhos”.

Em uma visão psicossociológica, Sandoval (1997, p. 23) defende que a análise do sujeito envolve interações entre: indivíduo – ator social – ator coletivo. Elas se definem em fluxos de interações de influências diferenciadas conforme o tipo de comportamento, condições situacionais e contextos sociais envolvendo: indivíduo e sua identidade pessoal; o ator social e a sua identidade social; o cidadão e suas identificações sociais; e o ator coletivo e a sua identidade coletiva (Ibidem, p. 20). Através de experiências na sociedade, a pessoa desenvolve uma visão de causalidade social, do eu, nós e dos outros, dependendo das interações com grupos diversos. Logo, os indivíduos constroem seus significados e realizam suas ações.

#### **6.4 Preconceitos à ação do policial**

Quanto aos preconceitos contra o policial, 50% dos entrevistados responderam que não sofrem preconceito no dia a dia. O grupo que aparentou menor preconceito foi o Grupo

## II.

Seguem abaixo as repostas que apontam os preconceitos percebidos:

### **Grupo I**

**Francisco:** Sim, a visão da imprensa e da população é negativa.

**Jeferson:** Os tempos têm demonstrado que o desrespeito e o não reconhecimento de autoridades têm se tornado frequentes. No entanto a legislação gera um sentimento de impunidade e excesso de direitos do cidadão infrator. O uso da força tem se tornado extremamente preconceituoso, entendido como excesso por várias vezes. A PM, órgão repressor e fiscalizador, o que gera medo por parte das pessoas que estão potencialmente erradas. Portanto entendo inconvenientes o interesse e vontade de que ela seja vista como “bonita e boazinha”, pois isso força a nossa identidade legal, a meu ver motivação para tantos problemas institucionais. Quanto ao disparo de arma de fogo, deve haver uma evolução institucional em relação à análise da legalidade das ações para que não haja tantos preconceitos e demérito com expressões como “truculento” ou “grosseiro”.

**Pescoço:** Não gosto de ser visto como uma pessoa violenta.

### **Grupo II**

**Marcos:** Sim, pois, por mais que a sociedade saiba que o uso da força se faz necessário, a grande maioria não apoia.

**Falcão:** Sim, falam que somos despreparados, mas ninguém quer estar em nossa pele naquele momento.

**Rogério:** Sim! Sempre vai haver, principalmente pela sociedade.

Quanto aos comentários acima, para Tajfel (1983) os “preconceitos de grupo” envolvem certas propriedades estruturais da sociedade em geral, que servem para criar categorias em que as pessoas diferenciam e avaliam a sociedade mais próxima, em um conjunto de crenças e atitudes. Tais preconceitos relacionam-se com o fato de que, em qualquer sociedade em que existe poder, *status*, prestígio e certas diferenciações de grupos sociais, os indivíduos são posicionados em certo número de categorias sociais. Representa uma poderosa proteção do sistema de valores sociais vigentes.

Segundo Tajfel (1983), o preconceito e a discriminação constituem uma natureza de sintomas socialmente partilhados de certas estruturas psicológicas sociais de relações intergrupo, em vez de serem consideradas causas do comportamento intergrupo, não sendo apenas consequência de determinados processos cognitivos e afetivos independentes do

contexto social. Tajfel cita que “um grupo social só pode desempenhar a sua função de proteger a identidade social de seus membros se conseguir manter a sua diferenciação positivamente valorizada em relação a outros grupos” (Ibidem, p. 348). Sobre o trabalho dos policiais, em 2009, por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública no Brasil, o Ministério da Justiça realizou uma consulta nacional com 65 mil profissionais de segurança pública do país, que resultou no caderno temático “O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil”, dentre eles: policiais militares, policiais civis, guardas municipais, bombeiros militares e agentes penitenciários. Nesse estudo, seguem algumas sínteses envolvendo apenas as categorias de base da polícia civil e da polícia militar, lembrando que ambas operam em nível estadual. Os resultados abaixo se relacionam com as tendências de opiniões por item:

- Cerca de 1/5 dos policiais foi vítima de violência física durante o serviço.
- Cerca de 44% dos policiais foram ameaçados de morte ou violência física por pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita.
- Mais de 60% dos policiais sofrem algum tipo de discriminação.
- Mais de 50% dos policiais são desrespeitados por superior hierárquico.
- Em ocorrências que envolvem mortes, os policiais entendem que o profissional deve ser retirado do serviço por um determinado período, proporcionar apoio psicológico e apoio jurídico, bem como encaminhá-lo para um período de capacitação.
- A faixa salarial predominante está entre 1.001 e 3.000 reais.
- Abaixo de 27% possuem casa própria.
- Mais de 50% não incentivariam os filhos a ingressar na polícia.
- Mais de 50% escolheriam novamente a carreira.
- Dentre as principais dificuldades do trabalho, relacionam-se com: baixos salários; efetivo insuficiente; falta de verbas para equipamentos e armas; formação e treinamento deficientes; critério desqualificados de progressão na

carreira; pouca confiança da população na polícia e vice-versa; corrupção; falta de integração entre políticas de segurança com outras políticas sociais; má gestão; mau funcionamento do sistema penal; leis penais inadequadas; políticas preventivas insuficientes; interferências políticas e rivalidade entre as polícias.

Os policiais possuem uma identidade social. Segundo Tajfel (1983), a identidade social pode ser entendida como uma parcela do autoconceito de um indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo ou grupos sociais, juntamente com o significado emocional e do valor associado àquela pertença. Enquanto categoria social, cada indivíduo possui um repertório de identidades que faz parte do conhecimento objetivo dos seus membros, assim, pode-se supor que um indivíduo tenderá a manter-se como membro de um grupo ou pertencer a novos grupos, se esses grupos contribuírem de alguma maneira para os aspectos positivos da identidade social do indivíduo, em aspectos que dão alguma satisfação. No não preenchimento dos requisitos, o indivíduo tenderá a abandonar o grupo, salvo pelo fato de que seja impossível abandoná-lo por razões objetivas ou conflite com a autoimagem aceitável do indivíduo.

A visão de Tajfel (1983) sustenta os tipos de preconceitos por conta dos rótulos externos que o policial recebe e ao mesmo tempo os rótulos internos que já descrevemos na primeira dimensão, referente aos estereótipos entre os policiais.

## CONCLUSÕES

No início deste estudo, problematizamos o objeto como uma questão educacional e ao mesmo tempo instrumental do ponto de vista político. A educação enquanto possibilidade de mediação entre teoria e prática profissional e instrumental, com a definição de novas alternativas tecnológicas que não violem o direito à vida, desenvolvendo meios de controle e responsabilização para além do sujeito policial. O uso da força é uma atividade estatal e que transita entre uma simples ordem verbal e o uso extremo de uma arma de fogo. Reduzir o nível de letalidade na ação policial é uma questão tratada em nível nacional e internacional, com muitos dispositivos e acordos para minimizar os meios considerados violentos no uso da força.

A maioria dos documentos nacionais e internacionais produzidos sobre a redução da letalidade serve como instituto de prescrição e recomendação, mas deixa um amplo leque subjetivo para a decisão do indivíduo sozinho ou em grupo. Assim, mesmo com muitas recomendações e propostas, o controle do gatilho é uma decisão individual para os policiais de radiopatrulha e uma decisão geralmente em grupo dos policiais do BOPE/FN. Na prática, uma arma na mão do oponente ou um disparo é o sinal verde para que o policial utilize sua força letal. Ao usar a força letal, os ferimentos e mortes podem alcançar os policiais, seus oponentes, vítimas e terceiros nas proximidades. Mesmo assim, o policial continua recebendo como instrumento de trabalho uma arma de fogo. O erro ou arbitrariedade são recorrentes no mundo afora. O paradigma do enfrentamento pela pólvora

não foi atenuado com tecnologias de baixa letalidade, pois estas são apenas alternativas para casos menos graves, em que o oponente do policial não utiliza uma arma letal.

No Brasil, em 2010, foi editada uma portaria do Ministério da Justiça que, além de responsabilizar o policial pela ação letal, inovou ao acrescentar medidas profiláticas para a profissão e outras responsabilidades inerentes ao governo nas diversas esferas. Mas, mesmo reconhecendo os avanços sobre o tema, o policial tem a discricionariedade e ao mesmo tempo o mal-estar de ser o tomador de decisão e executor instantâneo de uma ação que poderá ensejar em mortes.

Este estudo, por meio de uma análise psicossociológica, indicou a existência de seis dimensões na ação policial que interagem na decisão pelo uso da força letal. Tratamos, até aqui, de eventos que, em muitos episódios, resultaram no derramamento de sangue entre policiais e seus oponentes eventuais. É possível que existam outras dimensões de análise, porém as seis que elencamos surgiram ao longo do desafio de quatro anos de pesquisa em educação com ênfase nas ciências sociais. As seis análises se delimitaram ao perfil do policial, ao ambiente do confronto, à tomada de decisão, às reações emocionais, à lição aprendida antes e depois do evento e aos valores e expectativas dos policiais quanto à visão interna e externa sobre enfrentamento armado. Portanto, quando uma ação é desencadeada, todas as dimensões citadas influenciam de alguma forma no resultado geral.

Na parte metodológica, dividimos os policiais em dois grupos, o primeiro composto pelos policiais de radiopatrulha e o segundo composto pelos policiais do BOPE/FN. Isso porque, no curso das entrevistas, percebemos alguns padrões entre um grupo e o outro, apesar de tratarmos do mesmo assunto. As seis dimensões surgiram na observação do orientador desta tese ao perceber diferentes categorias de análises que interagem entre si. A partir do próximo parágrafo, segue uma reflexão sobre cada uma das dimensões da ação policial em uma troca de tiros.

Na *primeira dimensão* – o perfil policial –, verificamos que, em geral, o trabalho da polícia é um dos poucos no mundo com autorização para o uso da força física no interior da sociedade e seus conflitos. A atividade policial é exercida com uma grande margem para a tomada de decisão nas ruas, de acordo com o julgamento de cada policial ou grupo de

policiais. A polícia trabalha mais com eventos voltados para conflitos interpessoais do que os crimes propriamente ditos. No perfil geral da amostra de vinte e dois policiais desta pesquisa, os dois grupos possuem uma idade que varia entre 20 e 40 anos, tempo de até 20 anos de serviço policial, a maioria possui cônjuge, filhos, religião e já vivenciou entre dois a sete confrontos armados, mas a maioria nunca se feriu em serviço. Entre as diferenças marcantes, no Grupo I os policiais se envolveram em mais confrontos, porém se feriram menos que os do Grupo II. Os eventos letais se evidenciam mais no Grupo II, pelo fato de lidarem com eventos policiais mais críticos.

Ainda na primeira dimensão, incluímos o resultado de um grupo focal sobre os tipos policiais conhecidos do ponto de vista da capacidade de trabalho nas ruas. São estereótipos que os policiais utilizam para rotular a si ou aos colegas. Conforme a discussão teórica no tópico, os policiais criam seus subgrupos como espaços de identidade e autoafirmação, estabelecem uma subcultura e refutam as que a ameçam. Pelos rótulos, os perfis de policiais que possuem maior probabilidade de se envolverem em confrontos são os “operacionais” e “alterados”. Os policiais com menor probabilidade de se envolverem em confrontos são os “pasepeiros” e os “sugadores”. Os primeiros porque procuram e os segundos porque se afastam da ocorrência no dia a dia. O sigilo é uma característica predominante em todos os grupos estereotipados. Portanto, o estilo de procurar ou evitar a ocorrência de risco afeta diretamente a decisão pelo confronto armado, alguns decidirão não se envolver, com um comportamento de fuga, outros se engajarão em um comportamento de luta. Essa construção no perfil de luta ou fuga não é decorrente apenas do trabalho policial, envolve todas as outras interações sociais do indivíduo e que influenciam na sua identidade.

Na *segunda dimensão* – o ambiente da troca de tiros –, a partir dos desenhos elaborados sobre o momento do confronto armado, visualizamos a influência do ambiente no comportamento e vice-versa. Os policiais ilustraram o momento do tiro, a localidade, quantidade de envolvidos, situação tática, distâncias, entre outras características. O ambiente de atuação do Grupo I costuma ser em áreas urbanas e mais movimentadas de público durante o patrulhamento, enquanto a atuação do Grupo II tende a ocorrer em áreas rurais e bosques, e com menos movimentação humana durante diligências e operações. Este

último grupo também valoriza muito o trabalho em equipe, pelos desenhos esboçados. No ambiente, o fator numérico entre policiais e oponentes oferece vantagem aos policiais e os oponentes tendem a reagir mais no sentido de fuga. As ilustrações na maioria não apontam para a presença das vítimas nos locais. Portanto, o ambiente influencia a decisão pelo confronto na medida em que o espaço é urbano e movimentado, ou rural e isolado. A possibilidade do disparo dos policiais em locais com muito movimento de público tende a ser menos frequente, mesmo quando o policial percebe a reação armada do oponente. Outro aspecto que merece destaque são os abrigos existentes, pois a tendência do policial, antes de atirar, é buscar um abrigo. Quanto mais aproximada a distância entre os rivais armados, maior será a probabilidade de o disparo ocorrer, mesmo com a presença de público no entorno.

Na *terceira dimensão* – a decisão de atirar –, o risco é percebido pelos policiais quando visualizam uma arma de fogo ou percebem o disparo do oponente. Tudo ocorre em fração de segundo, mas o policial faz algum cálculo do risco antes da ação, principalmente os policiais do Grupo II, que atuam em ações mais planejadas, diferentemente do Grupo I, que se depara com situações ocasionais; mas, em todos os casos, existe um planejamento prévio no curso da ação. É como um cálculo de quem dirige um veículo na neblina, onde a certeza direciona e focaliza os esforços de precaução sobre os perigos visíveis, conhecidos e próximos, que, no caso do policial, são a visualização de alguém armado e em condições de efetuar o disparo. A decisão foi tomada muito antes, talvez na infância ao brincar de “policial e bandido”, no processo de formação, no dia a dia profissional, assim o policial se prepara mentalmente para atirar em alguém que ameaça atirar ou dispara contra ele. O confronto somente consolida a execução de uma decisão, a ação é instantânea, mas a decisão foi lentamente construída no convívio social. Quem pretende ser policial sabe que em algum momento poderá usar a força letal, por mais que não tenha esse desejo. Uma regra valiosa é que o policial deve estar preparado para atirar, mas nunca com desejo de atirar, pois a vontade pode levar a um grande erro de avaliação.

No caso da tomada de decisão do tiro, o policial age no sentido de revidar com o disparo da arma de fogo, ao mesmo tempo em que procura abrigo. Policiais do Grupo II evidenciam uma preocupação com o companheiro ao lado, pois cada um serve como apoio

ao encorajamento do outro, além de passarem maior tempo juntos durante os treinamentos. Os policiais do Grupo I não enfatizam muito o apoio ao companheiro, pois tendem a trabalhar com colegas diferentes nos turnos de serviço, e às vezes com perfis não desejados. A ação instantânea ocorre na interação corpo e mente, como o exemplo de um boxista que na luta utiliza de um conjunto de estratégias, ele decide e age no curso da ação. Portanto, a ação possui conteúdo e cálculo racional e varia de acordo com a habilidade e tempo de resposta decisória de cada pessoa. Um ponto de destaque é que a decisão do Grupo I costuma ser individual para atender a um interesse estatal, enquanto no Grupo II a decisão de atirar tende a ser definida entre eles como coletiva, solidária e sob a influência do mesmo interesse estatal.

Os policiais, sob pressão de tempo, pensam no curso da ação sobre a morte, o risco de errar, lembranças de familiares e colegas ou outros pensamentos intrusivos. Adaptando o estudo de Artwohl e Christensen (1997) à nossa pesquisa com os policiais militares de Mato Grosso, identificamos que os pensamentos perturbadores ocorrem em 44% dos policiais, entre outras distorções cognitivas mais frequentes em uma escala de prioridades, como o efeito visão de túnel focalizada em um alvo; intensa acuidade visual; sensação de piloto automático; movimento rápido ou lento do tempo; distorção no volume dos sons; pensamentos intrusivos perturbadores; dissociação; distorção de memória e paralisia temporária. Nas entrevistas, os policiais descreveram o resultado da ação no confronto como acaso, porém, em nossa revisão teórica, notamos algumas correntes que defendem que toda ação tem uma intenção no seu curso, pois os policiais sabem dos possíveis resultados decorrentes do evento, portanto, na existência de probabilidades, temos o risco e não a incerteza do acaso. Logo, defendemos que a ação instantânea do policial possui conteúdo racional, na medida em que escolhas são realizadas, mesmo as não desejadas receberão uma explicação racional de ambos os lados, os cálculos de risco ocorrem em todas as direções. Mas, antes do cálculo de risco do policial, também temos o cálculo de risco do ente Estado, pois, no caso de erro do seu agente, este será individualmente responsabilizado e em alguns casos demitido ou preso, e no seu lugar outro será nomeado, receberá uma arma de fogo, algum treinamento e recomendações para não atirar sem necessidade. Assim, a letalidade, em meio às “vistas grossas” do Estado, e dentro do

procedimento legal e discricionário, será um rito sumário de punição, como a pena de morte, mas sem as formalidades de um longo processo criminal. A decisão tem o desfecho pelas mãos dos policiais, nesse caso juízes e executores do disparo letal, em nome do monopólio de força estatal.

Na *quarta dimensão* – a reação emocional –, os policiais vivenciam uma síndrome ou reação de alarme, com uma descarga de hormônios para preparar o corpo para lutar ou fugir. Antes do evento, é uma mistura de medo e tensão. No ato do confronto, medo e raiva tomam conta do policial. Após o desfecho, surge o alívio por sobreviver e a preocupação com a prova sobre a legalidade na ação, caso tenha um desfecho com derramamento de sangue. Muitos policiais vivenciam um estresse dias após o evento. No primeiro momento do estudo, acreditávamos que as emoções eram o determinante biológico, porém ajustamos esse conceito para o conjunto sócio-psico-biológico, pois a descarga hormonal é um efeito biológico que antes precisa ser aprendido socialmente, pois o medo também é uma construção psicossociológica e que aciona o equipamento biológico diante da necessidade de lidar com o conceito de uma ameaça. Visualizar a arma do oponente faz o coração disparar, mas somente dispara porque o ato foi reconhecido como uma ameaça antes da ação. Outro fator relevante é a forma como o medo é transposto para o sentimento de raiva, por meio do treinamento e discursos institucionais do policial enquanto herói que não teme sacrificar a própria vida diante do perigo. Neste estudo, o encorajamento via transposição do medo é um dos efeitos da modelagem institucional, em tese, com muita influência e constante reforço na carreira dos policiais, principalmente os rotulados como “operacionais” e “alterados”. Sobre os efeitos emocionais com alcance no nível de paralisia, segundo os policiais, atingem os policiais rotulados de “adm”, que “colam as placas”, o que também significa paralisar ou “congelar” diante do perigo.

Na *quinta dimensão* – a lição aprendida –, analisamos os aspectos do treinamento formal e o aprendizado informal com os colegas mais experientes. O treinamento foi decisivo no nível dos procedimentos, como se abrigar, manusear o armamento, mas deixa muita margem de dúvida com relação à decisão de atirar. O Grupo II valoriza mais o treinamento quanto aos automatismos e respostas condicionadas. Na relação entre a teoria ensinada e a prática diária, a maior dificuldade está no fato de que, nos treinamentos, o

risco não é real e não mobiliza os estágios psicológicos e fisiológicos de autocontrole em uma situação crítica, no processo de luta ou fuga.

Sobre o treinamento policial denominado “atira, não atira”, em que se alternam ou combinam alvos com figuras de suspeitos armados e civis desarmados, os instrutores exigem do policial o tiro seletivo e preciso apenas nas figuras dos oponentes armados. Porém, em um caso real, sob estresse, o tiro ocorre em uma direção sem precisão, sob influência da reação de luta ou fuga, devido às descargas hormonais que aumentam a pressão, gera visão focalizada, relativiza a noção do tempo, aumenta os batimentos cardíacos e potencializa a ação das unidades motoras, os movimentos finos desaparecem e o gatilho é acionado em potência máxima. Segundo os conceitos a partir dos quais as pistas são montadas, o que se treina com mais frequência é a automatização da reação a uma imagem de alguém com uma arma, criando-se memória de movimentos físicos necessários para realizar o enfrentamento, via método de condicionamento, em que a visualização da arma é o estímulo para o tiro policial. Assim, o exercício decisório é reduzido apenas à visualização de uma arma apontada. Além disso, em um evento onde existem oponentes armados, vítimas ou terceiros, face ao que foi descrito sobre a imprecisão após o acionamento do gatilho, uma alternativa racional, em vários casos, conforme o ambiente, seria primeiramente a busca de um abrigo e não o disparo em primeiro plano, como se ensina nos treinos.

Para mediar a relação entre teoria e prática no ensino, entendemos que o treinamento deve simular todo o ciclo de atendimento de uma ocorrência, do início ao desfecho letal. Além disso, deve prosseguir com os efeitos decorrentes após o tiro, como as medidas de socorro, os relatórios e inclusive os desdobramentos positivos e negativos da ação enquanto erro ou acerto e os seus diversos impactos legais e psicológicos, entre todas as partes envolvidas. Os alvos de papelão não possuem uma identidade, nem uma história de vida, pois o que ocorre atualmente é dessensibilização sobre a figura de cada alvo, com imagens estereotipadas de um oponente assustador. Enfim, muito além do acionamento do gatilho, o treinamento deve focalizar a necessidade de não atirar e se abrigar. A habilidade no manuseio do armamento e a execução do tiro podem ocorrer sem imagens de alvos humanos. Indicamos que a humanização dos alvos deva surgir apenas no exercício da

decisão do tiro no contexto de um atendimento de rotina, via canal de emergência. O oponente armado não deve ser apenas um objeto de papelão para ser perfurado e deixado de lado. Como analogia, no campo de emergência médica, os treinamentos de primeiros-socorros simulam as formas e dimensões humanas e com muita humanização. Ao contrário, nos treinamentos policiais, os alvos de papelão atuais minimizam o constrangimento do tiro, e escondem a fatídica realidade do confronto armado e o seu mal-estar.

Sobre o aprendizado no dia a dia nas ruas, os policiais veteranos ensinam os novatos a confiarem nos “antigões” e a manter o autocontrole no atendimento às ocorrências. Os novatos, para serem aceitos no grupo, imitam os veteranos e também se solidarizam com alguns comportamentos deles. E assim, com o aprendizado acadêmico de um lado, o saber das ruas do outro, quando o policial se depara com um confronto armado e ao sair ileso, aprende que a arma não deve ser disparada sem a devida necessidade – e, quando possível, é melhor se abrigar para depois atirar – e que, apesar das adversidades, o código da rua prescreve que “é melhor ser julgado por sete do que carregado por quatro”. Mas a maior lição que o policial aprende é que é ele quem “decide e precisa se virar sozinho”, quando membro do Grupo I, ou decide coletivamente, devendo guardar o sigilo, quando membro do Grupo II. Tais policiais sabem que precisam se solidarizar e conhecer o jogo da sobrevivência nas ruas, seja no campo físico, legal e psicológico. No confronto, eles precisam sobreviver ao ataque do oponente, ao ataque dos processos administrativos e judiciais e conviver com os traumas psicológicos decorrentes do dia a dia.

Na *sexta dimensão* – valores e expectativas –, os policiais relataram que, depois que participaram da ação crítica, os comentários e a repercussão foram positivos nas perspectivas dos colegas de trabalho, das chefias e da comunidade em geral, principalmente se o resultado foi morte ou ferimento do oponente. O policial que se envolveu em um confronto e sobreviveu ileso costuma gozar de certo prestígio interno pela experiência de “combate”. A mídia tende a potencializar as ocorrências policiais com resultado morte ou ferimento dos oponentes e, nos espaços para comentários escritos, os policiais são parabenizados quando ocorre a morte de um oponente com uma longa ficha criminal, ou há crítica negativa por ter resultado apenas em ferimento do oponente, que, na visão dos comentaristas, deveria ter morrido. A política institucional exige do policial uma postura

técnica diante do perigo e que o resultado não repercuta negativamente perante a opinião pública. Assim, o acerto é institucional, o erro é despreparo e encarado como um fato isolado que envolveu apenas a conduta do policial. Para os policiais, a instituição é encarnada nos dirigentes policiais e políticos. Em geral, os policiais se sentem abandonados pelo nível dirigente, “largados à própria sorte”. Cria-se uma segunda ordem institucional informal entre os policiais de rua, em que o código do silêncio se torna um mecanismo de defesa contras as exigências de toda ordem sobre o trabalho policial. A instituição formal tem o poder de punir e promover, enquanto a instituição informal tem o poder de boicotar o serviço, logo essas duas forças mantêm o equilíbrio na relação entre a direção e o nível de execução, por meio de uma “política de boa vizinhança”.

Quanto à cultura e ao comportamento policial, os policiais vivem no dia a dia uma luta contra os “criminosos”, pois estes não ficam presos por muito tempo, prende-se muitas vezes o mesmo indivíduo pelo mesmo crime, criando um sentimento de impunidade, o que é descrito como “a polícia prende e a justiça solta”. O sentimento de impunidade também influencia a decisão do policial no dia a dia quanto ao uso da força letal, principalmente para os indivíduos que se destacam como “criminosos incorrigíveis” em determinadas áreas. Nesses casos, a troca de tiros é até desejável por muitos policiais. Nessa situação, o comandante pode desempenhar dois papéis, ser o freio moral para inibir em parte o desejo pelo confronto, ou potencializar tal desejo ao legitimar a conduta pelo enfrentamento. Neste último caso, ao incentivar a conduta mais belicosa, muitos policiais sentem-se legitimados moralmente para atirar, deixando de ponderar alguns detalhes subjetivos em que o tiro seria desnecessário, mesmo revestido de todos os dispositivos legais. Porém, muitos policiais também não se sujeitam às modelagens pelas normas de conduta de cada uma das opções do perfil dirigente, suas preferências decisórias também sofrem influência de suas crenças, religião e família. A conduta do policial no momento de risco carrega toda sua socialização ao longo da carreira humana e dos seus diversos papéis sociais ligados ao “eu”, ao “nós” e aos “outros”, conforme sua formação na identidade individual e coletiva. Os diversos estereótipos policiais tratados na dimensão perfil são exemplos das diferentes visões de mundo entre os policiais. Os preconceitos também operam como mecanismos de distinção fronteiriça entre os diversos grupos e também reforçam a identidade social nos espaços de

pertencimento e de exclusão. Os policiais também rotulam o cidadão de “paisano” por não usar farda e seus oponentes são chamados de “criminoso”, “bandido”, “corró”, “vagabundo”, “meliante”, “suspeito”, entre outros rótulos.

\*\*\*

As seis dimensões acima interagem e se refletem, em algum grau, no processo decisório do uso da força letal, e são direcionadas para uma análise psicossociológica do ponto de vista educacional e político. Entretanto, evitamos, neste estudo, elaborar esquemas de inter-relações causais ou receitas prescritivas sobre as dimensões expostas, pois entendemos que a análise do objeto também alcança a dimensão reflexiva de cada leitor ou leitora que prestigia esta tese.

Esta pesquisa, como qualquer outra, também possui alguns limites por não adentrar *in locu* no ambiente real de confronto, pois, por mais que pretendamos visualizar esse momento, temos restrições, visto que uma situação de troca de tiros, além de arriscada, quando ocorre, é em fração de segundo e sem possibilidade de previsão antecipada de tempo e local pelo pesquisador. Por isso decidimos conversar com os policiais que já vivenciaram uma situação de troca de tiros e, além disso, buscamos a única fotografia ou gravação de tal instante, por meio da imagem mental que cada policial descreveu por um desenho.

Também contribuiu, no refinamento da mediação entre o objeto e os policiais entrevistados, a própria experiência deste pesquisador ao vivenciar alguns confrontos armados na carreira policial, sendo inclusive ferido uma vez em emboscada, mas sem gravidade e também sem resultado de morte dos oponentes. Refletindo depois, foi um grande alívio sobreviver a um confronto e ao mesmo tempo não ter ceifado outra vida. Mas sempre causou inquietação a possibilidade de o resultado ter sido desastroso no curso da decisão instantânea e frágil. Nem todos, porém, possuem a mesma “sorte”, às vezes o final é irreparável em todos os sentidos, seja com mortes ou sofrimentos. Vamos citar alguns

exemplos, envolvendo um policial mediano e responsável, um oponente armado e outras pessoas no entorno desarmadas, todos envolvidos numa situação de confronto hipotético.

No confronto, vários resultados são possíveis e previsíveis. No caso de um atirar no outro e ninguém se ferir, é possível que ocorra uma prisão do oponente por tentativa de homicídio e que depois surjam comentários internos e externos contra os policiais, “por não terem matado o bandido”. Caso o oponente, estando armado, seja ferido ou morto, o policial, em meio ao pânico, dará o suporte de socorro e depois preencherá um documento atestando a reação armada, preferencialmente assinado por testemunhas do evento, e dias depois responderá a um inquérito para apurar se a ação foi em legítima defesa no cumprimento do dever. No caso anterior, o policial será parabenizado internamente por sair vivo e ter “neutralizado a ameaça”, e externamente por ter retirado mais um “criminoso” de circulação. No geral, existe muita dessensibilização quando a morte é do oponente, esta tende a ser ignorada, seja pelo policial ou pela comunidade.

Continuando, no caso de o policial ser ferido gravemente, talvez seja homenageado por ato de bravura ou criticado pela falta de cautela na abordagem. No caso de um policial morto, este receberá da instituição honras fúnebres pelo sacrifício da própria vida e tudo continuará como antes. Já na hipótese do policial que falha e acerta o oponente que não oferecia risco, ou atinge uma vítima ou terceiros, será moralmente linchado pela mídia pelo despreparo, abandonado pela instituição e terá que constituir e custear advogados para defendê-lo nos campos judicial e administrativo, o que poderá resultar em demissão e/ou prisão. Além disso, existe o estresse pós-traumático de um evento de risco, que opera diretamente no estado psíquico do policial, pois o ato de matar alguém em nome do estado, mesmo que justificado, ainda é um ato repugnante na sociedade. Os policiais sempre são assediados pela curiosidade de conhecidos ou amigos com a pergunta “você já matou alguém?”. Nesse caso, costuma prevalecer o silêncio ou tom de mistério na resposta, mas geralmente alguns respondem parcialmente, dizendo “eu só puxo o gatilho”, indicando uma separação simbólica entre o papel do indivíduo e o papel do agente policial.

Como objeto de estudo, a atividade policial possui relevantes publicações desenvolvidas por pesquisadores de outras áreas do saber, mas, a exemplo dos docentes da Faculdade de Educação da Unicamp e da UFMT, abrir o espaço no meio acadêmico em

nível de mestrado e doutorado, para policiais adentrarem e usarem a cientificidade para conhecer a própria atividade e identidade, como nesta tese, é outra forma valorosa e significativa de produção e socialização do conhecimento científico, pois a visão do objeto é diferente em cada perspectiva, e nas diferenças somam-se os olhares multidisciplinares. Em uma dentre muitas perspectivas, esta tese permitiu explicar o fenômeno da letalidade, a partir dos policiais que vivenciaram o drama e sobreviveram fisicamente. Mas a sobrevivência policial se dá em outros níveis. É preciso sobreviver legal e moralmente, pois um erro será julgado nos tribunais e pelo senso comum. Também o policial necessita sobreviver psicologicamente, com a possibilidade de estresse e traumas acumulados e ignorados ao longo da carreira.

Por isso, em vez de tratarmos do assunto violência policial, optamos pelo tema relacionado à decisão do policial pelo acionamento do gatilho e disparo em nome do Estado. No modelo de sociedade e nos seus diversos significados sociais, muitos policiais são classificados como corruptos ou violentos, mas, na grande maioria, são pessoas de conduta devidamente regulada pelos padrões morais vigentes e que se preocupam em oferecer um serviço de qualidade, mas que, uma vez ou outra, deverão tomar decisões difíceis de vida ou morte em curta fração de tempo. Logo, entender o processo como as decisões ocorrem e seus fenômenos adjacentes é uma forma de visualizar e contribuir como uma reflexão sobre o problema da letalidade pela dimensão propriamente policial.

Este estudo também indica que muitos policiais vivem em um ambiente de tensão permanente e sofrem com o dilema psicológico de matar ou ferir outro indivíduo. Devido ao clima de insegurança institucional, vários policiais sentem-se expostos publicamente e abandonados pela corporação quando comentem erros decisórios no dia a dia.

Para “driblar” as adversidades, uma maneira de proteção informal adotada entre os policiais que trabalham nas ruas, independente do perfil, envolve uma cultura carregada de silêncio e solidariedade intergrupo contra as ameaças internas e externas percebidas. Portanto, as questões sensíveis relacionadas ao exercício da atividade policial, não se limitam apenas ao trabalho educativo ou controle interno. As seis dimensões analisadas também revelaram a necessidade de novas políticas estruturantes e tecnológicas, por parte do Estado, visando à substituição gradativa das armas letais por outros instrumentos

confiáveis de trabalho, bem como o desenvolvimento de mecanismos de valorização profissional aos policiais, para que eles possam prevenir o crime sem violar o direito à vida.

## REFERÊNCIAS

AMADOR, Fernanda Spanier. *Violência policial – verso e reverso do sofrimento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ARTWOHL, Alexis. *Perceptual and Memory Distortion During Officer- Involved Shootings*. FBI Law Enforcement Bulletin. October, 2002.

\_\_\_\_\_; CHRISTENSEN, Loren W. *Deadly force: encounters*. Boulder: Paladin Press, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2002 (Polícia e Sociedade n.º 1).

BEAR, Mark F. *Neurociências: desvendando o sistema nervoso*. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia de desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BITTNER, Egon. *Aspectos do Trabalho Policial*. São Paulo: USP, 2003 (Polícia e Sociedade n.º 8)

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Portaria Interministerial n. 4.226 de 31 de dezembro de 2010. Diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública*. Disponível em: [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br). Acesso em: 20 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. *Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública – Caderno de propostas*. Brasília: CONSEG, 2009.

\_\_\_\_\_. *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Brasília: SENASP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Uso progressivo da força: dilemas e desafios*. Cadernos Temáticos da CONSEG n.º 5. Brasília: CONSEG, 2009.

CARVALHO, Bruno Sciberras. *A escolha racional como teoria social e política: uma interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2008.

CARVALHO, Sonia. *Os efeitos de stress policial – uma breve abordagem ecológica*. Porto: Universidade do Porto, 2009 (dissertação de mestrado).

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade de Nova Iorque*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, p. 173-202, janeiro-junho, 2004.

COULON, Alain. *La etnometodologia*. 3ª ed. Madrid: Catedra, 1988, 2005.

DAMÁSIO, Antônio R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELSTER, Jon. *Ulises y lãs sirinas: esudios sobre racionalidad e irracionalidad*. México: Fondo de cultura econômica, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ulisses liberto – estudos sobre racionalidade, pré-compromisso e restrições*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ENTLER, Ronaldo. *Poéticas do Acaso: Acidentes e encontros na criação artística*. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

FREITAS, Carlos Machado de. *Riscos e processos decisórios aplicáveis para a vigilância sanitária*. Rio de Janeiro: Centro de Estudo da Saúde dos Trabalhadores e Ecologia Humana, 2005.

- GABALDÓN, Luis Gerardo. *Variables y justificaciones asociadas al uso de la fuerza por la policía: una visión comparada*. In: *Uso progressivo da força: dilemas e desafios*. Cadernos Temáticos da CONSEG n.º 5. Brasília: CONSEG, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GLASSMAN, Willian E., HADAD, Marilyn. *Psicologia: abordagens atuais*. 14ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma Sociedade Livre*. São Paulo: USP, 2003 (Polícia e Sociedade n.º 9).
- GOLEMAN, Daniel de Queiroz. *Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- GODNIG, Edward. *Visão e tiro*. Disponível em: [http://www.theppsc.org/Staff\\_Views/Godnig/vision\\_and\\_shooting.htm](http://www.theppsc.org/Staff_Views/Godnig/vision_and_shooting.htm). Acesso em: 09 out. 2011.
- GRAEFF, Frederico. *Ansiedade, pânico e o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal*. Ribeirão Preto: Revista Brasileira de Psiquiatria, 2007.
- GROSSMAN, Dave. *Matar!: um estudo sobre o ato de matar e o preço cobrado do combatente e da sociedade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.
- GUYTON, A. C; HALL, J. E. *Fisiologia humana e mecanismos das doenças*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- GUNTHER, Hartmut; ROZESTRATEN, Renier J. A. *Psicologia Ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino*. Série Textos de Psicologia Ambiental. UNB, Brasília: 2005, n. 10.
- KOWALSKI, K.; ACHARF, T. *Judgment and decision making under stress: an overview for emergency managers*. Pittsburg: National Institute for Occupational Safety and Health, 2003.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 22ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LEAO, Décio José Aguiar. *Quando Atirar. O Conceito Americano do Uso da Força Letal*. Revista Unidade, n.º 45, 2001.
- LENT, Roberto. *Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência*. São Paulo: Editora Atheneu, 2001.
- LIMA, João Cavalim de. *Atividade policial e confronto armado*. 14ª edição. Curitiba: Juruá, 2009.

MATO GROSSO. Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Programa de Qualidade POP: Manual de Procedimentos Operacionais Padrão. Polícia Militar de Mato Grosso. Cuiabá: Editora de Liz, 2009.

MARSHALL, Samuel Lyman Atwood. *Homens ou Fogo?*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MELO, Gabriele C. de Melo. *Psicologia Ambiental: uma nova abordagem psicológica*. USP, São Paulo: 1991.

MERTON, Robert K. *A ambivalência sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. *Sociologia – Teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

NETO, Paulo Mesquista. *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. CPDOC-FGV. Rio de Janeiro: 1997 (*Paper*). Disponível em: <http://www.comunidadesegura.org/files/violenciapolicialnobrasilabordagensteoricasepraticasdecontrolepaulomesquitaneo.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2012.

MORGADO, Maria Aparecida. *A Lei Contra a Justiça – Um mal estar na Cultura Brasileira*. Brasília: Plano Editora, 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, Emmanuel Nunes de. *Letalidade da ação policial e teoria interacional: análise integrada do sistema paulista de segurança pública*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

PINC, Tania. *Desempenho policial: treinamento importa?*. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 3, Edição 4, fevereiro-março, São Paulo, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Códigos de deontologia policial no Brasil e no Canadá: análise dos documentos e das representações sociais*. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Coleção Segurança Cidadã, Secretaria Nacional de Segurança Pública; ano 1, n.º 01, Brasília, 2009.

ROVER, C. Manual do Instrutor. *Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança*. Genebra, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1998. Disponível em: [www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/mundo/rover/c5.htm](http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/mundo/rover/c5.htm). Acesso em: 15 abr. 2006.

SANDES, Wilquerson Felizardo. *O Uso da Força na Formação de Jovens Tenentes: Um Desafio para a Atuação Democrática da Polícia Militar*. Cáceres: Editora UNEMAT, 2007.

SANDOVAL, Salvador. A. M. Política como campo interdisciplinar do conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: LHULLIER, Louise A.; CAMINO,

- Leoncio; SANDOVAL, Salvador. *Estudos sobre comportamento político – teoria e pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- SANTOS, Flávio Ramalho. *Emprego da FNSP nos Jogos Pan-americanos/RJ/2007*. Cuiabá, 2008, mimeo.
- SEARLE, John. *Intencionalidade*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Mente, cérebro e ciência*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- SILVA, Carlos Alberto Figueiredo. *Etnometodologia*. Disponível em: <http://www.carlosfigueiredo.org/?pag=lavie&acao=ler@idla=8>. Acesso em: 03 fev. 2009.
- SUN PIN. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- TAJFEL, Henri. *Grupos humanos e categorias sociais I*. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Editora Livros Horizonte, 1983.
- WACQUANT, Loic J. D. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume, 2002.